

Monteiro

LOBATO

CRÍTICAS E
OUTRAS NOTAS



Cartas de Amor
Ideias de Jec
ratura do minarete
mérica



Conferências
Georgismo e Comunidade
América
eratura do Minarete
Crônicas europeias
deias de Jeca Tatu
Mr. Slang
Problema Vi
tras notas
Zé Brasil Crônicas
i Perê: Resultado de um ing
Carta
rde Monteiro
Ferro **LOBATO** Mi
O Presidente Ne
Opiniões Na Antevéspe
Voto Secreto Fragmentos
Jeca Tatu Prefácios
A Barca de Gleyre
Macaco que se fez Homem
imposto único
NEGRINHA
Entrevistas Escolhi
Cartas de Amor
alo do Petróleo

Monteiro
LOBATO

CRÍTICAS E
OUTRAS NOTAS



© Editora Globo, 2009

© Monteiro Lobato

sob licença da Monteiro Lobato Licenciamentos, 2009

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc. sem a permissão dos detentores dos copyrights.

Edição: Cecília Bassarani (coordenação) Camila Saraiva e Luciane Ortiz de Castro

Edição de Arte: Adriana Bertolla Silveira

Edição Digital: Erick Santos Cardoso

Consultoria e pesquisa: Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta

Preparação de texto: Margô Negro

Revisão: Cláudia Cantarin, Márcio Guimarães de Araújo e Página Ímpar

Produção editorial: 2 Estúdio Gráfico

Direção de arte: Adriana Lins e Guto Lins / Manifesto Design

Projeto gráfico: Manifesto Design

Designer assistente: Nando Arruda

Editoração eletrônica: Susan Johnson

Diagramação para ebook: Xeriph

e-ISBN: 978-85-250-5002-1

Créditos das imagens: Acervo Iconographia (páginas 18 e 19; Arquivo Família Monteiro Lobato (páginas 12 e 16); Biblioteca Guita e José Mindlin (página 20)

Editora Globo S.A.

Av. Jaguaré, 1.485 – Jaguaré

São Paulo – SP – 05346-902 – Brasil

www.globolivros.com.br

Capa

Folha de Rosto

Créditos

Monteiro Lobato

Obra Adulta

O legado da coerência

Meu pai

CRÍTICAS E OUTRAS NOTAS

Visão geral da literatura brasileira

Redimidos

Pequena história da literatura

Dança do fogo

Atitudes

Os condenados

O homem e a morte

A crítica de ontem

Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá

[Senhora de engenho](#)

[Vida rústica](#)

[Proteccionismo ou livre-câmbio?](#)

[Correspondência de uma estação de cura](#)

[Um Guarani em geringonça](#)

[Mau-olhado](#)

[À volta do mundo](#)

[A Semana](#)

[Fatos e fitas](#)

[A oligarquia paulista](#)

[Ipês](#)

[Madame Pommery](#)

[Silvestre Lagedo](#)

[LITERATURA DIDÁTICA](#)

[Noções da história da filosofia](#)

[História de São Paulo](#)

[Em redor da Escola Profissional Masculina](#)

[No templo de Minerva](#)

[Gramática portuguesa](#)

[Pequenos trechos](#)

[Prossigamos!](#)

[Apontamentos de química geral](#)

[LITERATURA HISPANO-AMERICANA](#)

[Inquérito literário sul-americano](#)

[El hijo del león](#)

[Anaconda](#)

[Tres relatos porteños](#)

[Deformarse es vivir](#)

[Los caranchos de la Florida](#)

[El hermano asno](#)

[O mal metafísico](#)

[La tragedia de un hombre fuerte](#)

[Historia de un amor turbio](#)

[Sandro Botticelli](#)

ARTES E ARTISTAS

Victor Brecheret

Paulo Rossi, Enrico Vio e Norfini

A. Fernandez e Torquato Bassi

Georgina e Lucílio Albuquerque

Helios Seelinger

Aurélio Zimmermann

Edgard Degas

O “salão” de 1917

Artistas baianos

A exposição do Saci

Quirós

OUTRAS NOTAS

Poèmier

Brasilische prosa

Memórias da grande guerra

Martim Francisco

Doutor Arnaldo

Conselheiro Rodrigues Alves

Emílio de Meneses

Luís Pereira Barreto

Adalgiso Pereira e Simões Pinto

Francisca Júlia

Academia Brasileira

Discurso de Amadeu Amaral

Borges de Medeiros

O novo governo

O caso brasileiro

Um livro-chave

A nação “quer” Rui

Dom Luís

O apóstolo

Reforma constitucional

O direito dos nacionais

[E o exército vai...](#)

[Monumentos](#)

[Os postulados da guerra](#)

[Cultura e Civilização](#)

[O tratado de paz](#)

[O perigo ianque](#)

[O projeto Rollo](#)

[A vitória de Ximenes](#)

[Bibliografia selecionada sobre Monteiro Lobato](#)

Monteiro Lobato



Monteiro Lobato, *por J.U. Campos.*

Homem *de múltiplas facetas, José Bento Monteiro Lobato passou a vida engajado em campanhas para colocar o país no caminho da modernidade. Nascido em Taubaté, interior paulista, no ano de 1882, celebrizou-se como o criador do Sítio do Picapau Amarelo, mas sua atuação extrapola o universo da literatura infantojuvenil, gênero em que foi pioneiro.*

Apesar da sua inclinação para as artes plásticas, cursou a Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, por imposição do avô, o Visconde de Tremembé, mas seguiu carreira por pouco tempo. Logo trocaria o Direito pelo mundo das letras, sem deixar de lado a pintura nem a fotografia, outra de suas paixões.

Colaborador da imprensa paulista e carioca, Lobato não demoraria a suscitar polêmica com o artigo “Velha praga”, publicado em 1914 em O Estado de S. Paulo. Um protesto contra as queimadas no Vale do Paraíba, o texto seria seguido de “Urupês”, no mesmo jornal, título dado também ao livro que, trazendo o Jeca Tatu, seu personagem símbolo, esgotou 30 mil exemplares entre 1918 e 1925. Seria, porém, na Revista do Brasil, adquirida em 1918, que ele lançaria as bases da indústria editorial no país. Aliando qualidade gráfica a uma agressiva rede de distribuição, com vendedores autônomos e consignatários, ele revoluciona o mercado livreiro. E não para por aí. Lança, em 1920, A menina do

narizinho arrebitado, a primeira da série de histórias que formariam gerações sucessivas de leitores. A infância ganha um sabor tropical, temperado com pitadas de folclore, cultura popular e, principalmente, muita fantasia.

Em 1926, meses antes de partir para uma estada como adido comercial junto ao consulado brasileiro em Nova York, Lobato escreve *O presidente negro*. Neste seu único romance prevê, através das lentes do “porviroscópio”, um futuro interligado pela rede de computadores.

De regresso dos Estados Unidos após a Revolução de 30, investe no ferro e no petróleo. Funda empresas de prospecção, mas contraria poderosos interesses multinacionais que culminam na sua prisão, em 1941. Indultado por Vargas, continuou perseguido pela ditadura do Estado Novo, que mandou apreender e queimar seus livros infantis.

Depois de um período residindo em Buenos Aires, onde chegou a fundar duas editoras, Monteiro Lobato morreu em 4 de julho de 1948, na cidade de São Paulo, aos 66 anos de idade. Deixou, como legado, o exemplo de independência intelectual e criatividade na obra que continua presente no imaginário de crianças, jovens e adultos.

Obra Adulta^[1]

CONTOS

- URUPÊS
- CIDADES MORTAS
- NEGRINHA
- O MACACO QUE SE FEZ HOMEM

ROMANCE

- O PRESIDENTE NEGRO

JORNALISMO E CRÍTICA

- O SACI-PERERÊ: RESULTADO DE UM INQUÉRITO
- IDEIAS DE JECA TATU
- A ONDA VERDE
- MISTER SLANG E O BRASIL
- NA ANTEVÉSPERA
- CRÍTICAS E OUTRAS NOTAS

ESCRITOS DA JUVENTUDE

- LITERATURA DO MINARETE
- MUNDO DA LUA

CRUZADAS E CAMPANHAS

- PROBLEMA VITAL, JECA TATU E OUTROS TEXTOS
- FERRO E O VOTO SECRETO
- O ESCÂNDALO DO PETRÓLEO e GEORGISMO E COMUNISMO

ESPARSOS

- FRAGMENTOS, OPINIÕES E MISCELÂNEA
- PREFÁCIOS E ENTREVISTAS
- CONFERÊNCIAS, ARTIGOS E CRÔNICAS

IMPRESSÕES DE VIAGEM

- AMÉRICA

CORRESPONDÊNCIA

- A BARCA DE GLEYRE
- CARTAS ESCOLHIDAS
- CARTAS DE AMOR

O legado da coerência



Lobato e o pintor argentino Quirós

Novidades literárias do Brasil, Chile, Uruguai e Argentina, história de São Paulo, salões de arte, projetos para o monumento do centenário da Independência e muito mais. Não há o que escape ao olhar incisivo e à pena afiada de Monteiro Lobato. Por isso neste volume, que

reúne artigos publicados entre 1917 e 1923, temos um verdadeiro panorama cultural do país, além de noções gerais sobre alguns dos nossos vizinhos latino-americanos. Sua organização coube a José Jerônimo de Sousa Filho (1918-1977), baiano radicado em Taubaté, onde lecionou e se tornou diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local. Bacharel em Direito e professor, mergulhou em meados dos anos 1950 na hemeroteca do antigo Museu Histórico da cidade, levantando, ali, o material aqui enfeixado e incluindo notas sobre alguns artistas e autores dos títulos resenhados por Lobato.

Nesta nova edição, acrescentamos notas sobre muitas das figuras citadas pelo autor, mas que não foram apresentadas ao leitor. Não encontramos informações a respeito de algumas dessas personalidades, mas a maioria está contemplada.



Lima Barreto

Embora abarque uma variada gama de assuntos agrupados em cinco conjuntos temáticos, o livro é permeado pela defesa intransigente da originalidade contra a imitação. Logo nas páginas iniciais encontramos a profissão de fé de Lobato na censura à atitude subserviente da adoção dos critérios estéticos em voga na Europa. Para ele, se o artista não interpretasse de maneira criativa o que se passa na alma de nossa gente, acabaria se tornando um simples arremedo pueril e fugaz. Desse mal padecia *Os condenados*, de Oswald de Andrade, um dos líderes do movimento modernista. O fato de ter sido lançado pela própria editora de Lobato não o eximiu de defeitos. Segundo a resenha, o jovem romancista desperdiçava o “magnífico talento” na busca forçada de uma linguagem de vanguarda, distorcendo o objetivo inerente ao ofício, que na perspectiva lobatiana consistia em transmitir sensações e ideias respeitando a psicologia média dos leitores: “Quando, ao invés disso, arrastado por preocupações de escola, vai contra ela, na vã tentativa de inovar, em vez de causar a impressão visada, causa uma impressão defeituosa, incompleta, ‘empastelada’, muito diferente da que pretendeu”.

No extremo oposto situava-se *O homem e a morte*, poema em prosa de Menotti del Picchia, também publicado pela Monteiro Lobato & Cia. A riqueza das imagens despidas de extravagâncias mereceu elogios do escritor, que, assim como no caso de Oswald, curiosamente encomendara a capa da obra à pintora Anita Malfatti, pivô da polêmica com os protagonistas da Semana de 22. Esse detalhe reitera que, apesar das alegações em contrário, o relacionamento entre ele e os modernistas jamais sofreu uma ruptura de fato.



Menotti del Picchia, 1922

Lobato aponta o mesmo traço em Lima Barreto, que logrou retratar a paisagem urbana e a população caleidoscópica carioca sem doutrinário dogmático. “Em vez de cólera, ironia; em vez de diatribe, essa *nonchalance* filosofante de quem vê a vida sentado num café e amolentado por um dia de calor...”, registrou em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, crítica publicada em março de 1919. Igual sarcasmo se manifesta em João do Rio, cuja *Correspondência de uma estação de cura* de acordo com o crítico, consistia de fina maldade, formando um autêntico compêndio da presunção humana que anda de mãos dadas com a pobreza de espírito. Já *Madame. Pommery*, do seu amigo Hilário Tácito, foi por ele considerado uma “sátira formidável” dos costumes paulistanos.



Os condenados, 1ª edição, 1922, capa de Anita Malfatti

Gramática, química, ensino público, cursos profissionalizantes e leituras suplementares no primário, entre outros temas, integram a parte denominada Literatura Didática. Este precede Literatura Hispano-Americana, que traduz a proposta de estabelecer pontes em direção ao restante do continente. Partindo de uma pesquisa que revela o desconhecimento mútuo entre as nações irmãs, em onze textos ele prega, pioneiramente, a integração cultural da América do Sul.

Do maior interesse é o bloco Artes e Artistas, uma seleção de escritos que reflete o papel de Lobato como crítico de arte atuante no período. Victor Brecheret, honesto e sólido, aparece como a “mais séria manifestação do gênio escultural surgido entre nós”. Hélios Seelinger, ao lado de Lucílio e Georgina de Albuquerque, emerge sério e discreto, sem tons dissonantes nem concessões aos modismos das correntes pictóricas estrangeiras. Tomamos ainda contato com a exposição do Saci-Pererê, desdobramento do inquérito sobre o mito promovido nas páginas do *Estadinho*, edição vespertina do jornal *O Estado de S. Paulo*, que circulou entre 1915 e 1921.

Finalizando com Outras Notas, ele ainda discorre a respeito da poetisa parnasiana Francisca Júlia da Silva, propõe a candidatura de Rui Barbosa ao cargo de presidente da República e faz uma premonitória advertência sobre o “perigo ianque”, alertando, já naquela época, para a acentuada propensão expansionista dos Estados Unidos.

No balanço geral, Monteiro Lobato expressa, aqui, os dilemas que inquietavam seu espírito de paladino da causa nacional. Esta série resume os paradoxos entre o homem de ação e o artista, entre a tolerância e a consciência tumultuada de quem, como registrou sua filha na introdução da primeira edição do livro, escolhera o caminho mais difícil da coerência de caráter.

Marcia Camargos

Meu pai

Introdução da 1ª edição

A este novo volume a adicionar-se às *Obras Completas de Monteiro Lobato* pedem-me, a mim, sua filha, umas linhas introdutórias.

Notas e críticas de literatura e arte representam os anos de maior atividade jornalística do autor. Homem de espírito aberto a tudo, sua vida era uma multiplicação de interesses que o levavam sempre a novos rumos. Mas nessa época sua preocupação máxima eram as letras. Estudava e burlava o estilo. A linguagem era o veículo das ideias e ele a exigia perfeita. Irritava-o a imprecisão dos termos: para pensar claramente era preciso conhecer bem o mecanismo da língua. Talvez daí a sua mordacidade para com o artista não naturalista, cuja “linguagem” – símbolos próprios – só o próprio artista

compreenderia.

Misto de filósofo, homem de ação e artista, sofria conflitos entre a razão e o sentimento. Tolerante por princípio, não o era por temperamento. Equânime por filosofia, perdia a cabeça quando se lhe antepunham obstáculos. *Blagueur* e irritadiço, calmo nas horas de tumulto e inquieto nas horas de paz, era todo um conjunto de qualidades aparentemente paradoxais mas bastante compreensíveis para quem o conhecia bem.

Em casa levava vida frugal e quase espartana. Nunca o via sem estar a escrever, a traduzir ou a rever provas. Dormia e comia pouco. No meio da noite costumava acordar e se pôr a rever provas – para desgosto de minha mãe que com isso nunca se acostumou. Isso todas as noites. À mesa era o *saboteur* de nossas cozinheiras tradicionalmente de forno e fogão. Para surpresa dos amigos que o tinham em conta de grande gastrônomo, em casa escolhia os pratos mais simples, quando não pedia leite com farinha de milho – gosto que não sei onde adquiriu.

Na vida dos filhos interferia muito pouco. Deixava-nos fazer o que quiséssemos contanto que soubéssemos justificar nossos motivos ou que assumíssemos a responsabilidade dos nossos atos. Às perguntas que lhe fazíamos respondia-nos, socraticamente, com perguntas também. Pergunta vai, pergunta vem, acabávamos chegando à resposta que desejávamos... ou que ele desejava.

Espírito objetivo, não o atormentavam problemas de ordem mística ou metafísica. Desconfiava dos esmiuçamentos desta última, que no geral levam o pensador a se perder em verbalismos estéreis. Uma vez resolvido um problema partia para outro, abandonando o lastro já desnecessário das batalhas anteriores.

Sua maior característica, porém, foi sua coerência de caráter. Nela residiam sua força e também sua coragem. Num mundo de hesitações e tartufice escolheu o seu caminho – o caminho mais difícil, como diria Edgard Cavalheiro. Mas a vida não a concebia sem luta, e para isso temperava seus

nervos.

Coerência. Esse o legado que nos deixou.

Ruth Monteiro Lobato

CRÍTICAS E OUTRAS NOTAS

Visão geral da literatura brasileira

A identidade de formação dos povos americanos dá à sua história literária um singular aspecto de família. Lendo esse monumento de erudição e crítica que é a *Historia de la literatura argentina*, de Ricardo Rojas, e a *Pequena história da literatura*, do finíssimo Ronald de Carvalho, temos a impressão de ler capítulos de uma obra ainda não escrita: a História geral da literatura sul-americana.

Ambos estudam fenômenos de evidente paralelismo, produzidos na Argentina e no Brasil.

Isso é natural. Dada a semelhança de formação dos dois países e dado o paralelismo evolutivo das civilizações, não podiam suas respectivas literaturas submeter-se a leis diversas.

E até a pergunta formulada na Argentina – temos literatura? –, à qual o grande Mitre respondeu pela negativa, se bem que admitindo a existência de materiais que a formariam no futuro, repetiu-se várias vezes no Brasil.

Cá e lá, durante os primeiros séculos, não passamos de mero transplante ibérico em terras americanas; e, se houve rápida diferenciação na vida social, muito lentamente se produziu a mesma na vida literária.

Embora extremadamente nacionalistas e fundamente brasileiros de coração, nossos primeiros poetas conservaram-se portugueses de espírito. A língua de seus versos, por exemplo, é rigorosamente portuguesa, sem nada da língua nova que se elaborava no seio do povo; as imagens empregadas, o estilo, o torneio da frase, tudo era português, embora fosse empregado para hostilizar as coisas lusitanas.

A reação começa com os indianistas românticos, fase que marca as primeiras manifestações de uma inevitável disparidade: povos diferentes, língua diferente, literatura diferente.

A boa acolhida que o público dispensou às obras dos indianistas indicou bem claramente a senda a seguir:

– Se quereis ser lidos, dai-nos coisas novas de bom cunho nacional.

Até aqui, pois, houve timidez por parte dos precursores. Libertaram-se do classicismo de origem lusitana dominante até então; assinalaram caminhos novos; lançaram as bases de um grande edifício. Mas não foram além. Não eram suficientemente fortes as reservas de personalidade desses escritores para levá-los a todas as consequências da grande ideia. E pode-se ainda afirmar que se se lançaram por tal caminho foi por espírito de imitação, ao ver florescer em França e nos Estados Unidos o indianismo de Chateaubriand e de Cooper. Foi erro dos indianistas substituir uma escola estrangeira por outra escola estrangeira disfarçada de nacional. Seus índios não são índios daqui; são gregos cobreados, romanos de tez bronzeada, ficções universais, tipos arbitrários sem validade alguma.

Gonçalves Dias nos legou verdadeiras obras-primas nesse gênero, como o maravilhoso poema “I-Juca-Pirama”, a única página verdadeiramente épica da poesia brasileira. Na novela, Alencar deu um passo adiante. Estilizou a seu modo o indianismo, com um encanto raro, de forma personalíssima e já

fortemente brasileira. E tal foi a força de suas criações que conseguiu se popularizar e ser lido como nenhum outro escritor. Por esse motivo o consideramos como verdadeiro criador da “literatura brasileira”, coisa muito diferente de literatura portuguesa feita no Brasil.

Alencar introduziu a nossa paisagem na novela; aboliu as velhas imagens de importação – o rouxinol, o lobo, o leão, o lírio – e introduziu a graúna, a onça, o manacá. Alencar reabilitou, em suma, a cor local, embora obedecesse mais à sua imaginação do que à natureza. Foi um grande reformador que teria renovado mais se, como político que era, não houvesse acreditado de boa política transigir em parte com as ideias dominantes. Viveu no coração do povo e nele vive até hoje através de suas criações magníficas de beleza (embora falsa): Peri, Ceci, Iracema.

Desse mesmo período sobrevivem dois nomes: Macedo e Bernardo Guimarães, romelistas ambos. Também eles se popularizaram e são lidos até hoje porque souberam aplicar a inovação de Alencar na novela da vida das cidades e das povoações rurais. Sem brilho do primeiro, imperfeitos de forma, insuficientes de estilo, frouxos e insípidos, sobretudo Macedo, nada deixaram que valha *O guarani* ou *Iracema*. Mediocres como artistas, salvou-os seu nacionalismo e o terem escrito na língua da terra, para uso da gente da terra. Na poesia, Castro Alves passou como uma torrente eletrizante, conquistando no coração do povo um lugar de onde ninguém o tirou até hoje. Ao lado deles, um moço, Casimiro de Abreu, fez-se poeta da saudade e do primeiro amor. Tal sentimento pôs em seus versos que, em um país de poetas como é o nosso, ainda é Casimiro o suave intérprete das inquietudes sentimentais da juventude.

Transcorreu depois uma fase literária fecunda em que se levantam vários nomes. Taunay lança *Inocência*, uma verdadeira obra-prima, sem defeitos de forma nem de composição, e tão filha do ambiente brasileiro que foi a escolhida para que, traduzida em vários idiomas, fosse a plenipotenciária, no estrangeiro, de nossa literatura.

Machado de Assis chega a nível nunca alcançado. Seus livros formam um colar de obras-primas dignas de figurar entre as obras-primas da literatura universal. Converteu-se em ídolo, em ponto de referência, em orgulho nacional. Mas não conseguiu penetrar na alma do povo. A amarga ficção do seu humorismo, a extrema finura de sua psicologia e do seu pensamento o colocaram acima do país. Neste, lhe coube a eterna sorte dos que, desde Sterne, cultivam o *humour*. O povo os repele, porque o povo não gosta de ceticismo. O *humour* destrói e o povo necessita de construtores. Deste modo, Machado de Assis representa algo extra Brasil, estrela de um céu estranho desgarrada no meio de nosso sistema estelar.

Na poesia é Olavo Bilac quem alcança o cimo da perfeição, sem lograr tampouco vibrar de acordo com a alma do povo. É outro grego. E é romano, é um Cícero este fenomenal Rui Barbosa, considerado força da natureza, expressão última, canto de cisne da língua portuguesa, condenada no Brasil a deixar o lugar à língua brasileira, sua filha.

Dia a dia se acentua mais este fenômeno: o povo só lê, só apoia, só populariza a quem escreve a língua que ele fala. O extremado apego ao velho idioma fez novelistas eminentíssimos e fecundos, como Coelho Neto, que não gozaram, porém, do apoio público a que tinham direito. E a vitalidade da atual literatura, sua expansão, sua penetração dependem cada dia mais da adoção do “português bárbaro”, que é o idioma do povo brasileiro. O que aconteceu com o latim na Ibéria, dando origem ao idioma lusitano, está acontecendo no Brasil, no conflito daquele com o brasileiro nascente.

Outro obstáculo oposto à expansão de nossa literatura na alma do povo provém da fascinação que as elites sentem pelas letras francesas. Artistas de cultura unilateral, eternamente voltados para a França, como se o mundo fosse a França, deixaram de auscultar as ânsias estéticas da raça, para seguir servilmente os movimentos franceses. Daí nosso grande parnasianismo que o povo repudiou; e na novela de um psicologismo enfermo que nunca conseguiu interessar a ninguém. Explica-se deste modo a causa pela qual,

apesar do brilho da literatura brasileira, a nação tão escassamente se interessa por ela, salvo os casos em que o escritor prescinde dessas influências malsãs e ressoa em harmonia com a alma popular.

Quem havia de revelar esta consonância? Quem havia de assinalar este caminho de Damasco a nossos homens de letras? Um engenheiro que não fazia profissão de letras: Euclides da Cunha. Seu livro *Os sertões* estalou como uma bomba e, por motivos muito simples, teve maravilhosa influência. Euclides não é português, nem francês, nem parnasiano, nem psicologista, nem satélite de astro algum. É uma fortíssima personalidade que soube ver e teve o valor de contar o que viu. Abaixou-se até o solo e examinou a terra; depois examinou o homem ao natural e passou à tragédia deste homem em relação à terra. Habitados a uma mentira convencional que a literatura vinha perpetrando, penetrou fundamente essa estranha e personalíssima maneira de encarar os homens e as coisas de seu país. E de seu livro, pleno de fulgurações de um genial impressionismo, surgiu algo novo, algo com uma diretriz fecunda que vai dar imenso brilho a nossas futuras letras. O livro de Euclides disse:

– Sigam-me. Apalpem a terra, auscultem-na, vejam como os homens estão determinados por ela. E façam arte que seja a própria terra e o próprio homem, seu filho, vistos pelo nosso personalíssimo temperamento. Só assim interessareis o país, sereis lidos e realizareis nele a sagrada função que há de exercer o artista.

A lição de Euclides frutifica já. Dia a dia é mais abundante a corrente dos que, antes de criar uma obra, abrem-se a todas as impressões ambientes e dão corpo às vagas ansiedades estéticas de nosso país. Desdenhosos das sendas já trilhadas, realizam seu pensamento em obras fortes, libérrimas, personalíssimas, sem cuidado do português que lhes pode fiscalizar o idioma, nem dos Albalat que lhes dão moldes de estilo.

Na Argentina, foi Sarmiento quem exerceu uma função comparável à de Euclides da Cunha. *Facundo* é uma visão maravilhosa, é uma lição

fecundíssima. É a verdadeira bíblia da literatura argentina. Não há caminho verdadeiro que ali não esteja indicado, e erra quem dele se aparta. Esses dois livros dizem uma coisa só: arte é verdade. Ou como dizia Alberto Dures: toda preocupação de beleza é nociva à arte. Enquanto detivermos os olhos nos países de cultura mais avançada e adotarmos critérios de beleza em moda neles, para adaptá-los aos nossos, nossa arte será um pueril arremedo, sem força para subsistir mais que o período de duração dessa moda. No dia, pois, em que tivermos a bela coragem de fazer-nos intérpretes da dor, da alegria, dos anelos, das aspirações vagas e de quanto sentimento passa pela alma de nossa gente, nossa literatura apresentará o estranho fulgor com que se apresentou nas letras universais a literatura dos Tolstoi e dos Dostoievski.

A Novela Semanal, nº 12, de 16 de julho de 1921,
transcreve o artigo de *Nosotros*, de Buenos Aires.

Redimidos

Silviano Pinto

Ed. Casa Vanorden, São Paulo, 1918

Tem sido notado, desde vários anos, que o romance, como forma literária, vem sendo quase abandonado no Brasil, onde já de si é escassa a produção de livros relativamente à população e ao que se dá em alguns outros países do continente. Efetivamente, dentre os poucos volumes aparecidos de tempos para cá, que merecem o nome de livros, raríssimos são os que encerram um romance, com os característicos bem definidos desse gênero.

Salvante alguns livros de Coelho Neto, de Afrânio Peixoto, de Lima Barreto, de Xavier Marques, de Veiga Miranda, de Canto e Melo, e um ou outro mais, a grande maioria dos volumes que aí surgem, quando não são obras didáticas, são obras poéticas. Esses os dois grandes mananciais literários no Brasil. Afastados, deixam minguardas porcentagens de obras em prosa de intenção meramente artística. Nem se compreenderia bem como, assim sendo, exista aí uma Academia de Letras de largo sodalício, cujas poltronas estejam sempre tomadas e a cujo limiar haja sempre uma turma de

candidatos aos lugares porventura vagos... Não se compreenderia se não soubesse que a literatura no Brasil é mero diletantismo, a que só por irresistível pendor natural se entregam sonhadores, os quais mais naturalmente propendem para o verso, propício aos sonhos e fantasias, que para a prosa, mais amiga das realidades. No Brasil, só pratica a literatura, verdadeiramente, quem, dispondo de meios de vida seguros, tem algum tempo a perder. A literatura não é uma carreira de que alguém possa viver, mais ou menos gloriosamente. É, por assim dizer, um esporte. Daí o acerto com que age a Academia em instituir prêmios para os novos e desconhecidos, concitando assim à produção os estudiosos, uma vez que os literatos oficiais de que ela se compõe, com poucas exceções, não julgam os tempos propícios à elaboração de livros estritamente literários. A instituição de tais concursos talvez tenha originado, ou, quando menos, concorrido para o aparecimento do romance a que o senhor Silviano Pinto denominou *Redimidos* e a que a Academia laureou, conferindo-lhe o prêmio de um dos aludidos certames. Se assim é, bem andaram a companhia ilustre e o autor, que deram à literatura pátria, além de um livro de não poucos méritos, o que já é muito, a promessa auspiciosa de um escritor consumado, o que já será bastante.

O presente romance merece, realmente, a distinção conferida pela Academia. Embora não atinja as proporções de uma obra artisticamente perfeita, *Redimidos* é um livro que encerra várias boas qualidades que depõem muito favoravelmente em relação ao autor. A começar pelo cenário, o senhor Silviano Pinto, deixando os da cidade mais atraentes e de fácil observação, com suas miríades de característicos a tentarem escritores de novelas, procurou urdir a história relatada em seu livro numa fazenda sertaneja, escolheu para a época a dos últimos anos do regime monárquico, quando a vida agrária do país tinha por fator único o esforço dos escravos. Por esse lado, *Redimidos* entra naturalmente para o grupo dos romances nacionais onde figuram *O tronco do ipê*, *A escrava Isaura*, *A família Medeiros*, *Mau-olhado*, com os quais tem não poucos traços afins. Toda a

ação se passa numa fazenda de café, entre uma multidão de cativos, cuja libertação, embora lhe forneça o título, não é o mais importante do trecho. O importante, como aliás é de rigor no gênero, é uma história de amor que, tendo como protagonistas o doutor Flávio, bacharel e filho do Barão de Souza, o fazendeiro, e Marianinha, pupila deste e moça bonita e prendada, decorre suave e singela até os últimos capítulos, dando a sua narração ensanchas ao autor para fixar com felicidade múltiplos aspectos da atividade social, econômica e política daqueles meios, onde, ainda hoje, com a variante relativa à escravidão, são os mesmos, quase.

Flávio e Marianinha, que vieram à infância juntos, amam-se na adolescência e tudo os compele ao casamento, que se realizaria, com o aplauso, decerto, de todos os leitores, se não interviesse o autor, encarnando a fatalidade, e não virasse o curso das coisas para a tragédia, fazendo morrer os personagens de mor relevo, um, de apoplexia, outro, asfixiado, outro degolado por um facão florianista dos primeiros anos da República.

Mas, ainda assim, o que perde em amenidade ganha a ação em intensidade, pois o autor soube dar um tom de verossimilhança aos lances finais, que não chegam a chocar o leitor, a não ser pela muita simpatia que o resto da obra consegue despertar por quase todas as figuras, a começar pelo casal de escravos assassinados em meados da narrativa por um feitor, que, aliás, é logo posto fora de cena. Não será por isso condenável o autor. Guiou a sua história como lhe pareceu, e fez muito bem. É nisso mesmo que ainda existe alguma sombra de livre-arbítrio... O que é de esperar é que, nas outras obras, se as fizer, como é de desejar-se, ponha mais algum cuidado no lavor dos períodos, evitando os senões que se notam nesta. Entre eles, além da impropriedade de um ou outro termo de expressão, salienta-se o vício dos adjetivos conjugados aos pares, repetidamente, não raro cinco ou seis vezes numa mesma página, e que chegariam talvez a irritar se outras qualidades, compensando tais ligeiros defeitos, ali não estivessem para prender e encantar o leitor.

E o desejar-se que uma obra seja expurgada de algum defeito que encerre é o melhor atestado de que ela contém qualidades que fazem valer a pena desse esforço. *Redimidos* está nesse caso.

Revista do Brasil, nº 41, maio de 1919.

Pequena história da literatura

Ronald de Carvalho[\[2\]](#)

Briguiet, Rio de Janeiro, 1919

Até que afinal apareceu uma história da literatura brasileira que satisfaz plenamente. Poeta de finos quilates, justamente consagrado pelo louvor da Academia de Letras, Ronald de Carvalho, cujas qualidades de prosador já conhecíamos em artigos de crítica estampados nos jornais, firma-se neste livro, sob nova feição, com o mesmo brilho. Lê-lo é ver confirmado o que diz no prefácio Medeiros e Albuquerque, quando acentua que “Ronald tem esta primeira originalidade entre os nossos grandes historiadores da literatura nacional: é o primeiro que sabe escrever. Seu estilo é simples, claro e harmonioso. Diz bem o que quer dizer”. É isso mesmo. A leitura do seu livro torna-se empolgante como a de uma boa obra de ficção. Ainda quando o assunto é árido, o leitor corre por ele sem cansaço, sem decepções, sem “*oh! oh!*” provocados por inesperadas descaídas. Possui Ronald de Carvalho o dom da justa medida e o dom da síntese. Penetra no âmago das escolas literárias, mostra as suas origens, sua função na época, sua finalidade, seu papel no corpo geral da literatura. Se estuda indivíduos, opera com a mesma

argúcia de lógica e de psicologia, dando-nos deles uma impressão que satisfaz *in totum*. Dos que anteriormente estudaram nossa literatura, um, Romero[3], teve o grave defeito de não ser artista e como crítico sacrificar muito à tendência agressiva do seu temperamento; outro, Veríssimo[4], foi um espírito pesado e um tanto incompreensivo. Romero irrita muitas vezes e Veríssimo é de difícil ingestão. Ronald vem com sua obra não desbancá-los – que cada um exerceu um determinado papel –, mas formar ao lado como o representante da justa medida, do equilíbrio, da finura e da compreensão. Podemos, portanto, dizer, hoje, que a história da literatura brasileira foi escrita finalmente – e superiormente escrita.

Revista do Brasil, nº 48, dezembro de 1919.

Dança do fogo

Raul Pollilo[\[5\]](#)

Ed. Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1922

Não é fácil a leitura deste romance. Desnorteia-nos a princípio a psicologia anormal do herói, e a seriação dos seus raciocínios sugere-nos logo a ideia de que estamos em face de um louco. Assim é. Eugênio Land é um louco raciocinante. Estabelece princípios falsos, e aqui está a sua loucura; mas, partindo destes princípios, raciocina normalmente e tira deles todas as consequências lógicas. Anormal, ele aparece-nos empolgado pela mais estranha das psicoses: a necrofilia. Eugênio sente atração irresistível pela carne morta, pela frialdade cadavérica e arrasta-se pela vida com um súcubo dominado pelo íncubo da sua anomalia. Escultor genial, artista dos mais complexos, sua estesia vai conformar-se pelas injunções da sua psicose. E fez da sua vida a sua grande obra de arte: um assassinato da mulher amada, para que possa amá-la como o quer o íncubo: morta... É horrível o tema e dos mais difíceis de serem desenvolvidos num romance sem a perigosíssima queda no ridículo. Pollilo, entretanto, o consegue. Land, ao primeiro impulso interno da psicose, despenha de uma escada, num colégio, a linda menina que

amava – que amaria morta, que queria ver morta... E tem aí o primeiro encontro com a morte – a morte criada por ele, para ele...

E segue vida em fora, sempre empolgado por aquela ânsia, até a crise suprema que o arrasta a matar a mulher que o adora, Perséfone, para tê-la em seus braços, *morta*, num amplexo único e supremo. Entremeio dessas duas crises, a inicial, na meninice, e a final, em adulto, Eugênio Land sofre outras, numa das quais assiste no necrotério à autópsia de certa moça e depois, pela calada da noite, lhe viola o triste cadáver.

O tema é horrível e coragem das maiores revelou o autor abordando-o no seu livro de estreia. Mas a justiça manda dizer que superiormente venceu todas as dificuldades e conseguiu fazer uma das obras mais fortes que tem surgido entre nós. Originalíssimo, também. A nenhuma outra se filia, nem lembra nenhuma outra de nossa literatura. Fez um romance de equilíbrio perfeito, que empolga o leitor e o envolve nas teias de um imenso, inesquecível pesadelo. Sente-se que não foi fácil a realização do empreendimento. Sente-se que a obra é pensada, é feita e refeita, com grande soma de estudo, de observação, de cuidado na escolha dos detalhes. Bloco de pedra bruta e informe a princípio, ele desbastou o tema com grande ardor e fez nascer o complexo de formas ora vagas e indecisas, ora firmes e bem visuais, com a técnica segura do escultor que compõe um monumento. Pollilo é um romancista. De quão poucos fazedores de romances se poderá dizer o mesmo?

Dança do fogo é criação de tal vulto, obra tão vigorosa, que seria ridículo fazermos aqui as observações que o seu estilo, inda imperfeito, nos sugere. Senões suprimíveis numa segunda edição, toquem neles os incapazes de ver a obra em bloco e lhe admirar, sem reservas, a harmonia das partes e a solidez da construção.

Revista do Brasil, nº 81, setembro de 1922.

Atitudes

Sílvio Floreal[\[6\]](#)

Casa Duprat, São Paulo, 1922

Coleção de crônicas impressionistas sobre a vida das ruas paulistanas e das criaturas que as têm como o ambiente normal.

Entremeio, críticas, análises de individualidades literárias, sempre sob a feição impressionista, e também alguns contos. O autor revela-se-nos duma sensibilidade ampla, capaz de reagir a todos os *estímulos* que a esfrolem – uma flor murcha que vê sobre o passeio, um literato rico que roda no seu auto, um garotinho esfarrapado que à porta dum café conta os níqueis ganhos, a mendiga que estende a mão, a borboleta-azul que desgarrou do campo e esvoeja, tonta, em pleno tumulto da rua Quinze. Sempre atento a esses pequeninos nadas do turbilhão da vida, tem para eles um olhar compassivo e uma reflexão, ora amarga, ora resignada, ora filosófica. Suas atitudes, as atitudes da sua sensibilidade em contato com monstro poliforme, estão todas compendiadas neste livro de estreia, valioso como revelação de uma personalidade bem marcada. Não basta isso. Agora que o autor nos demonstrou que sabe sentir, ver e fixar suas mais fugidias impressões é

mister que ponha tudo isso a serviço duma obra de arte capaz de interessar profundamente e comover o público – um romance.

Com *Atitudes*, demonstrou que possui material de construção, que sabe temperar a argamassa do estilo, que sabe tracejar linhas harmoniosas; resta que ponha mãos à obra e construa em ponto grande.

O livro de apresentação do jovem beletrista aparece como quem anuncia ao público: “Senhores, vede que lindo estoque de coisas eu possuo, que lindo material!”. O público olha, vê que confere e replica: “Sim, amigo, agrada-me muito o mostruário. Mas para eu te dar a minha atenção e o meu apoio é necessário que me dêes tua alma inteira transubstanciada em obras de vulto como as quero. Constrói-me com isso, por exemplo, o romance de São Paulo, o romance das ruas que esfervilham burburinhantes, como caudal de sonhos, ambições, vaidades, sofrimentos, a defluir para o sorvedouro do grande Nada...”.

Revista do Brasil, nº 81, setembro de 1922.

Os condenados

Oswald de Andrade^[7]

Ed. Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1922

O autor nos dá neste livro o volume primeiro da sua esperada *Trilogia do exílio*. Isto dificulta um sério juízo crítico, pois não se avalia de um monumento pelos simples alicerces. Muita coisa denunciada neste só terá desenvolvimento completo no decorrer da construção, bem como excessos e inutilidades aparentes aqui só mais tarde darão as suas razões de ser. Neste primeiro tomo a heroína, Alma, surge-nos como espezinhada flor da lama. Sua vida é um puro inferno moderno da prostituição forçada. Ainda na aurora dos anos, a sina má fê-la cair nas mãos de um cáften.

O cáften! Não criou a civilização monstro mais completo e mais incompreensível. Entretanto, se penetrarmos bem no fundo da alma feminina, veremos que ele prende raízes justamente no que a mulher possui de mais sublimado: a capacidade infinita de dedicação, a dedicação levada ao sadismo. Mauro é, no romance, esse monstro, que traz empolgada a triste mártir.

Alma é sua, uma coisa sua, uma escrava, uma seviciada, uma torturada

nas mais dolorosas fibras da sensibilidade doentia. Mais ele lhe bate, mais a suplicia, mais Alma o ama.

Inutilmente aparece para salvá-la do abismo o amor puríssimo de um João do Carmo, feito de infinitos de ternura e dedicação. Alma não consegue arrancar-se às garras de Mauro. Foi dele, é dele, será dele.

Essa fatalidade a mantém na lama, no inferno, até o fim do romance, ponto em que aparece um seu primo Alvelos, jovem escultor recém-chegado da Europa e que, parece, será figura capital no tomo segundo, a publicar-se.

João do Carmo desaparece. Matou-o o seu amor pela dolorosa perdida. Como desaparece também o Luquinhas, filho de Alma e Mauro, triste criança que passou pela vida para completar na alma de sua mãe o ciclo inteiro da dor.

A psicologia dos personagens está perfeitamente estabelecida. Todos vivem rigorosamente lógicos dentro das premissas do temperamento e da fatalidade. A vida de Luquinhas ressalta vívida, primorosamente cinematografada numa série de quadros à Griffith.

Mas o livro não passa da primeira parte de um tríptico, e não há ajuizar sincero de um todo pela simples visão do terço. Aguardamos para isso a saída dos demais volumes, certos desde já, pela amostra, de que o autor nos vai dar uma obra de vulto, talvez um dos grandes romances de nossa literatura.

Quanto à forma, impossível eximirnos de várias restrições. Se o objetivo de um escritor é transmitir ideias e sensações, essa transmissão será tanto mais perfeita quanto mais respeitar a psicologia média dos leitores. Quando, ao invés disso, arrastado por preocupações de escola, vai contra ela, na vã tentativa de inovar, em vez de causar a impressão visada causa uma impressão defeituosa, incompleta, “empastelada”, muito diferente da que pretendeu. Tenha isto em vista o jovem romancista, faça experiências *in anima nobile*, abandone teorias, escolas, corrilhos, “ache o seu trilho” – e sua obra corresponderá na aceitação pública ao muito que se espera do seu magnífico talento.

Revista do Brasil, nº 81, setembro de 1922.

O homem e a morte

Menotti del Picchia^[8]

Ed. Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1922

Era um livro esperado. A posição do autor em São Paulo, sua atividade na imprensa como jornalista-artista e sua obra anterior, copiosa e variada, igualmente valiosa na poesia, no romance, na novela curta e na crônica de arte, despertaram no público viva curiosidade pelo livro que o autor tinha como o seu livro máximo. Todavia, dada a ação de Menotti na campanha futurista e o ardor com que traz o estandarte da escola, tal livro era esperado como o “prefácio de Cromwell” da estética revolucionária. Porque, até aqui, o futurismo se limitou a destruir e a... prometer. Exibiu alguns paninhos de amostra, que não satisfizeram. Mas provinham de fábricas menores – era a desculpa. Os Crespis, os Matarazzos não tinham ainda apresentado produtos.

Surgem eles, afinal. Surgem com *Os condenados*, de Oswald de Andrade, e com este romance de Menotti.

Decepção profunda. Livros sólidos, passadistas, sem nenhuma extravagância, respeitadores da natureza e do homem como eles o são,

respeitadores da psicologia média do leitor e da língua. Apenas uma coisa os distingue: o talento com que são feitos e a forte personalidade dos autores que revelam.

O livro de Menotti é um poema em prosa. A sua musa insofrida lançou de si todas as peias do metro e da rima e, num delírio, criou de jato uma perfeita joia de arrojo e beleza.

Que riqueza de imagens! Há-as ali mais que em tomos e tomos somados da nossa velha obra poética. E imagens soberbas, prejudicadas apenas pelo excesso do amontoado. Tirem-nas dali, engastem-nas, uma por uma, em sonetos, de modo a realçá-las, e será um deslumbramento. Porque Menotti no fundo é poeta. Faz romance, conto, crônica porque tem o espírito extremamente dúctil. Mas a sua característica predominante é a do poeta. Que chamamos nós um poeta? A criatura que possui um mundo interior e que consegue fazê-lo entrever por meio de imagens tomadas ao mundo externo. Sem possuir o seu mundo interior de sonhos e de beleza poderá fazer versos, lindos versos, poemas, sonetos, éclogas, odes, o que for, mas não será poeta.

Menotti o é. O seu mundo inteiror estua e irrompe em vulcões.

O homem e a morte é um poema eruptivo. A lava candente borbota, derrama-se em fulgurações, irisa o ambiente mental do leitor com a vaporização mágica.

Sente-se que é escrito de arranco, sob o frenesi duma exaltação incoercível. É como um produto natural, emanção inconsciente de uma psíquica.

A tese, se há tese, é de um arrojo infinito. Depois da tragédia, o herói adivinha que Kundry, o súcubo de olhos verdes, era a Morte. “Todos temos *nossa* Morte, que alimentamos dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, com pedaços de vida que saem de nós, no tempo, com emoções e atitudes que se irradiam de nós, no espaço. À medida que os anos correm, ela cresce, se aperfeiçoa, cada vez mais bela e profunda.” E por aí além.

Não tiremos ao leitor o gosto do imprevisto. Não procuremos fixar em

logicismos claros, analíticos, o que é de essência sonho e beleza. Leiam-no os que não se contentam com o prosaísmo da vida e adoram os revoos pelos mundos interiores. Os outros, deixem-no em paz.

Revista do Brasil, nº 83, novembro de 1922.

A crítica de ontem

Nestor Victor^[9]

*Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo,
Rio de Janeiro, 1919*

O autor dá-nos uma verdadeira gama musical. Há nesse livro tudo: graves e agudos, acordes e desacordes, bemóis e sustenidos.

Reunindo os seus artigos de crítica, dispersos pelos jornais e revistas e escritos num período que varia entre 1898 e 1916, não podia deixar de ter feito uma coleção meio *à la diable* e em que a seleção não foi o tamis fino capaz de separar coisas sem valor de trabalhos de mérito.

Há, por exemplo – e tanto para citar um só –, o artiguete “José de Alencar e Machado de Assis”, que ali não deveria estar. São ao todo 47 linhas, para julgar os dois tipos fundamentais do romance brasileiro, que afeiam o livro sem lhe aumentar o volume.

Ao lado desses senões, tem páginas de crítica sadia e superior, pontilhada de observações justas, quase sempre argutas, não raro mesmo profundas.

A sua crítica a Olavo Bilac, feita dezessete anos atrás, tem o mesmo valor, a mesma frescura, a mesma superioridade de senso estético como se

fora feita hoje.

É uma temeridade falar-se agora em Olavo Bilac, o grande morto de ontem, que virou o *Ai Jesus!* da literatura indígena.

Suponhamos mesmo que só daqui a alguns anos, quando já não fosse escândalo, nesta graciosa terra dos papagaios, discutir a obra de um vulto nacional, poderia surgir alguém que o enquadrasse definitivamente em sua justa moldura e não o caluniasse nem pelo elogio idiota, excessivo, inexpressivo de adorador muçulmano com que o incensaram, nem pela negação de suas qualidades verdadeiras e eminentes.

Pois o autor conseguiu fazer esse estudo ainda em vida de Bilac e fê-lo com consciência, acuidade crítica e percepção estética.

Sobre Nietzsche tem, no volume, duas páginas fulgurantes, onde se encontra esta bem apanhada observação, que é, aliás, o tom geral do livro: “Nietzsche é o sentimento da proibidade intelectual levado à loucura. Depois de nos havermos encontrado com ele, qual o de nós que se não sente mais ou menos cabotino?”.

Nesta ligeira notícia não cabem maiores referências à *Crítica de ontem*, mas essas bastam para evidenciar que, à parte senões desculpáveis, é um livro que dá bem a medida de uma personalidade que se formou na escola da independência individual e do bom gosto e que adquiriu o hábito de pensar e julgar com justiça e justeza.

Revista do Brasil, nº 39, março de 1919.

Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá^[10]

Lima Barreto

Revista do Brasil, *São Paulo*, 1919

De Lima Barreto não é exagero dizer que lançou entre nós uma fórmula nova de romance. O romance de crítica social sem doutrinário dogmático.

Surgiu com as *Memórias do escrivo Isaiás Caminha* de que pouco falou a imprensa ofendida na pessoa de eminentes jornalistas postos em cena com inaudita irreverência.

Publicou depois o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e está na memória de todos a impressão profunda, algo desnorteadora, desse magnífico estudo de caracteres e costumes, onde se escarpam cruamente umas tantas ideias correntes, transformadas em tabu pela ausência de crítica sincera.

Em seguida, tomado ao rodapé da *Noite*, tivemos *Numa e Ninfa*, mais fraco que os anteriores e visivelmente prejudicado pelo apressado da composição. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* vem agora completar uma série suficiente para colocar o autor em plano de alto destaque na plêiade de nossos romancistas. Revela-se neste a mesma qualidade primacial observada

nos anteriores: forte poder de empolgar o leitor, da primeira à última linha. Ninguém interrompe, por fastio, a leitura dos seus livros, esse mortal fastio que nos leva a *admirar* tantos autores inibindo-nos de os ler. *Vida e morte* é um romance pouco romanceado. Nenhuma tragédia dentro; apenas o entaperar-se progressivo dum espírito superior enleado pelo cipó mortífero da burocracia. Gonzaga de Sá vê-se um dia entalado nas engrenagens desse Moloque transformador de homens em bonecos de engonço.

Reage, mentalmente apenas: é muito fraco para sacudir os músculos e desempear-se da massa viscosa; a iniciativa lhe morre, a resignação sobrevém. Gonzaga, vencido, deixa-se boiar como um ex-homem à tona da lagoa de águas verdes, sofrendo em silêncio o contato doloroso dos gelatinosos colegas. Vinga-se confabulando com o interlocutor que o acompanha através do livro inteiro. Sua vingança, vingança calma de velho filósofo, resume-se em dissertar sobre homens e coisas com ática superioridade. É um Mister Bergeret carioca, irônico e cético, paradoxal e compreensivo, por cujo crivo de análise se coam todos os aspectos da velha cidade. O Rio está inteiro nesse livro, nas paisagens naturais, na paisagem urbana, na população caleidoscópica – salada de raças em que o mestiço esbarra com loiras mulheres gaulesas em inconsciente missão civilizatória. Sucedem-se os flagrantes, os instantâneos cinematográficos onde a alma das gentes e das coisas é apanhada ao vivo e escorchada às vezes até o mais íntimo dos recessos.

Nos livros tão cariocas de Machado de Assis o leitor entrevê desvãos do Rio. Machado, criador de almas, raro curava da paisagem urbana. Em Lima Barreto conjugam-se equilibradamente as duas coisas: o desenho dos tipos e a pintura do cenário; por isso dá ele, melhor que ninguém, a *sensação* carioca. É um revoltado, mas um revoltado em período manso de revolta. Em vez de cólera, ironia; em vez de diatribe, essa *nonchalance* filosofante de quem vê a vida sentado num café e amolentado por um dia de calor...

Revista do Brasil, nº 39, março de 1919.

Senhora de engenho

Mário Sette[\[11\]](#)

Imprensa Industrial, Recife, 1921

Já conhecido por dois livros de contos, aborda hoje o senhor Mário Sette o romance. E cumpre confessar que se saiu galhardamente da empresa. *Senhora de engenho* é um romance pernambucano onde paisagens e tipos realçam-se de muita cor local.

No romance o que estabelece o valor é a criação dos tipos e a sua focalização dentro dum meio típico. Ora, em *Senhora de engenho*, bastaria o tipo de Maria da Betânia para colocar a obra entre as melhores que nos tem dado o norte ultimamente. Betânia é a moça que não se casa e, toda meiguice, timidez, tesouros de coração, murcha como flor na haste sem que surja o eleito que a devia colher. Ama em segredo, cultiva um primeiro amor, desses que nascem pela infância e se prolongam, ocultos como coisa criminosa, até o fim da vida. Nestor, o herói do livro, o príncipe encantado, mimo da família, deixa-se amar por ela e namora-a. Depois, retirando-se para o Rio, esquece-a e casa-se com uma flor da moda, Hortênsia.

De volta à província, a passeio, Hortênsia o acompanha,

condescendentemente, com atitudes tolerantes e sorridentes de criatura superior posta num meio inferior. Detesta a vida provinciana, quer tornar ao turbilhão do seu Rio; mas o narcótico da vida de província a vai enlaçando, quebrando-lhe as resistências e ela acaba *senhora de engenho*.

E Betânia, pobrezinha!, sacrifica-se de vez, silenciosamente.

O romance de Mário Sette é bom e, se o autor o apurasse melhor na parte técnica da construção e no estilo, tornar-se-ia ótimo. Apesar disso o leitor o lê com vivo interesse, convencendo-se, ao cabo, de que o Brasil se acha enriquecido de mais um verdadeiro romancista, ao qual cumpre fixar toda a vida hodierna de seu Pernambuco.

Revista do Brasil, nº 64, abril de 1921.

Vida rústica

Carlos da Fonseca[\[12\]](#)

Seção de obras de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1918

O autor classifica no gênero conto as composições enfeixadas neste livro. Entretanto lhes caberia melhor a denominação de crônicas da vida rural. São de fato crônicas. Confundem-se geralmente os dois gêneros e muito cronista por aí, dos mais perfeitamente caracterizados, jura que é contista. O verdadeiro conto não passa de uma narração incisiva e bem travada em todas as suas partes de modo a dar relevo a um fato, cômico ou trágico. Antigamente definiam-no como a narrativa agradável de coisas imaginárias. Com o advento do naturalismo, ele ampliou o quadro e admitiu dentro mais coisas do que o permitia a concepção antiga. Inda assim exige como essencial a narrativa em progressão na qual tudo tenda para o desenlace final, imprevisto e sugestivo. O conto nunca deixará de ser anedótico. É mister que o leitor, acabada a leitura, possa recontá-lo a terceiro, isto é, apresentar rapidamente o esqueleto, o arcabouço anedótico. Dos nossos contistas poucos seguem esta orientação. Deixam-se arrastar pelo devaneio, afrouxam a contextura da obra por meio de repetidas digressões, ou de

excessivas minúcias descritivas, inúteis para o efeito final. São, em suma, em vez de contistas, cronistas. A *Vida rústica* está neste caso. Considerada como um livro de crônicas da vida da roça, é uma obra aceitável e digna de leitura, apesar do vício que todos notam do preciosismo do estilo. Revendo muita leitura, e estudos de autores clássicos, o senhor Carlos da Fonseca sacrifica a expressão que mais claramente traduziria a sua ideia pelo gozo de revelar conhecimentos da língua.

Exemplo: “As avezinhas imbeles api haviam feito o ninho, acarreando cisco e úsneas, musgo e líquenes, julgando-o ao abrigo das cobras e jaguatiricas; aí, no incubo, a mãezinha acarrara com a mais fagueira esperança”.

Se o autor tem em vista demonstrar o muito que assimilou na leitura dos clássicos, está bem, alcançou plenamente o objetivo. Se, porém, pretende fazer obra de arte e dar ao leitor a sensação do que descreve, terá de mudar de técnica. A simplicidade não é uma volta para trás; é um progresso. Há a simplicidade dos que não sabem bem a língua – simplicidade do simplório; e há a dos que a sabem a fundo – é a simplicidade do erudito, a simplicidade de Machado de Assis, de Renan, de Anatole France. Esta representa o grau máximo a que pode ascender um estilo.

Com as qualidades que revela neste livro, o senhor C. F., se der mais esse passo à frente, terá pisado a Canaã do verdadeiro equilíbrio de expressão.

Revista do Brasil, nº 32, agosto de 1918.

Protecionismo ou livre-câmbio?

Isaltino Costa[\[13\]](#)

Casa Duprat, São Paulo, 1918, 2. ed.

O senhor Isaltino

Costa defende o protecionismo.

Entretanto, não há quem o não condene ao adquirir uma caixa de fósforos por 100 réis, sabendo que podia tê-la por 20 se não fosse o protecionismo. Condenado assim, praticamente, diariamente, a todos os instantes, pelos milhões e milhões de vítimas que faz, o protecionismo é condenado ainda pela ciência. Diz Novicow – e isto vale por dizê-lo o Novicow, mas pela ideia que suas expressões encerram:

“A luta econômica sob a forma de concorrência é o nervo, a razão de ser do desenvolvimento da riqueza pública. A concorrência mental, pelo grau de tensão a que leva os espíritos, é a vida, o progresso, é a possibilidade de triunfo da luta pela existência; é a conservação da individualidade nacional. Ora, pôr o indígena ao abrigo da concorrência mental, por meio das barreiras de protecionismo, é contrariar a sua evolução biológica. Longe de fortificá-lo, enfraquece-o.”

O protecionismo é isso: destruição da concorrência, proteção ao incapaz.

A consequência econômica é ficar o país inteiro com uma sobrecarga de preços no lombo para que se gozem de gordas fortunas a meia dúzia de protegidos.

O protecionismo protege, não o povo, não o país, mas apenas a minoria feliz dos industriais bastante hábeis para conseguir dos congressos as leis *pro domo sua*, e na imprensa o malabarismo de argumentos que faz do branco preto e embrulha o idiota do consumidor. Esta é que é a verdade nua e crua.

Revista do Brasil, nº 32, agosto de 1918.

Correspondência de uma estação de cura

João do Rio[\[14\]](#)

Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo,

Rio de Janeiro, 1918

O autor, ilustre membro da Academia de Letras, faz neste último livro obra de fina maldade. Limita-se, aparentemente, a reunir em volume um punhado de cartas pilhadas a vários aquáticos estacionantes em Caldas.

A intenção da coleta, todavia, é formar o verdadeiro compêndio da fatuidade humana, da insulsez de espírito, das taras repulsivas dos pitecos itinerantes, por modo a imbuir nos espíritos sadios e normais o nojo pelo plâncton esverdeado duma podriqueira precoce que flutua à tona da lagoa carioca. Não escreve, pois, um livro; enfeixa cartas alheias, apenas; e as transcreve com a máxima fidelidade para que nenhum detalhe se perca do linguajar cambaio de todos os epistológrafos, da charrice das suas ideias simiescas e da pretensa elegância canalha que é a atitude geral da coleção. Por essa forma o estigma indelével do descrédito recairá impiedoso sobre a pulhice inenarrável dos heróis.

Abre o livro a carta de um Antero Pedreira a uma dona Lúcia Goldchmidt, inglesa ali de Santa Rita do Passa, na qual descreve ele a vida hoteleira como algum dispêndio de paradoxos forçados e umas descobertas deste jaez: “O peristilo do hotel acolhe quase todos os hóspedes. Crianças correm – já reparou, dona Lúcia, como as crianças correm sem motivo? –, gritam, esbordoam-se mesmo nas escadas e nos corredores de cima”. Dona Goldchmidt não reparara. Ninguém reparara ainda. O achado pertence inteiro a Antero, e dá boa medida das suas faculdades de observação.

Logo adiante Antero descreve os hóspedes: “Há uma outra família – marido, mulher e filho. Amam-se e andam sempre juntos os três. Só entre gente simples ainda encontramos destes fenômenos”. Antero, ao que se vê, não foi reconhecido pelo pai. Daí resulta achar “fenômeno” o fato curial por excelência de pais e filhos amarem-se e passearem juntos.

Depois se mete Antero a descrever uma senhora dona Maria de Albuquerque: “Alta, macia, os cabelos de neve a aureolar-lhe a face moça – aquele ar imponente e suave da *pairress* que amasse as intrigas de Versalhes e trouxesse para a selvageria americana tudo isso e mais alguma coisa”.

Seria curioso indagar onde Antero, que é um sujeito visivelmente pigmentado e filho ali do Mangue, viu *pairress* para falar delas com esta familiaridade famular, e como descobriu a macieza da pobre velha. Estas indagações haviam forçosamente de abicar a uma explicação única: pernosticidade.

Mas Antero, além de pernostico, é caluniador. “Ela (dona Maria) diz coisas e ajuda o amor...” Ajudar o amor, com reticência, é coisa feia que fazem os russos antes de a polícia expulsá-los do território nacional. Será crível que a boa dona Maria de Albuquerque fosse assim uma semiabelha-mestra, à espera de seu Marcel Prévost? Dados os antecedentes de Antero, preferimos crer que ele mente.

De dona Maria passa Antero para Teodomiro Pacheco, “o parisiense Teodomiro – absolutamente neurastênico. Teodomiro saltou da tipoia em

movimento, estendeu-me a ponta dos dedos.

– Tu, na selva?

O saguão inteiro olhava-o.

– E tu?

– Venho conter-me. Haverá neste albergue travesseiros?

E subiu sem esperar resposta, seguido dos criados, das malas e do nosso espanto”.

O Antero, o Teodomiro e todos os mais plagiam os famosos personagens elegantes do Eça. São Fradiques e Jacintos, mas Jacintos de torrinha, cheirando a patchuli e a certa pomada de lima que disfarça as ondas revéis do pixaim. Se Eça de Queirós ressuscitasse e visse essas edições clandestinas dos seus heróis, surradas e pulhas como árias de Verdi em mau realejo, talvez que se arrependesse de os ter criado...

Afinal Antero depõe a pena, e passa-a a um José Bento, secretário dos Oleps, outro evadido da galeria eciana, o qual diz pouco, e no fim confessa: “Há muito tempo que deixei de saber escrever”. Modéstia pura. O lapidar da frase demonstra que esse Bento escreve academicamente bem. Mas José Bento para e volta a coçar-se. Antero em nova carta à inglesa, continuando a ministrar provas cabais de sua agudeza: “Havia estações de movimento, com trens de animais e trens de carga sobre os trilhos”. Como na primeira descobriu que as crianças correm, aqui reafirma os dotes de observador notando que os trens andam sobre os trilhos. O achado é realmente feliz, e não acudira a nenhum dos Anteros conhecidos, nem ao de Quental, nem ao de Figueredo, homens de espírito, aliás.

Prosseguindo, Antero descreve o tipo do Teodomiro parisiense. Pobre Paris! Se possui a arte de conformar assim os rastaqueras que por lá enxameiam, merece bem ser arrasada pelos obuses alemães! Sua impressão da paisagem “era literária ou mundana”. Teodomiro é um pobre patarata nascido de pais boiadeiros, ali pelas cercanias de Uberaba; foi amamentado por *mamã* preta e desasnado pelas crioulinhas da casa. Mas esqueceu a

paisagem da sua terra. Foi a Paris e esqueceu a paisagem... Voltou *chien*. Esperava encontrar no trajeto do Rio a Caldas a *joungle*, com araras e macacos, índios e negros. Vendo as terras cultivadas, espantou-se, e o espanto fê-lo “comparar e lembrar”.

Ante o mar de cafeeiros, lembrou-se... dos prados ingleses e do poeta Walt Whitman. Achou-se, em seguida, “idiota e ainda mais idiota e poeta”. Esqueceu, porém, de comparar. Deixou essa parte ao leitor a quem adiante ele próprio fornece os termos necessários. Como? O parisiense de ao pé de Uberaba vê, por entremeio dos cafezais, uma plantação curiosa: “Árvores cujas folhas de verde pálido em forma de gomos se ligavam formando as válvulas de conchas, onde se derramava uma cor de vinho”.

Perguntou que era aquilo a um não parisiense vizinho de banco, e este respondeu com muita seriedade serem jabuticabeiras. Pasmou Antero. “Aqueles cachos como de uvas, aquela beleza cem vezes maior que a das vinhas, aquele ofertório de parras bêbedas de sumo roxo eram as produtoras de uma fruta que ele não comera senão em criança, por não ser elegante...” Não comera senão em criança por não ser elegante! Não é elegante comer jabuticabas depois dos 21 anos de idade... Como Paris binoculiza os nossos pobres “elegantes”? Sabe o leitor que “árvores” eram aquelas? Mamoneiros. Está achado o termo da comparação. A edição *princeps* dos elegantes de Eça está para a edição clandestina destes Fradiques de raposinhos como a jabuticaba de Sabará para a mamona do Antero. Um regala; a outra purga.

Não teria fim, se as fôssemos enfileirando, as ratices inumeráveis dos epistológrafos de Caldas, ratices, pulhices e até imbecilidades como esta de Antero para Godofredo de Alencar. “Os jogadores estavam frios como algodão gelado.”

Não param, não esmorecem, sobem num *crescendo* pela escala ricinal acima até os últimos extremos drásticos. Surgem outros epistológrafos, uma Generala Alvear, uma Vilar, uma Nenem Araújo, um Pedro Glotonosk, todos moldados pela mesma matriz, foragidos todos da copa e da cozinha das

Cartas de Fradique Mendes e circunvagando todos em redor da figura de Teodomiro, o parisiense – Jacinto Galeão da Gamboa.

O senhor João do Rio foi perverso em excesso. Até aqui editores de cartas alheias escolhiam sempre as que davam melhor ideia dos respectivos autores. O senhor João do Rio operou às avessas. Escolheu justamente as que deixam deles uma pior impressão, tanto no que diz respeito à forma ao que toca ao fundo. E formou com elas uma galeria dolorosa de imbecis, cretinizados pela preocupação simiesca de plagiar atitudes alheias.

E o fez com tamanha habilidade, escolheu tão bem os epistológrafos e as cartas mais típicas que o volume dá a impressão de ter sido escrito inteirinho por um só autor, um Teodomiro Mamona esparradamente ridículo.

Revista do Brasil, nº 32, agosto de 1918.

Um *Guarani* em geringonça

Queixam-se de que não temos literatura. Queixam-se de que o pouco que temos não é conhecido nem estimado como deveria ser. E as razões são óbvias. Não temos tido editores que ponham os livros ao alcance do povo, em edições baratas, isto é, de preço razoável e justo.

Mas enquanto os fazedores de livros no Brasil aplicam os seus processos de atraso, os editores estrangeiros avançam resolutos empenhados na posse dos nossos mercados com os nossos próprios livros. E de que maneira!

Chega-nos agora às mãos, por exemplo, um *Guarani* posto em letra de forma pela Casa Bietti, de Milano. É uma brochura de 94 páginas em que a pobre obra de Alencar sofre martírios nunca imaginados por ninguém. Só estão respeitados de Alencar o assunto e a má colocação dos pronomes. O belo romance foi mutilado para um transunto idiota em que o enredo é falseado a cada passo, e em que se trocam até os nomes dos personagens. A língua usada é o caravançá de um tradutor que se meteu a sebo, escrevendo numa língua de quem não conhecia sequer o vocabulário usual.

De modo que é de um cômico irresistível, para não dizer de uma tristeza enervante, ler-se alguns dos primores que vêm espalhados pela obra. Peri, à página 25, tem “uma olhadela resplandescente e cheia de ira”. “Sua olhadura dava receio.” Cecília, por sua vez, arruma-lhe uma “olhadura lânguida, apaixonada”, e “na cara dela estava qual inefável expressão!”. Mas “o conversamento esteve interrompido por o grito da coruja”, certamente porque a própria coruja sentiu calafrios de horror ao ouvir o juramento de Dom Alonso e de Dom Gonçalves feito com estas palavras:

– “O juraís vós de ser-me sempre fiéis?”

– “O juro!”...

É essa aliás a mesma gramática usada em todas as outras passagens. Na declaração de Gonzales, aparece isto:

– “Me escuta! Te amo, jovem divina!”

– “Cala vil!”

– “Não me fales em maneira tão áspera, tu que és tanto doce.” “Acorda que a minha desesperação de amor faz-me *pronto* de todo!”

Pronto devia estar, por certo, o inconsciente que deturpou a esse ponto não só o livro de Alencar como a própria desgraçada língua em que foi traçado.

Pois bem. É essa edição do *Guarani*, um dos nossos livros mais típicos, a mais espalhada e mais vendida. Nas estradas de ferro e nas localidades do interior é esse *Guarani* que o povo conhece, é por ele que o povo admira Alencar.

Quem deveria fiscalizar estes delitos? À Academia certamente não incumbe organizar uma polícia literária. A reação contra semelhantes disparates devia ser do próprio povo, se tivéssemos a instrução bastante...

Mas se tivéssemos instrução bastante, certamente a Casa Bietti e quejandas não se atreveriam a impingir-nos os nossos próprios livros na geringonça mais desprezível que podem inventar.

Mais uma forma com que somos castigados pela nossa incúria.

Revista do Brasil, nº 49, janeiro de 1920.

Mau-olhado

Veiga Miranda[\[15\]](#)

Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo,

Rio de Janeiro, 1919

Veiga Miranda, estreado auspiciosamente com *Ressurreição* na arte do romance, reafirma com *Mau-olhado* seus magníficos dotes de pintor de almas e costumes. Como no primeiro, o enredo deste transcorre dentro do quadro agreste da vida roceira. Lê-lo é ter desdobrada ante os olhos a cinematografia colorida das fazendas abertas no sertão – luta bárbara do homem contra a terra e luta da civilização contra a selvageria.

Um fazendeiro da Bagagem, já idoso, muda-se para as margens do rio Pardo, onde abre fazenda. Está casado de novo, em segundas núpcias, com Maria Isolina, “criatura de 18 anos, morena e formosa, entontecedora no seu olhar de veludo, nos seus cabelos negros, nas suas formas maciças e harmoniosas, como essas bebidas lubrificantes de que, a cada gota servida, parece evocarem-se imagens novas, de prazer e delírio”.

Mas não fora bem conjugada essa união. A desproporção da idade, a grosseira rudeza do sertanista não podiam dar a Isolina o que, romântica por

temperamento, romanticamente ela pedia. E seus “olhos negros, rasgados, de aveludada doçura, que haviam fulminado o sertanejo, se tinham vindo transformando pouco a pouco em duas corolas misteriosas e profundas, de pétalas sedosas e fulgurantes da grande flor da melancolia. Pareciam mais escuros, como duas janelas abertas para a treva de uma alma infeliz”.

Isolina deperecia, vítima da derrocada das suas ilusões de amorosa. Idealista, sequiosa de amor, via no charro daquele casamento de arranjo a morte irremediável de tudo. Todo o drama, com as múltiplas derivações que no decorrer sofre, engalha inicialmente no mortal desengano de Isolina.

Seu misterioso mal cresce. É “mau-olhado”. Acodem-na com remédios que pioram a situação. Fiam a cura da intercessão milagreira do céu. Constroem igrejinha votiva. Toda a fazenda jaz suspensa em torno do magno problema da cura da senhora. Mas a histeria da moça incompreendida segue o curso fatal e, agravada sempre, desfecha em loucura trágica.

Em torno da Isolina, figura central, gira um mundinho familiar, no qual se destaca com singular relevo o bando de diabretes, suas enteadas. Dão nota álares ao romance as contínuas peraltagens de Leonor, Ismênia, Bugrinha e companheiras, a grazinarem como baitacas irrequietas, sempre aos cochichos na língua do *p*.

– “Coi-poi-ta-pa-da-pa da-pa Is-pis-me-pe-ni-pi-a-pa.”

Nessa algaravia incompreensível aos não iniciados, fazem comentários brejeiros à vista de todos, e, sobretudo, do padre Lívio, que é um acabado tipo de songa-monga místico. Enteadado, também, de Isolina e recém-vindo do seminário, Lívio está no período de luta aguda contra o mundo, o diabo e a carne.

Assaltado reiterativamente pelas exigências brutas do instinto e pelas idealistas do coração, provocadas pela intimidade de Isolina que evidentemente o deseja, o padre vacila durante todo o romance, quer e não quer, pratica ações inconexas e demonstra em todos os atos uma inabilidade congenial que o arrasta, por fim, ao sacrifício da vida na tragédia final. Tudo

que faz o pobre Lívio sai errado. É um joguete dos próprios instintos, das suas ideias e das alheias, da natureza envolvente e das irmãs.

Em passeio com elas pelo pomar canta um passarinho e Leonor, olhando à sorrelfa para o padre, pergunta a Ismênia a significação daquilo.

– “Não sei, não...

– Ora... É tão claro! Veja bem: primo! Primo com primo faz mal? Não!... Te afirmo, te afirmo!

– É exato! Tal qual!... – concordaram todas, procurando traduzir os gritos estridentes que vinham do bambuzal. E, entre a gritaria, Ismênia dependurou-se ao ouvido de Leonor, dizendo qualquer coisa que provocou à outra uma cólera brincalhona, pondo-se ambas a correr, Ismênia em fuga, Leonor em ataque, com os cabelos curtos em desordem, como as crinas de um animal selvagem.

– Eu ouvi o que foi! – bradou a pequena Elisa, quando as duas serenaram.

– E eu também – acrescentou Bugrinha.

– Boba! Cale a boca – gritava Leonor.

– Foi isto: – Salvo se o primo é padre! – E as duas partiram aos saltos, berrando o estribilho que Ismênia acrescentara à cantiga dos vira-bostas.

– Centes, nhá-nhá!... – exclamou uma das pretas moças, voltando para o grupo o seu rosto luzente, com os peitos firmes em dupla saliência sob o tecido grosseiro – como é que se brinca assim com padre? Coitado de Nhô Lívio! Desse jeito vancês ainda bota ele a perder...

As meninas redobram o alarido, entrando as mais velhas a tagarelar na sua linguagem secreta, e Lívio repentinamente vexado, zozinho sem saber por quê, atarantava-se a relancear os olhos sobre as formas das pretas, a ouvir as risadas das primas, o baque surdo do monjolo, os gritos mordazes dos pássaros pretos, como se todo o universo escarnecesse dele, numa ironia desdenhosa e cruel. Por felicidade, Fortunato voltava com a gamela vazia, e gritou logo para as meninas:

– Iaiá! Nhá Ismênia! Sinhá está chamando para almoçar...

E o bando todo levantou o voo para a casa da fazenda, grazinando como maritacas endiabradas, deixando para trás, solitário e cabisbaixo, o vulto negro de Nhô Lívio que, tropeçando num rebordo de canteiro, quase ao chegar ao portão, ainda se voltou, esgueirando o olhar mortiço para as bandas do monjolo.”

Outro personagem de importância no romance é Lelé. Sacristão e curador, vai influenciando com manhosa habilidade no ânimo crenteiro dos sertanejos e criando fama de santo. Está apanhado ao vivo, o santarrão, tipo vulgar nos sertões, onde a extrema ignorância, a bruteza e o fanatismo do povilêu propiciam o surto destes místicos negociastas. Dessa massa é que saem os conselheiros, os Zé Marias, os santos periódicos que põem em polvorosa o exército.

Lelé abre guerra insidiosa contra o padre e, com infinita manha, cria nos sertanejos a convicção de que todos os males do ano, oriundos da seca, provêm da presença dele na fazenda. Agravando-se as calamidades, exaspera-se o rancor popular, e um dia sai a lúgubre procissão dos fanáticos em jornada de vingança. Entoando cânticos rudes, ladainhas macabras, rotos, sujos, encachaçados, a turba atravessa campos e matas em marcha relembrativa de coisa medieval. Correm à chacina do “anticristo”... Precipitam a tragédia a loucura de Isolina e o desvairamento do padre; e as duas histerias, religiosa num, amorosa noutra, mais uma pobre criança de peito, rolam na estrada, amassados pelo porrete desvairado da turba fanática, enquanto, por um acaso singular, os céus despejam sobre a terra ressequida a longamente esperada chuva salvadora.

Mau-olhado é, pois, uma preciosa contribuição para o acervo nada rico do romance brasileiro. Tudo ali é genuinamente nacional. Nenhum tipo, com nenhuma cena, entremostra arte alienígena, copiada inconscientemente. Se peca, peca por exuberância. A catadupa de incidentes que o movimentam reflete bem o informe e caótico da nossa natureza indomada, alternando

precipícios e monstros com remansos poéticos e beija-flores. Eis por que, até nos defeitos, *Mau-olhado* é desses romances que se nos gravam na imaginação para sempre. É a terra, é o homem, é este caos onde se elabora uma raça, falha já em várias tentativas, mas sempre teimosa, a tatear uma forma estável de equilíbrio...

Revista do Brasil, nº 39, março de 1919.

À volta do mundo

Edmundo Navarro de Andrade[\[16\]](#)

Rothschild & Cia., São Paulo, 1920

Viajar, para a brasileira gente, é sinônimo de ir a Paris, cair lá na farra, dedilhar a gama inteira dos prazeres bordelengos e voltar com os bolsos vazios e o cérebro amolecido. É assim, e acabou-se. O mundo é Paris, e acabou-se.

Esta forma nacionalíssima de imbecilidade já vai cansando, de modo que é com alívio que se nos depara um livro destes, de viagem, mas não à moda sandia. O autor, apesar de brasileiro, não é tolo – abre exceção à regra. Tem a coragem inaudita de viajar pelo Oriente! E porque é um homem de espírito frio e viajou fora da zona estragada, seu livro lê-se com especial encanto.

O autor leva-nos aos Estados Unidos, ao Japão, à Índia, a Java, à Colônia do Cabo; leva-nos pelo braço, de cigarro à boca, na frescata de um pijama, conversando com a maior despreocupação deste mundo. Conta-nos como resingou com os criados, que más coisas deram-lhe nos hotéis, que ruim gente é o nosso diplomata, e como se sua por lá. Suou à beça, nessas regiões queridas do sol, e grande parte do livro transpira os seus suadouros forçados.

Malfeito o mundo! Gente a morrer torrada nos trópicos e de frio nos polos! Se não era tão razoável ratear gelo e sol, de modo a termos uma primavera de polo a polo! Apesar disso, o livro confirma uma vez mais a delícia de viajar. Se, porém, é delícia viajar, viajar em companhia do autor é delícia dupla. E goza-la-á quem der duas horas de atenção ao seu livro, que não é literatura (felizmente), nem ciência perobesca (ora graças!), nem atitude *blasée* de turista entendido e sim palestra amável, graciosa, anedótica, instrutiva e inteligente. E o autor a impregna de tal forma da sua maneira pessoal que em muitos trechos se fica na dúvida de estar a lê-lo em livro ou a ouvi-lo em carne, osso e sotaque coimbrão, naquele encantado paraíso dos eucaliptos que é o Horto do Rio Claro.

Bem-vindos sejam os livros assim.

Revista do Brasil, nº 54, junho de 1920.

A Semana

Machado de Assis[\[17\]](#)

Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1920

Bom presente faz o Garnier às letras editando em grosso volume de 456 páginas as crônicas que Machado de Assis publicou na *Gazeta de Notícias*. “A Semana”, chamava-se a sua seção nesse jornal, onde a manteve com regularidade, demonstrativa de grande capacidade de trabalho, durante cinco anos, de abril de 92 a março de 97. Machado revela-se aí o Machado de sempre, cronista sutil e crítico cheio de aticismo. E mais que em nenhum outro livro entremostra ao público todas as suas ideias a respeito dos homens e das coisas. Quem quiser conviver umas horas com a mais bela inteligência jamais desabrochada no Brasil, leia *A Semana*, leia-a aos poucos, sibaritamente, e nunca se arrependerá do tempo gasto nisso. Não há prazer que valha o prazer mental. Todos os mais são passageiros e deixam borras amargas.

O prazer mental, porém, perfuma-nos o cérebro, irisa-o, e reconcilia-nos com a vida. Ora, é Machado de Assis o maior mestre que temos na arte sutilíssima de nos proporcionar ao espírito este prazer dos deuses. Lê-lo é

arejarmos o cérebro, como se abrissemos uma janela para um jardim de Armida.

Prefacia o livro Mário de Alencar, o generoso cultor de sua memória, dando notas preciosas para o bom entendimento do livro.

Revista do Brasil, nº 54, junho de 1920

Fatos e fitas

Léllis Vieira[\[18\]](#)

Ed. Mayença, São Paulo, 1922

Escritores há cuja obra destoam do homem; outros, que formam com ela uma identidade.

A esta categoria pertence Léllis Vieira. Impossível separar o homem da obra. Lê-lo é vê-lo; vê-lo é lê-lo. Tanto faz segurar o autor num café, para quinze minutos de prosa, como abrir seu livro e ler três capítulos. A impressão é a mesma. E impressão de quem está na vida à vontade, como peixe na água, sempre alegre, compreendendo tudo, perdoando tudo, extremamente generoso, amplo, desembaraçado e... cético. Que dúctil filosofia, o ceticismo! Como se concilia bem até com os mais rijos credos religiosos!

Este livro de Léllis Vieira revela o jornalista que conhece o público e a arte de ser lido. O gênero é dos mais engenhosos, misto de crônica e conto, com recheio de filosofia amável, sátira leve, pitadas de ironia, estudo de caracteres, tudo dosado sob as sábias regras do *quantum satis*. O autor não perde de vista nunca o pitoresco e o efeito cômico. Não faz estilo, não

rebusca torneios preciosos.

Conta e brinca. Escreve como fala e põe-se ao alcance de todos. Léllis possui o dom da amabilidade. Amabilidade é a qualidade do que é amável, do que é querido – do que sabe se fazer querido. Não há na vida social feição mais atrativa que mais agridie criaturas. Daí a quantidade prodigiosa de amigos que tem o homem, e de leitores que tem o escritor. “O Léllis disse”, “o Léllis escreveu”. Léllis é o intérprete fiel de um milhão de criaturas. Exprime-lhes os pensamentos mais íntimos, traduz-lhes a média das opiniões, dá-lhes forma à vaga psicologia. Veterano do jornalismo, só agora lhe veio a ideia de aparecer em livro. Deu o primeiro (do gênero; já possuía outros de outra feição), dará uma série e será em pouco um dos autores mais lidos no Brasil e de maior peso na opinião pública. A nossa gente descobrirá nele o seu mais precioso intérprete.

Revista do Brasil, nº 83, novembro de 1922.

A oligarquia paulista

Ivan Subiroff[\[19\]](#)

Oficinas do O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1919

Inda é bem recente o sucesso extraordinário que causou entre os que leem a publicação dos artigos ora enfeixados em volume. Ivan Subiroff, pseudônimo do mais intemerato dos nossos jornalistas, pôs a nu as negociatas, as bandalheiras de toda ordem que os políticos de São Paulo, com mais absoluto desprezo pelos interesses públicos e pela velha moral, praticam acobertados por uma impunidade absoluta. De nada valeu a revelação destes fatos. Em qualquer país medianamente civilizado, metade do que disse Ivan Subiroff bastaria para correr das posições supremas os vendilhões do pudor. Entre nós, tais revelações só servem para lhes dar maior prestígio. Isto faz-nos lembrar o caso de um sujeito que se apresentou candidato à vereança e foi derrotado por poucos votos. No dia seguinte à eleição, os jornais davam notícia da pronúncia do homem como gatuno.

– Que pena esta pronúncia não ter vindo nas vésperas da eleição – disse um cabo eleitoral.

– Por quê? – interpela um terceiro.

– Porque, se o eleitorado tem certeza de que o homem de fato era gatuno, elegia-o pela certa.

Os otimistas têm esperança de que as nossas coisas melhorem. Os pessimistas não esperam que isso aconteça. Os neutros, isto é, os que se deixam arrastar nem por uma nem por outra corrente, esses ficam indecisos e atarantados. As coisas correm de tal maneira entre nós que, por maior que seja a boa vontade, chega a parecer ingenuidade a esperança no conserto e no honesto funcionamento da coisa pública, enquanto estiverem de cima os homens atuais.

Campanhas como esta de Subiroff só servem para consolidá-los no poder. Talvez que o inverso desse resultado. Se fosse possível provar que são todos eles umas vestais, quem sabe viriam todos abaixo porque a recíproca do caso do vereador deve ser verdadeira...

Revista do Brasil, nº 47, novembro de 1919.

Ipês^[20]

Ricardo Gonçalves^[21]

Ed. Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1921

Ricardo Gonçalves, a mais simpática figura de poeta dos últimos tempos em nosso país, foi também, de certo, o que mais irmanado andou com o sentimento nacional.

O romanesco do seu tipo de campeador, gestos e rasgos impetuosos, talhara-o para os grandes triunfos da vida. Era o paladino à antiga. Foi o querido das massas. Par a par com o homem, o poeta foi também o eleito da multidão. Completava-se-lhe a personalidade.

O nacionalismo, palavra morta, neologismo que ainda não tomou voga, então nem sequer se havia formado lexicamente. Os jornais e as revistas, entretanto, andavam cheios das mais lindas e sentidas quadrinhas do vate paulistano, todas a recender do perfume agreste, a trescalar o aroma das matas. Era um encanto. O caipira, no livro e no teatro, fazia rir apenas. Ricardo Gonçalves viu mais longe, viu-lhe a alma e nos fez sentir toda a poesia da roça e da sua gente. Com sintaxe e em versos perfeitos, o caipira que apresenta é, contudo, o mais vivo e verdadeiro.

Ricardo foi o precursor do nacionalismo na poesia. O fundo popular da sua poesia, sob uma forma apurada e culta, deu-lhe esse admirável equilíbrio que lhe valeu a qualidade – que é sua mais que de ninguém – de grande expoente na coletividade, do mais largo expoente mesmo do sentido poético da nossa gente. Sob este aspecto, a sua obra é um prodígio de equilíbrio: o máximo de inspiração sertaneja e o máximo de literatura tradução dela. Por isso, teve sempre o mais largo círculo de admiradores e o seu livro tem agora a mais vasta procura.

Ipês nunca foi um livro propositalmente escrito. Fez-se naturalmente. Morto o poeta, nas trágicas circunstâncias em que morreu, ficaram os seus versos, esparsos em manuscritos e jornais. Mãos piedosas de irmão e de amigo os reúnem agora em volume. Levam como título *Ipês*, árvore da predileção do poeta, que seguidamente aparece nos seus trabalhos.

Revista do Brasil, nº 72, dezembro de 1921.

Madame Pommery

Hilário Tácito[\[22\]](#)

Revista do Brasil, *São Paulo*, 1920

São Paulo inaugurou o ano com duas revelações literárias dos mais finos quilates. O *Professor Jeremias* já fez carreira no público, que o absorveu e absorve com avidez consoladora.

O mesmo está sucedendo a *Madame Pommery*, sátira formidável aos costumes paulistanos. O assunto é escabroso, mas com tal arte soube avir-se o autor que o mais arrepiado moralista o lê sem cara feia. Historia a vida em São Paulo duma mundana criadora de costumes. Por manhas e artimanhas de tal matrona formou-se uma escola nova de extorquir dinheiro aos homens por meio da pele feminina e eflúvios de champanhe.

Como chegou ela a esse resultado, depois de sábias auscultações da psicologia dos nossos ricos da cidade, e dos “coronéis” do interior, é coisa que H. Tácito desfia com uma graça infinita, em estilo joco-sério, do mais fino sabor humorístico, misturando sólida erudição clássica e citações bíblicas às maiores patifarias carnavais da nossa alta goma. Mas o argumento do livro é coisa de somenos. Esse mesmo argumento, tratado por um espírito

vulgar, daria ou obra chilra ou pornografia.

Salvou-o a maneira do autor, sua erudição, seu bom gosto literário, seu senso inato do verdadeiro *humour*, suas qualidades deveras notáveis de equilíbrio e *savoir-faire*. E tão notavelmente ático se revelou na fatura de sátira que, para encontrar coisa irmã, temos de dar busca no tesouro das letras pátrias e socorrer-nos dos nossos mais apurados estilistas. Mesmo assim, no gênero, não sabemos de livro nosso emparelhável com este. O público, que tem faro, percebeu logo o advento dum escritor de escol, desses que raro em raro aparecem, um ou outro em cada geração. E, antes que a crítica se manifestasse, fez ao livro honras invulgares em nosso meio. Desde que saiu até hoje a *Madame Pommery* constitui um tema forçado de palestra, não fazendo ninguém restrições à arte inigualável do autor. Mais estreias como esta e São Paulo ajuntará à sua hegemonia econômica mais uma, a literária.

Revista do Brasil, nº 54, junho de 1920.

Silvestre Lagedo

Plínio Cavalcanti

Livraria Editora Leite Ribeiro e Maurillo,

Rio de Janeiro, 1919

Aproveitando-se da forma de romance, o autor, que lança o seu livro de estreia, expõe uma série de ideias e de desenhos de tipos sob cujas máscaras palpitam personagens vivas no Rio de Janeiro. Pode-se definir o livro como uma visão da capital federal, sua gente e seus costumes, encarados do ponto de vista dum filho do Norte, recém-chegado. E dá ele medida de como as almas se diferenciam no Brasil por injunções da extensão territorial. O Norte é uma coisa bastante característica, o Rio é uma coisa muito diversa; os tipos, os caracteres, a personalidade, tudo se diversifica. O nortista ambicioso, aperreado pela estreiteza do meio, tem como sonho dourado o mergulho na grande capital para “vencer na vida”. Emigra, se é um forte, e de fato vence; mas a civilização carioca absorve-o, dá-lhe todas as exterioridades, todos os vernizes, não conseguindo, entretanto, renovar a alma que ele traz de lá, na qual a saudade do *terroir* fica como o sentimento predominante. No fundo, há luta permanente e mútuo desprezo. O adventício

considera o Rio como sua presa, como praça-forte conquistada ao inimigo e comporta-se muitas vezes com a violência e o descaro do vencedor em terras do vencido.

Neste livro, o romance dos protagonistas – o moço que quer casar com a menina rica e graças à resistência do pai vem a casar com outra –, romance sem drama nem ação de qualquer espécie, parece-nos um pretexto para borbotar de ideias que ao cérebro do autor afluíram, em face da cafarnaum carioca. Também aproveita o ensejo para, sob forma de diálogo ou considerações pessoais, debater os nossos mais complexos problemas nacionais. O livro vale sobretudo como denunciador das qualidades beletristas de Plínio Cavalcanti. Ele as tem abundantes e tem a maior de todas, qual seja, a de interessar fundamentalmente o leitor e arrastá-lo pelo livro além duma assentada. Senhor de tal dom, está nas suas mãos, aprimorando a arte da fatura, dar-nos belas obras, muito mais cuidadas do que esta, visivelmente feita às pressas, e tão interessantes como esta na fixação dos aspectos fugidios da psíquica brasileira, fugidia e furta-cor.

Revista do Brasil, nº 46, outubro de 1919, p. 171.

LITERATURA DIDÁTICA

Noções da história da filosofia

Leonel França[\[23\]](#)

Livraria Drumond, Rio de Janeiro, 1918

É este um compêndio que vem abrir um capítulo novo à bibliografia didática de nossa terra.

No Brasil, a biblioteca de filosofia não é apenas pobre, mas quase mesmo inexistente.

E quando nos referimos às obras de filosofia não queremos falar de obras originais que demandem filósofos – ave rara neste país –, falamos das de simples compilação e comentário que requerem unicamente um pouco de cultura e um pouco de boa vontade.

Como livro didático que é, a *História da filosofia* apresenta-se com credenciais de valor: método, clareza, concisão. Colima perfeitamente os seus fins e há de servir de auxiliar precioso a todos quantos se iniciam nesse árduo ramo de atividade intelectual.

Do ponto de vista doutrinário, o livro ressent-se do preconceito religioso do autor (o autor pertence à Igreja Católica) e, naturalmente, os seus juízos não têm sempre aquela imparcialidade de que se há mister num historiador e, em especial, num historiador da filosofia.

O autor dividiu o volume em cinco partes, que estudam a filosofia oriental, grega, patrística, medieval e moderna.

Com exceção da primeira, que foi demasiadamente resumida, as demais partes foram estudadas com critério e pleno conhecimento de causa.

O capítulo sobre filosofia medieval afigura-se-nos o melhor de todos, pois concorre para a reabilitação, já iniciada há tempos, desse enorme período da história da humanidade, que estudiosos intransigentes crismaram de “interregno de treva”.

A parte menos imparcial de toda a obra é da filosofia moderna, o que se compreende bem desde que trata de tipos de ontem, encarados de um ponto de vista sectário.

Diz o autor, por exemplo, que Nietzsche, a quem dedica, ao todo, dez linhas: “As doutrinas imorais de Nietzsche revelam um cérebro desequilibrado. Enlouqueceu em 1889”.

Do fato do filósofo de *Transmutação de todos os valores* ter enlouquecido tirou a conclusão de que as suas teorias eram as de um alienado.

Mas essas são imperfeições e ninguém delas se liberta, especialmente

quando são devidas aos nossos próprios sentimentos de fé.

O livro tem valor e cabe na estante do leitor mais intolerante, e é isso que queremos fique aqui consignado.

Revista do Brasil, nº 39, março de 1919.

História de São Paulo

Rocha Pombo[\[24\]](#)

Ed. Weiszflog Irmãos, São Paulo, 1919

Primorosa na fatura, característica destes inteligentes editores paulistanos, o senhor Rocha Pombo nos dá um epítome da *História de São Paulo*, rico de gravuras e mapas ilustrativos. É um resumo didático de 120 páginas, feito com a competência que todos reconhecem no senhor Rocha Pombo em matéria de história.

Apesar da sua competência, entretanto, nota-se na linguagem do autor um certo desleixo, que dá lugar a confusões ou interpretações errôneas. Exemplo: “O vasto problema para a Casa de Avis era o mundo fantástico do Oriente”. Não está vestida a rigor esta frase. O Oriente não era um “vasto problema”; e não era um problema para a Casa de Avis; e também não era fantástico, uma vez que descoberto, visto, cheirado, apalpado e explorado. As palavras possuem um tal rigor de expressão que o emprego falso de um adjetivo que seja, em cada frase, prejudica seriamente a ideia. E a ideia que se pretende inocular na criança é mister que vá para o livro medida e pesada com o rigor do químico, sementes que vão germinar, para o resto da vida, em

terreno virgem.

Revista do Brasil, nº 45, setembro de 1919.

Em redor da Escola Profissional Masculina

Aprício Gonzaga[\[25\]](#)

Diário Oficial, *São Paulo*, 1919

Álbum onde o professor Aprício Gonzaga dá notícia completa do que é esse estabelecimento de ensino. A sua leitura e uma consequente visita à escola produzem uma impressão magnífica. A sensação que aquilo dá é de entusiasmo e fé no futuro. Aqueles meninos que batem o ferro, aplainam a madeira, modelam o barro, traçam desenhos ornamentais – meninos arrancados à vadiagem das ruas – são os obreiros em germe da grande pátria futura. Vão eles breve constituir a melhor força propulsora de nossa civilização. Modestos, humildes, escondidos dentro das oficinas, é por mão deles que se plasmará tudo quanto constitui a grandeza material de um país. Nosso mal, concordam-nos todos, é o absoluto desaparelhamento técnico. Existe a massa imensa dos Jecas embaixo e o bacharelismo por cima. No meio, essa classe operosa de mecânicos, marceneiros, decoradores, eletricitas, gravadores etc., as formigas do progresso industrial faltam-nos

por completo. Daí a necessidade de importá-las. Se em São Paulo a indústria pôde alçar-se ao nível em que está, deve-o ao técnico estrangeiro importado. Mas importá-los não é a solução completa, e não é uma solução nacional. É mister fazê-los aqui, educando para isso as nossas crianças.

Gravíssimo defeito tem o nosso sistema de instrução pública. Ensina a ler aos meninos e lança-os na vida, sem nenhum outro aparelhamento. Isto não basta. É fazer deles parasitas sociais, incapazes de uma função eficiente na vida. Vão ser eleitores, vão utilizar-se do conhecimento do alfabeto para leituras viciosas, ou ficam toda a vida a aspirar miseráveis empreguinhos públicos, julgando-se decaídos se voltam as vistas para as profissões manuais. Parece paradoxal isto: a instrução primária incompleta, não acompanhada da instrução profissional complementar, produz mais males do que bens tanto ao país como ao indivíduo. Forma um estado mental nas baixas classes correspondente ao bacharelismo nas altas. É o bacharel de poucas letras e sem anel no dedo, mas tão inútil e nocivo à sociedade como o bacharel de rubim. Entretanto, se ao sair da escola primária o menino cursa uma escola profissional, onde adquire um ofício, entrará depois para a vida prática armado em pé de guerra. Assim como é um verdadeiro crime atirar ao combate soldados desprovidos de armas, é também um crime lançar na vida crianças desprovidas das armas do ensino técnico. O conhecimento do alfabeto vale como meio e nunca como um fim. Como vai a coisa, no dia em que se acabar com o analfabetismo no Brasil, o país irá à guerra: ninguém mais trabalhará.

A Escola Profissional Masculina é modelar. Dá um magnífico ensino técnico a novecentas crianças, que sem ela viveriam ao léu, sem saber que fazer da instrução bebida na escola pública, predestinados a engrossar a nuvem dos *faineants* bacharelescos que vegetam à conta e à custa do conhecimento da cartilha: a nuvem dos eleitores, dos biscateiros, dos capangas, dos fósforos políticos, dos literatos de sarjeta, dos cafajestes pernósticos, dos encostados, dos poetas caspentos, dos incompreendidos, dos

ratés, em suma. Saem dali artistas feitos, mecânicos de mão cheia, eletricitas, desenhistas, pintores, marceneiros, ferreiros, fundidores... Admirável isto!... Ah!, se houvesse na cabeça dos nossos dirigentes um grânulo de inteligência que os fizesse compreender a vantagem do ensino profissional, escolas como esta não seriam duas nem três, como hoje, mas centenas, uma centena em cada estado, duas, três em cada cidade. Esta dirigida pelo professor Aprígio Gonzaga é verdadeiramente modelar e o é porque tem em seu diretor um apóstolo convencido e um espírito de larga envergadura e alta compreensão, sempre atento aos detalhes mínimos do serviço e aos aspectos psicológicos do ensino. Não faz do cargo burocracia e procura não melhorá-la com a adoção das conquistas feitas na matéria entre os povos estrangeiros, mormente nos Estados Unidos, como ainda para aperfeiçoá-la com modificações indicadas pela sua arguta observação pessoal. Bem haja quem assim trabalha com tanta inteligência e tanto amor.

Revista do Brasil, nº 48, dezembro de 1919.

No templo de Minerva

João Pedro Martins

Oficina Ezilda, Rio de Janeiro, 1918

Livro desconsolador, este. Oti-mamente escrito, denuncia no autor uma grande competência, um homem de bem, um sincero amigo do país fundamente consternado com a coisa deplorável a que se dá o nome de Instrução Pública no Brasil.

Fala-se do analfabetismo dos sertões, da deficiência escolar por esses cafundós do Judas. Tem-se a impressão de que é assim lá, nos recessos do Jeca Tatu, onde não chegam as vias férreas. Súbito, aparece um livro destes e denuncia a – tenhamos a coragem da palavra exata – a bandalheira que é a instrução pública... Onde? Em Goiás? Em Mato Grosso? Não! Na capital da República, nesse cafarnaum do Rio de Janeiro! Diz o autor: “[...] na cidade fundada por Estácio de Sá, a locução *Escola Primária* o mais das vezes dá ideia de um antro, onde, sem material escolar suficiente, sem regímen disciplinar e sem método científico, sob o alude desordenado de programas e compêndios didáticos, ou na inteira ignorância dos princípios fisiológicos de educação a que se deve cingir a moderna pedagogia, se entibiam e deformam

esses frágeis embriões da inteligência humana”. “Numa escola em que lecionamos, até os mapas do Brasil eram fruta rara; se os pedíamos para a preleção em classe, era-nos informado só haver um e esse mesmo se achava, como certos réus que a Justiça chama por éditos, em lugar incerto e não sabido.”

E por aí vai o autor. Os governos passam, o dinheiro some-se, os programas suntuosos se sucedem; não obstante, a instrução popular é, na capital da República, uma coisa que equivale, guardadas as proporções, à coisa chamada instrução em Pilão Arcado, Xique-Xique, Duro, Juazeiro... Que tara é esta que nos vicia a ponto de não conseguirmos resolver o problema mais simples de todos e já solucionado de maneira completa em todos os países cultos? Será então que é verdadeira a dura sentença de incapacidade que nos tem lançado Le Bon e outros sociólogos europeus? Não seremos capazes, nem ao menos, de arrancar o corpo ao atascal do analfabetismo?

Revista do Brasil, nº 45, setembro de 1919.

Gramática portuguesa

Firmino Costa[\[26\]](#)

Belo Horizonte, 1920

Os leitores da *Revista* já conhecem Firmino Costa através do *Vocabulário analógico* de que publicou vários capítulos muito apreciados, e não se admirarão, pois, de vê-lo surgir como autor de uma alentada gramática.

Em matéria de língua caminhamos no sentido de criar uma língua nova, filha da portuguesa.

A língua brasileira positivamente está a sair das faixas e coexiste no Brasil ao lado da língua portuguesa – como filha que cresce ao lado da mãe que envelhece. E tempo virá em que veremos publicar-se a “Gramática brasileira”. Pois bem: a gramática de Firmino Costa, sem que o autor pensasse nisso, é já um bom passo à frente para a criação da gramática brasileira.

Inúmeras peculiaridades do nosso falar, que as gramáticas anteriores, rigorosamente portuguesas, consignavam condenando como crimes horríveis, F. C. consigna inocentando-os, isto é, registrando-os como fatos consumados

da língua. Fez, pois, a mais brasileira das gramáticas portuguesas.

O seu sistema gramaticante é bastante inteligente. Foge de muito pedantismo consagrado e apresenta-se com uma clareza e uma singeleza extremas. O seu sistema decorre do conceito com que abre o livro: a palavra vale não tanto pela sua forma, mas principalmente porque exprime ideias e pensamentos; a alma da palavra é o sentido, e a sua forma apenas matéria perecível. “O sentido, como parte essencial da palavra, norteará a organização desta gramática, e ele subordinar-se-á à forma vocabular. Desprendido assim dos laços, em parte artificiosos, que ainda cingem os estudos gramaticais, este compêndio apresentará uma nova feição, tomará caminho diferente do de seus congêneres, pretenderá simplificar e melhorar o ensino da língua pátria.” Diz bem o autor dizendo *língua pátria*. Porque a língua pátria já não é propriamente a língua lusa de Portugal – é a sua filha brasileira. E, se gramática é o estudo dos fatos da língua, a gramática que nos convém é a que estude os fatos da *língua pátria*.

Revista do Brasil, nº 64, abril de 1921.

Pequenos trechos

Otaviano de Melo

Ed. Weiszflog Irmãos, São Paulo, 1920

O presente volumezinho, destinado a servir de livro de leitura complementar nas escolas primárias, ressent-se da mesma falha que caracteriza a maior parte dos seus congêneres adotados quer em São Paulo, quer em outros pontos do Brasil onde igualmente se cuida da instrução pública – é árido. Os assuntos, muito bem escolhidos, muito bem coordenados, em relação às exigências dos programas oficiais, não vestem, contudo, aquela forma peculiar da boa literatura infantil, que, pela naturalidade do estilo, pela ausência de termos de complexa significação, pela aparência de singeleza das noções transmitidas, constitua para as crianças antes um recreio de ledos atrativos, que não, propriamente, uma *disciplina*. Aliás, culpa não cabe toda ao autor, obrigado a ter sempre em vista, ao escrever o seu trabalho, o cingir-se às normas estreitíssimas e ásperas que representam, na instrução primária, aqueles citados programas oficiais. De uma complexidade e amplidão inconcebíveis em se tratando de instrução primária, tais programas, abarcando nas suas garras conhecimentos

científicos e históricos, conceitos morais e princípios sociológicos, que transcendem apavorantemente da delicada mentalidade infantil, tornam inexecutável a elaboração de um bom livrinho de leitura que apresente os predicados a que atrás aludimos. Daí a aridez acabrunhadora que forma a eiva de quantos volumes por aí aparecem, constrangidos à tarefa de ajudar pobres mestres-escolas a martirizar inermes criancinhas com enormidades como: “Miopia

e presbiopia”, “Metais e metaloides”, “Clorofila”, “A ancilostomose”, “Higiene do exercício”, “A combustão”, “Funções da raiz”, “Higiene do sistema nervoso”, “Funções das folhas”, “Pressão atmosférica”, “Fenômenos físicos e químicos” e outros e outros, com que, nos *Pequenos trechos*, o senhor Otaviano de Melo houve que entremear as lições restantes, em que ainda há uma certa dose de suavidade.

A edição dos *Pequenos trechos* está cuidadosamente executada, acompanhando as lições excelentes gravuras, que, com a nítida impressão do texto, dão ao volume elegante e agradabilíssimo aspecto.

Revista do Brasil, nº 53, maio de 1920.

Prossigamos!

Luiz Rubano

Casa Jeronymo Silva, Niterói, 1919

Não sabemos que má sorte tem a literatura didática no Brasil. Cada nova contribuição que nos cai sob a vista é uma nova prova do nosso mau gosto, da nossa incompetência ou da nossa inaptidão para a fatura dos livros escolares. Faz pena, faz pena, realmente, pensar que as nossas crianças tenham de educar-se com semelhante aparelhamento, tão defeituoso, pobre e infeliz. O que, no exíguo número das nossas obras didáticas, não peca pela má linguagem ou pela nenhuma metodicidade peca, como este, pela feição material, que é, poder-se-ia dizer com alguma maldade, genuinamente brasileira...

O senhor Luiz Rubano escreveu talvez um livro capaz de bons resultados educativos. Bem-intencionado, manejando a língua com facilidade, escolhendo bons temas, conseguiu organizar uma série de ficções muito interessantes e proveitosas. Todas essas qualidades, porém, se perdem, se diluem, ficam esquecidas com a apresentação que o livro lhe dá. Má impressão, mau papel, má distribuição e, sobretudo, *horresco referens*,

desenhos dos menos adequados, se é que a isso possa chamar-se desenhos. Procure o autor dar uma nova feição material ao seu trabalho. Sem isso tudo será em vão.

Fazer bons livros para crianças é das coisas mais sérias, nas quais é preciso não só trabalhar com inteligência e coração, mas com uma elevada argúcia e cuidado.

Revista do Brasil, nº 46, outubro de 1919.

Apontamentos de química geral

Leonel França

Livraria Drumond, Rio de Janeiro

Livro benfeito e simpático; verdadeiros apontamentos, nome foi-lhe bem dado. Diz no prefácio: “Meu fim não era iniciá-los (aos alunos) nos segredos dos laboratórios”. Mais adiante: “Nestes apontamentos, portanto, encontrarão os estudantes as preleções do mestre, sem perderem tempo com a organização de notas e postilas quase sempre incompletas e inexatas”. Estes tópicos apresentam o livro, que é claro, conciso e resumido o quanto um livro de química pode ser. Presta-se para *cola* como quase todos os “organizados de acordo com os programas oficiais”, presta-se melhor para os alunos decorarem definições para conquistarem nos exames estrondosas distinções, sem terem compreendido o que papaguearam.

Estudar química sem laboratório é o mesmo que estudar bacteriologia sem microscópio. Poupar ao aluno o trabalho de tomar notas é incitá-los a decorar meia dúzia de pontos nas vésperas dos exames.

Na química, como em todas as ciências positivas, a habilidade e o recurso de ocasião nada valem e essa é a razão de ser de uma das ciências

mais ignoradas neste país onde a maioria dos que seguem um curso qualquer só aspiram a ser *doutores por anelamento*. Todos os livros para uso dos preparatorianos e candidatos às escolas superiores são prejudiciais, são livros de indústria, são auxiliares para “passar” no exame. O professor é o livro e o caderno de notas é o dicionário do principiante, como o livro de consulta é o livro do mestre.

Os *Apontamentos* do professor Leonel França, no gênero, são esplêndidos; decorando as suas 117 páginas, qualquer menino poderá *formar-se* em química em qualquer escola onde vigore o sistema de julgar o que o examinado sabe pelo que responde nos exames, dentro dos absurdos programas oficiais.

Revista do Brasil, nº 48, dezembro de 1919.

LITERATURA
HISPANO-AMERICANA

Inquérito literário sul-americano

B. Sanchez-Sáez, dedicado amigo da *Revista do Brasil* e seu representante em Buenos Aires, espírito inquieto, meigo e carinhoso, humilde embora infatigável obreiro do idealismo, promoveu uma *encuesta* entre personalidades literárias de destaque na grande república platina e em outras repúblicas irmãs sobre o estado das relações mentais entre o Brasil e os povos que o rodeiam. Fê-lo de si próprio, sem sugestões de ninguém, movido apenas da altíssima ideia de que é do recíproco desconhecimento dos povos que sobrevêm todos os males – e de que cada passo no sentido da aproximação mental é um passo a mais no caminho fecundo da fraternidade.

Conhecimento traz compreensão; compreensão traz amor ou, no mínimo, indulgência generosa. E o conhecimento recíproco dos povos só há de vir pelo intercâmbio de ideias e sentimentos expressos pela arte. Não nos aproximam dos povos vizinhos os tratados, nem os salamaleques diplomáticos, nem as missões oficiais pomposas. Coisas são estas que, no

comum, servem apenas para acirrar vaidades, apropositar remoques irônicos e dar ensanchas a que vomitem venenos as folhas que banho-mariam o ódio na panela chauvinista.

Só aproxima a arte. É ela que faz da velha Grécia um povo sempre presente. Ésquilo, Aristófanes, Fídias, Homero – são eles os artistas, o segredo da eterna mocidade helênica. Suprimam-nos e a Grécia virará uma remota expressão histórica que nada mais nos dirá. França: qual o segredo da universal simpatia pela França, tamanha que nos tira olhos para lhe ver seus crimes? O eterno segredo, sua arte – a ação dos seus poetas, dos seus romancistas, dos Mussetes, dos Maupassant, dos Barbusses. Através deles o pensamento francês revoa e, fixado em livros, vai pelo mundo inteiro conversar com os espíritos estranhos e florir-lhes as horas de estudo e meditação. Eliminem-se de França estas andorinhas que emigram e vêm pousar em nossos cérebros, e a França passará a mera expressão geográfica, muda e cruel, antipática e hostil.

Assim nós, sul-americanos. Se nos arrepiamos como gatos uns diante dos outros, e nos difamamos, e nos insultamos, é que nos desconhecemos, é que nossas andorinhas não saem dos beirais de origem, não revoam, não emigram, não vão pousar nos cérebros de além-fronteiras.

Não levam para longe a graça do pensamento e os amavios da arte que uma só coisa, em todos os tempos, ensina: somos humanos; fronteiras existem para o que se arrasta; não as vê quem voa.

Machado de Assis, essa nossa suprema floração de estesia, fadado a ser universal como Sterne ou Anatole – quem o conhece por lá? No entanto, que número incalculável de espíritos sua arte poria a comungar conosco se seus livros frequentassem as estantes platinas como os de France, Sarmiento, Alberdi, Rodó, se fossem familiares a nós outros, quanto operariam na diluição do estúpido antipatismo que o *chauvin* criminosamente vem alimentando!

O caminho é um só: interpenetração literária recíproca; e faz obra, mais

que patriotismo, de humanidade quem nela coopera na medida de suas forças.

Esta *encuesta* vem revelar o completo alheamento em que vivemos e como profundamente nos ignoramos de parte a parte. Nada mais lógico, pois, que nos julgarmos tão mal, e que nos armemos uns contra os outros, ferozes e suspicazes.

A retração literária chega a ser criminosa. Mente ao destino da arte e deixa campo livre à ação do incompreensivismo chauvinista. No entanto, só a arte salva, só ela contrabate a obra do ódio, só ela irmana, aproxima. Contraveneno efficacíssimo, para que produza efeito é mister que deixe os beirais nativos e, andorinha da paz, revoe para longe, a florir almas e cérebros, a ensinar a verdade das verdades: somos o instante humano do pó, com um dever apenas, imposto pela nossa infinita pequenez – amarmo-nos...

Revista do Brasil, nº 91, julho de 1923.

.....

A encuesta de Sanchez-Sáez esclarece muito bem a questão.

Somos desconhecidos dos nossos vizinhos e pessimamente os conhecemos. O caminho, entretanto, está traçado e é um só: intercâmbio. Havemos que nos coligar todos os interessados – autores, editores, livreiros e jornalistas. É da ação entrosada de todos estes elementos que há de vir a solução do problema. Aos homens de alto pensamento e aos artistas impõe-se o dever de anular a obra malsã dos envenenadores da cordialidade, mesquinha gente, irmã do percebejo, quando não gente alugada à indústria europeia de canhões. Até aqui, um ou outro abnegado tem metido ombros à tarefa. Um Garay, um Sanchez-Sáez, um Bustamante, um Sotto y Calvo.

Dom Quixotes da fraternidade, apesar de nenhuma ajuda e da nenhuma

recompensa advinda, prosseguem na generosa cruzada – e a eles devemos o terreno já conquistado. Na Argentina, Manuel Galvez ideou e realizou em parte o magnífico programa da Biblioteca de Novelistas Americanos. Não prosseguiu, mas o que fez está feito e é passo a passo que grandes coisas se realizam.

Entre os jornais, cumpre destacar *La Nación*, cuja tradição de amizade pelo Brasil não se limita a palavras vãs. Já publicou em rodapé *O guarani*, *Canaã* e outros livros nossos, editou-os em volume e hoje enche as suas páginas de copiosa colaboração brasileira, num gesto que muito nos lisonjeia. Nenhum grande jornal brasileiro a acompanha nesse programa, e é pena, embora isso se explique pela péssima situação econômica em que se encontram, graças ao nosso maravilhoso descalabro financeiro expresso em câmbio a cinco.

Esperamos, todavia, que tal situação não se eternize e que tenhamos ainda por cá um movimento de reciprocidade, fecundo como está sendo o de *La Nación*.

A Casa Monteiro Lobato & Cia. vai também cooperar na tarefa. Lançará a Biblioteca Sul-Americana, abrindo-a com o *Facundo*, de Sarmiento, obra de gênio, que está para a Argentina como *Sertões*, de Euclides, está para nós.

Dará em seguida obras de Galvez, Ingenieros, Quiroga, Eduardo Barrios, Cancela, Capdevilla, Hugo Wast, Salaverri e tantos outros, além de livros capitais de cada uma das repúblicas irmãs, a começar do México.

Todas as repúblicas sul-americanas possuem a sua *Inocência*, o seu *Guarani*, o seu *Sertões*, isto é, uma ou duas obras-primas de profundíssimo cunho nacional, e nosso público não pode, como até hoje, viver no absoluto desconhecimento dessas supremas florações da mentalidade sul-americana.

Muito temos pregado o intercâmbio, dissertado sobre ele. Isso não basta, nem altera de uma linha o estado de coisas. É necessário pôr de lado a parolagem vã e meter ombros à realização. Benjamim de Garay, com algumas traduções, fez mais pelo Brasil na Argentina do que todos os

discursadores que “estigmatizam”, “urgem” e... só.

Revista do Brasil, nº 91, julho de 1923.

El hijo del león

Vicente Salaverri[\[27\]](#)

Buenos Aires, 1922

Ninguém mais contesta o surto esplêndido que modernamente caracteriza a mentalidade sul-americana. O continente liberta-se da Europa caduca, pensa com seu próprio cérebro e faz arte sua, personalíssima. Na Argentina há uma plêiade fulgurante de romancistas que fixam em obras de alto valor o momento atual, o momento da mentalidade, o momento psíquico, o momento físico. O Uruguai não lhe fica atrás, e de contínuo, sobretudo depois da guerra, surgem lá obras reveladoras da magnífica afirmação estética.

Entre estes vanguardistas da independência mental sul-americana está Vicente Salaverri, de quem recebemos agora um novo livro, *El hijo del león*. É um romance, mas romance como os há mister para a criação de uma literatura. Romance onde a imaginação foge sistematicamente à fantasia e só ordena os materiais colhidos pela observação. Tudo ali respira, ressoa à terra uruguaia. Os personagens são tomados vivos à realidade e vivos se conservam no romance. São gaúchos, estancieiros, bandidos heroicos,

criaturas fortes, temperadas na velha luta entre *blancos* e *colorados*. Como, porém, a cultura e a civilização crescem vigorosamente naquelas abençoadas regiões, o drama é um drama de choque entre a formação caudilhesca, violenta, sanguinária, filha do velho ódio partidário, e a formação nova, da mocidade que se educou em Montevideu ou fora, nos Estados Unidos sobretudo. Neste embate, não raro a alma nova se vê esmagada, vencida pela velha – e explodem, então, os dramas sangrentos como este tratado por Salaverri.

Edmundo, verdadeiro símbolo do Uruguai novo, fino, culto, compreensivo, educado à moderna, cai vítima da faca de Cassiano, o capataz bárbaro e traiçoeiro que não o poderia compreender nunca. Mero incidente na luta entre os dois estádios de cultura, o semisselvagem, dia a dia mais rechaçado, e o civilizado que, embora vencido aqui e ali, como no caso de Edmundo, ganha terreno sempre e acabará eliminando Cassiano-Caliban. Porque Edmundo é Ariel.

No romance de Salaverri todos os personagens são tipos perfeitamente lógicos e reais, o que dá à obra um sabor estranho de vida. Sua técnica de compor é segura e em seu estilo nenhum vício há a apontar. No descritivo é excelente e dá ao leitor a sensação de ver o descrito. Um trecho para amostra, tomado logo à primeira página:

– “E estas porteiras velhas, por que não as mudam?

– Eh, patrão, a culpa é da estrada de ferro!

Com uma chave curta e chata o capataz abre um grosso cadeado cor de alumínio. *Luego* (vá o resto em castelhano, para que não se perca o sabor) *luego empuja con brio carcomido maderamen que, como la vala de um picadero, les cerraba el paso. Las cabalgaduras pisan el pasto requemado de la via. Por sobre la cabeza de los hombres, los hilos del telegrafo tienen un murmurio funerario, que inquieta en esta hora crepuscular, dulce y languida. El sol, muy grande, muy redondo, muy rojo, és un satiro apopletico, que se acuesta rendido en un muelle colchón de nubes blancas. Los hombres, sin*

advertilo, bajan el tono de la voz, porque el inefable encanto del tramontono, letal e misterioso como una irradiacion sagrada, les va entrando en las almas.”

Salverri tem já uma obra de vulto, três romances da vida do campo, quatro da vida das cidades, três contos e ainda várias obras de crítica social e jornalismo. É um verdadeiro homem de espírito amplo e compreensivo, capaz de voos magníficos. É um esforçado e leal obreiro do Uruguai moderno, um construtor a quem a literatura sul-americana já deve várias obras excelentes e deverá ainda verdadeiras obras-primas. Porque Salaverri evolui visivelmente, e ainda não atingiu o vértice da sua montanha.

Revista do Brasil, nº 81, setembro de 1922.

Anaconda

Horacio Quiroga[\[28\]](#)

Buenos Aires, 1921

Este livro de contos pertence à família da literatura ao ar livre, de que é Rudyard Kipling o representante mais graduado. Só a fazem os homens que “viveram a vida”, porque os há que a sonham ou só conhecem dela os trechos confinados, perceptíveis das janelas de um gabinete. Sente-se a diferença nas menores coisas. Uma tem o encanto das paisagens amplas, cheias de sol, batidas de vento, onde o homem faz parte do ambiente, numa integração perfeita; a outra só lembra interiores mergulhados em eterna penumbra, habitados por criaturas pálidas, mofadas.

Mas pouco importaria o gênero se a realização não fosse magnífica. Aqui só valem as qualidades especialíssimas do autor, das mais eminentes em Horacio Quiroga. Possui a primacial, qual seja a de conduzir a narrativa de modo a interessar o leitor já de início, e nem por um instante afrouxar esse interesse, acentuando-o, antes, cada vez mais, até ao imprevisto do desfecho.

É tão penoso ler-se um livro maçador que era o caso de a lei punir com a força a todos os escritores que teimam em escrever, sem possuir esta

qualidade, tão acentuada em Quiroga.

Anaconda encerra dezenove contos, que o são de fato. É muito comum confundir-se o conto com a crônica, gênero dos mais abundantes e no qual os escritores sem talento se sentem perfeitamente à vontade. Os de Quiroga são realmente contos, intensos, vivos, bem marcados, com começo, meio e fim, além da dose de dramaticidade, de cômico e de psicologia necessária à perfeita caracterização do gênero. Em *Anaconda*, novela inicial que dá nome ao volume, assistimos a um originalíssimo drama viperino, em que são personagens a caninana, a jararaca, o urutu, a hamádria e toda uma coleção de serpentes perturbadas na sua vida e nas suas ideias pela presença na região de animais imunizados pelo soro antiofídico. Como no *The jungle book*, a excelência da novela reside em agirem as cobras, numa dada situação, de uma maneira extremamente lógica – ou, antes, de agirem como nós, se, com as nossas ideias e sentimentos, nascêramos cobras. Demonstrada aí, como em livros anteriores, a sua forte capacidade de “psicologizar” a vida dos animais, passa Quiroga nos demais contos a jogar com criaturas humanas – e revela-se *conteur* completo. Nenhum elemento falta às suas composições; o equilíbrio é perfeito, a observação, exata, a escolha de elementos, sempre justa, o tema, sempre original. Tome por pretexto o funcionário público que vai inspecionar uma longínqua estação meteorológica perdida às margens do Iguaçu para descrever as sensações dum soldado francês no deserto africano, como no conto “O Simum”; ou se aproveite do subterfúgio do sonho para compor “Miss Dorothy Phillips, minha esposa”, espirituosíssima composição, cheia de novidade, pois entra em cena a mentalidade nova que o cinematógrafo está criando. Horacio Quiroga é sempre o mesmo dono duma arte segura, viva, justa e fina. Sabe localizar, graduar, escolher e movimentar. E – qualidade suprema! – não maça, não caceteia nunca. Recomendamo-lo, pois, vivamente, a todos que desejam conhecer da moderna literatura argentina, como, dos contistas atuais, o *primus inter pares*.

Revista do Brasil, nº 77, maio de 1922.

Tres relatos porteños

Arturo Cancela[\[29\]](#)

Ed. Geizler, Buenos Aires, 1922

Não só no velho mundo floresce a maravilhosa planta que recebeu dos gregos o nome de eironeia. O clima da América propicia-lhe a eclosão, fazendo-a vir eivada de sábios e manhosos requintes.

Provou-nos isso mais uma vez o recente livro de Arturo Cancela – *Tres relatos porteños*, revelação para nós de um engenho encantador. Abre o livro um... como chamaremos? Conto? Charge? – uma festa do espírito, uma *féerie* da ironia, onde paga o pato o sábio Herrling, inventor de um cocobacilo maravilhoso para a extinção da praga de coelhos.

Abre-se uma campanha tremenda contra o coelho. Repercussão no Parlamento. Discursos. Projetos. Organização. É convidado para dirigi-la o grande sábio que chega e... fica inativo. A campanha degenera em engenhosa burocracia, absorvente de créditos cada vez maiores, com aparelhamento cada vez mais luxuoso – pura maravilha. E a onda cresce, já é partido político, já é movimento social, já é Moloque que ameaça as finanças. Afinal a oposição grita e com que palavra mágica faz vir abaixo todo o castelo de

cartas: não há coelhos! Era verdade. Não havia coelhos a extinguir. E os milhões de pesos despendidos só causaram uma vítima: um pobre coelho de estimação que a dona da casa onde se hospedara Herrling trazia no jardim. O imprudente penetrou no quarto do sábio, contaminou-se e morreu, sendo chorada sua morte até pelo eminente coelhóforo que, como na comédia clássica, se casa com a aflita viúva, para consolá-la.

Páginas tão finas, caricaturas hábeis, críticas tão penetrantes, achados tão felizes só os vimos iguais saídos da pena endemoninhada que escreveu o “Putois”. Mas Cancela é um Anatole moço, tendo a menos esse alcaloide “senectudina” que transparece mesmo nos velhos de mocidade eterna, e a mais o viço, o enlace, a plenitude de quem atingiu o apogeu da força de espírito.

Se quisermos definir com exemplos como é, como deve ser o verdadeiro artista moderno, o artista do pensamento, o *fongleur* das sutis ironias que resultam da percepção filosófica e da aguda visão das coisas, saltam-nos à memória um número bem restrito de nomes mundiais, e será sinceramente que entre eles incluiremos o de Arturo Cancela. É possível maior elogio?

Revista do Brasil, nº 84, dezembro de 1922.

Deformarse es vivir

Vicente A. Salaverri

Editorial Cervantes, Barcelona, 1923

O senhor Salaverri é um dos mais fecundos escritores do Uruguai. O senhor E. Barrios, que traçou um breve prefácio para essa novela, breve mas substancioso, referindo a laboriosidade desse escritor, lembrou que alguém dissera que não é possível distinguir todas as suas atividades, pois são infinitas. Com efeito, causam tal impressão. Sem largos intervalos, compõe crônicas e contos, dita conferências, pronuncia discursos, comenta os acontecimentos da atualidade em três diários de Montevideu e em diversas revistas do Rio da Prata, dirige correspondências à seção pecuária de *La Nación*, de Buenos Aires, administra estâncias em Trinta y Tres, vive, luta, ama, multiplica-se... É uma personalidade que desconcerta, que assombra e que, sobretudo, cativa e se faz querer.

Verdade é que os seus trabalhos literários se ressentem um pouco dessa pressa e dão a impressão de que são compostos de um jato. O romancista raramente volta atrás para mudar uma expressão, arredondar um período, verificar se a imagem que empregou tem a sugestão que quis evocar; sem

embargo de tudo isso, ou talvez por isso mesmo, o seu estilo, pela eloquência e pela espontaneidade, tem um raro calor, e a ação decorre, fluente, sem tropeços.

Deformarse es vivir é a história de um rapaz tímido, tão tímido que faz versos às escondidas da família, receoso de que o censurem. Morto o pai, e sentindo pesarem sobre os seus ombros as responsabilidades da vida, resolve seguir a carreira literária, única que se lhe antolha. Casa-se. Com os escassos ganhos que auferi, mantém a esposa e filhos, cada vez mais desencorajado. Mas a esposa é ambiciosa e põe-no em brios. Ele então, pela ação da própria vontade, vence a timidez, adota outra alma, ou melhor, deforma a própria para torná-la uma alma combatente, e integra-se na natureza, fazendo-se criador de gado. O poeta lírico desaparece de todo para dar lugar ao homem de ação. A vitória vem coroar o seu esforço. Obeso e rico, porém, não perde aquela fina sensibilidade que lhe deu o amor da poesia e faz-se então o mecenas dos poetas pobres.

Essa novela é, sobretudo, confortadora pela sua elevada moral e pela lição de fortaleza que propina aos fracos de toda classe.

Revista do Brasil, nº 93, setembro de 1923.

Los caranchos de la Florida

Benito Lynch[\[30\]](#)

Editorial Patria, Buenos Aires, 1920

Benito Lynch é um novelista cujo nome merece transpor as fronteiras de seu país, porque fará fora conhecer a vida rústica da Argentina como nenhum outro escritor. Os gaúchos que pinta são criaturas vivas que se movem numa paisagem de relevo estereoscópico. O modo de falar, os cacoetes de linguagem, a violência do temperamento desses homens rudes, quase bárbaros, cruéis por força da vida de luta com o gado, tudo ressalta com estranha vida nesta novela verdadeiramente primorosa. Cada personagem é um tipo documental porque desenhado ao vivo em traços fortes, notáveis pela precisão.

Don Pancho – desenvolvimento de um tipo já fixado no Mayor, da *Raquela*, essa encantadora novela que se lê de um fôlego – e Panchito, seu filho, Sandalio e Marcelina, Cosme e Bibiano são puras criações cujo caráter grava-se-nos para sempre na memória. E como Lynch possui o segredo dos romancistas autênticos e sabe compor o quadro sem sobrecargas inúteis, numa perfeita seriação de planos, esses personagens integram-se no

ambiente, formam corpo com a paisagem e dão à obra a unidade essencial ao gênero. Daí o encanto da novela. Sua leitura faz-nos viver intensamente umas horas em pleno campo argentino e compreender a psicologia das estâncias, a alma dos homens e das coisas.

O estilo é pessoal, incisivo, enxuto, sem arrebiques ou frases feitas. Percebe-se que o autor sente o assunto e fala do que viu e observou – do que viu e observou com olhos argutos de artista requintado. Sua arte lembra a de Godofredo Rangel, que é a mais pura e mais documental de quantas possuímos no Brasil.

Revista do Brasil, nº 61, janeiro de 1921.

El hermano asno

Eduardo Barrios[\[31\]](#)

Ed. Nascimento, Chile, 1922

Pela primeira vez travamos conhecimento com este escritor chileno, autor já de uma bela série de livros, quatro romances e quatro peças teatrais. E damo-nos parabéns do feliz acaso, pois Barrios é um grande romancista. Como escritor, como estilista, poucos na América do Sul se lhe comparam, tal a maestria com que arma as suas frases, tal a elegância do seu dizer, tal a excelência dos diálogos. A estas qualidades de fatura juntam-se excepcionais qualidades de composição, de penetração, de finura e de ironia filosófica. Penetra nas almas, desarticula os personagens e fá-los visíveis por dentro como relógios a que se arrancassem as tampas.

El hermano asno é um primor em todos os sentidos.

Tema originalíssimo, autoanálise de um homem mundano que se meteu a frade, a ação transcorre toda entre as paredes de um convento. A vida dos frades, o caráter de cada um, os pequenos acontecimentos da clausura, a pobre criatura que é o homem a lutar contra a natureza na tentativa insana de revogá-la, tudo Barrios analisa com uma firmeza notável. O perfil de frei

Rufino é maravilhoso. É o único da congregação que sente a humildade e a pratica por convicção. Simples ao infinito, ele refaz a vida do “pobrezinho de Assis”. Mas não consegue nunca harmonizar os seus estupendos atos de amor com a vida burocrática do convento. Porque tem todos os seres como irmãos e projetou os *hermanos ratonzuelos*, vê proliferar a rataria do convento em proporções tais que provocam a revolta do despenseiro e da ordem inteira, que não vacilou entre aquele amor de santo e os prejuízos pecuniários dele resultantes. E os frades condenaram o amor de frei Rufino – condenando assim o padroeiro da ordem, São Francisco de Assis, copiado pelo novo santo.

As mortificações de frei Rufino atingem o sublime – mas parecem grotescas aos seus companheiros.

No caso do cachorro, culmina. Estava doente o Mariscal, cão de guarda do convento. Frei Rufino vai ser seu enfermeiro. Põe-se ao lado do canil, a tratá-lo, cobre-o com a sua própria capa, ficando a entanguir-se ao frio da noite, conversa com o animal, aconselha-o, suplica-lhe que evite latir, pois isso lhe fará mal aos pulmões fracos. Mariscal, todo instintos, não compreende aquela linguagem de santo e insiste, mesmo doente, em ser cão de guarda. A cada rumor estranho que lhe chega aos ouvidos, esquece as recomendações e ladra. Frei Rufino acalma-o e, para evitar que o cachorro se canse, toma-lhe o ofício: põe-se a ladrar. Põe-se a ladrar cada vez que ouve um rumor, para que o cão se dispense de o fazer...

Pois bem: este frade, verdadeiro santo cuja fama já corria pelos arredores, instigado por um demônio, deixa-se arrastar pelo *hermano asno*, isto é, pela besta que trazia em si, e tenta violentar uma donzela na igreja. Maria Mercedes, essa moça, complicação amorosa da vida de frei Lázaro, o autoanalista que escreve o livro, foge espavorida e silencia sobre o agressor. Frei Rufino morre, e as “razões de estado” da ordem religiosa exige que a culpa recaia sobre um inocente, frei Lázaro, que aceita o sacrifício e vai deportado dali para um outro convento, dessa maneira se salva o santo e pode

o convento celebrar de mil maneiras a sua exaltação.

Não conhecemos ainda os outros livros de Barrios, mas *ex digito, gigans...* Tais qualidades revela neste que, ao nosso parecer, um dos lugares de maior relevo na literatura americana lhe será devido.

No próximo número diremos de uma outra novela sua – *Un perdido* – e desde já podemos anunciar que será ele um dos autores com que a Casa Monteiro Lobato & Cia. vai inaugurar a Biblioteca Sul-Americana. Esta coleção se comporá de cuidadosas edições das melhores obras aparecidas na Sul-América e iniciará praticamente o programa de aproximação que tem a empresa. Iniciar-se-á com o *Facundo*, do Sarmiento, dará obras de Galvez, de Quiroga, de Lynch, de Salaverri, de Barrios e de todos os grandes representativos da literatura hispano-americana.

Revista do Brasil, nº 82, outubro de 1922.

O mal metafísico

Manuel Galvez[\[32\]](#)

Braz Lauria, Rio de Janeiro, 1920

Manuel Galvez continua a sua obra novelística, na qual se refletem todos os aspectos da moderna Argentina. Neste alentado romance, a ação gira em torno de um homem forte e serve de pretexto para o estudo da evolução do amor – ou melhor, das relações sexuais e sentimentais do homem e da mulher de Buenos Aires, criaturas influenciadas pela inquietação europeia, arrancadas da cristalização colonial, que inda perdura na província, e torturadas pela ânsia de descobrir um equilíbrio novo, uma nova cristalização que melhormente satisfaça o eterno anelo da felicidade. A província representa o elemento estático do país: Buenos Aires, o elemento dinâmico. Vítor, o herói do romance, o homem-tese, traz em si a força dos grandes “dinâmicos” – estuda-se, analisa-se, quer e prega o dinamismo. Mas embora realize na vida o seu ideal de ação, procura a felicidade no amor. A ação não lhe basta; quer amor e corre de mulher em mulher em procura do necessário oásis. Casa-se e erra. Sua mulher não lhe traz o equilíbrio sentimental sonhado. É uma “estática”, muito dominada ainda pelo passado, e

logo se separam – ela vai para Córdoba, a velha fortaleza da estática, e ele fica na capital, irradiante foco de dinamismo.

E logo começam as aventuras. Em Clota encontra o amor-imaginação. É um amor que satisfaz, porque incompleto, e logo verifica Vítor que errou pela segunda vez.

Procura de novo e continua a errar, através de Aurélia, o amor-paixão, de Marta, o amor-piedade, de Elsa, o amor-intelectual, de Luci, a vontade de amar.

O romance está nesta série de episódios, aventuras amorosas que se refletem no cérebro de Vítor, o inquieto, e se desdobram em dramas mentais.

Ao lado desta tragédia psicológica do homem forte, à guisa de ambiente, o romancista dispõe de magníficos quadros panorâmicos da nova Argentina, que se gesta na capital, dinâmica no mais alto grau, e também “quadros clínicos” da geral inquietação das almas, das tragédias espirituais e dos dificilmente apreensíveis estados d’alma da “coisa nova” que está a vir.

É um excelente livro, porque é um fiel espelho de numerosas faces que fielmente refletem a alma argentina. No fundo, Galvez estuda, a seu modo e com modernismo, o eterno problema argentino de choque entre a cabeça e o corpo, Buenos Aires e a província. Uma sempre foi Europa, ideia nova, força que tira para a frente, *worwaertz*; outra, desde os inícios da independência, sempre permaneceu Espanha, tradição, estatismo, imutabilidade.

De como tratou o romancista o seu tema, só terá perfeito conhecimento quem ler a obra inteira com merecida atenção; uma simples notícia crítica pouco ajudará nisso. Galvez mais uma vez demonstra as suas excepcionais qualidades de romancista e de psicólogo. Mais psicólogo ainda que romancista. Arrasta-o sempre a demonstração de uma ideia, o desenvolvimento de uma tese. Vítor não é um homem, é um símbolo. Iturbide, outro.

Já as mulheres que se entregaram a Vítor, apesar de cada uma ser posta ali para simbolizar uma espécie de amor, como as entende Stendhal, são

criaturas vivas, tomadas do turbilhão da vida e perfeitamente fixadas.

Excelente livro, portanto, e mais um bloco que Manuel Galvez assenta no edifício da sua já formidável criação literária.

Revista do Brasil, nº 82, outubro de 1922.

La tragedia de un hombre fuerte

Manuel Galvez

Biblioteca de Novelistas Americanos, Buenos Aires, 1922

Precedido de um interessante prefácio de Cláudio de Souza, acaba de aparecer a tradução brasileira deste magnífico romance argentino de Manuel Galvez, nome que já transpôs as fronteiras de seu país e ascende sempre a cada novo livro que subscreve. E merece-o grandemente. Galvez é um verdadeiro romancista, dotado de todos os requisitos para a construção de uma obra grandiosa como o fez em França Zola. A Argentina atual, tanto da Província como de Buenos Aires, espelha-se em seus romances num relevo de impressionar. *La maestra normal*, *O mal metafísico* e *Nacha Regules* constituem um tráfego de primeira ordem, onde cada personagem é um tipo desenvolvido logicamente no decurso da fabulação, de modo a acentuar caracteres que se nos gravam na imaginativa indelevelmente. Sua maneira de compor é singela e sóbria, sem lacunas nem excessos, guardando sempre a justa medida de que resulta a impressão do “vivido”. Seu estilo é o estilo clássico dos grandes narradores – estilo que se não preocupa consigo próprio e procura unicamente pintar. Neste romance o estudo versa sobre o meio

literário argentino. Carlos Riga, um poeta puro, de generoso coração e nobilíssimas qualidades morais, nasceu deslocado do ambiente cartaginês das grandes metrópoles do novo mundo. É um inadaptado por força de vontade anêmica. Sofre “do mal metafísico, o mal dos sonhadores incuráveis, a doença da beleza, da contemplação”. Visceralmente artista, sincero até ao absurdo, incapaz de acomodar sua pena às exigências do meio, teve a vida torturada por mil padecimentos morais, vegetou na miséria e pediu ao veneno alcoólico a salvação. Acabou no hospital. Sempre à margem da vida, repellido pela sociedade dinheirosa, a engrenagem portenha esmagou-o...

Em torno desta vida de tortura giram os demais personagens do romance, rapazes novos, vítimas também do mal metafísico, mas hábeis em acomodar os impulsos do senso estético com as realidades cruas da vida – e por isso vitoriosos. Arrumavam-se, ao passo que Riga, pela sua intransigência orgânica, cada vez mais se despenhava no precipício. Estes personagens constituem uma gama inteira de literatos dos mais variados matizes, refletindo-se em cada um uma escola, uma tendência estética, tal como as temos aqui. E isto impressiona no leitor brasileiro. Extraordinária a semelhança do ambiente portenho com o da capital paulista, coisa lógica, aliás, dada a semelhança de formação étnica das duas capitais.

Quem conhecer o nosso meio literário poderá encarnar em Iturbide, Orloff, Viel, Salvatierra etc., tipos muito nossos conhecidos, de modo a transformar o romance argentino em um romance perfeitamente paulistano. Ao próprio Riga tivemos-lo aqui no maravilhoso poeta que tempos atrás pôs termo à sua vida torturada.

Perfumam o romance, como flor em sala, dois vultos de mulher, Zita, a menina da alta sociedade, mas rica de coração, e Nacha Regules, essa dolorosa flor do vício tão bem descrita no último romance de Galvez a que essa heroína dá o título.

Zita, irmã de Eduardo Iturbide, foi a grande paixão de Riga. O poeta amou-a como amam poetas, e foi isso a sua desgraça. Ela nos píncaros

sociais, ele na sarjeta, separava-os a muralha tremenda das convenções que só admitem no dinheiro um campo de igualdade. A cena em que Zita parte para a Europa a bordo do *Cap Ortegal* é profundamente emotiva e a final, em que Zita, já noiva de outro, tem notícia da agonia do poeta no hospital, e compreende a causa da sua perdição – um amor secreto –, é magistral de simplicidade e finura psicológica.

Foi, pois, uma iniciativa feliz a do senhor Braz Lauria publicando *O mal metafísico* e dando ensejo a que o nosso público trave relações com um verdadeiro romancista sul-americano. Porque há escritores que escrevem romances, e escrevem-nos a capricho – sem conseguir demonstrarem-se “verdadeiros” romancistas. Entre nós, quantos! Galvez, porém, é um romancista completo. Sabe ver com verdade e sabe compor com harmonia. Seus livros aliam o documento de uma época e o documento psicológico à grande arte da ficção. Empolga assim o leitor à primeira página e condu-lo irresistivelmente ao fim. Essa qualidade é a grande qualidade do romancista. Chega a ser, mesmo, a qualidade primordial. Sem ela, tenha o estilo que tiver, a profundidade que tiver, a arte que tiver, não conseguirá nunca a vitória das vitórias: ser lido.

Outra coisa interessante deste livro é o decalque de tipos que vivem ou viveram em carne e osso na capital portenha.

Adivinha-se isto. Aquele Escribanos não é Ingenieros? E Zeballos não está ali? Isto nos faz imaginar o sabor que terá o livro para os conhecedores do ambiente argentino...

Revista do Brasil, nº 60, dezembro de 1920.

Historia de un amor turbio

Horacio Quiroga

Buenos Aires, 1923

Quiroga habituou-nos a ser lido em contos, dos mais palpitantes de vida, dos mais arejados que conhecemos. Sabe como ninguém apanhar ao vivo um flagrante e sabe compô-lo e emoldurá-lo à maneira dos grandes mestres modernos, Kipling e Hansum à frente. Mas na *Historia de um amor turbio* muda de feição. Não faz conto, faz novela, e novela de cidade. Percebe-se que o autor foi parte na história – história sem enredo, história de todos os dias, história de todos os homens. Mas com que penetração desenvolve seu tema e com que simplicidade de meios pinta as almas indecisas, pouco marcadas, sem vincos violentos que denunciem tragédia! Não desfecha em tragédia a novela. É a simples história de um pequeno amor que nasce, *fait trois petits tours* e morre.

Justamente por isso, mais nos encanta o autor, porque é na pintura dos quadros de poucos contrastes que mais árduo se faz o trabalho do artista. Tudo são ali tons leves, e esfumaturas, e horizontes psicológicos – e Quiroga vence essas dificuldades com extrema galhardia.

Que pena para o Brasil o mundo ser a França e só a França! Como nos vicia da vesguice da unilateralidade, essa tolice visceral que nos deixa sem olhos para ver e admirar grandes obras tão superiores à quinquilharia literária que Paris nos impinge e que nós macacalmente sorvemos, sem o menor discernimento crítico... Não conhecemos Quiroga no Brasil por uma razão apenas: não nos veio de Paris, não se chama Horace Quirot...

Revista do Brasil, nº 97, janeiro de 1924.

Sandro Botticelli

Moisés Kantor[\[33\]](#)

Edição de “Nosotros”, Buenos Aires, 1919

O volume que traz este título enfeixa mais dois dramas – *Griselda*, lenda dramática da Idade Média em um ato, e *Nosche de resurreccion*, drama em três atos da época moderna.

Sandro Botticelli é sem favor uma obra-prima do teatro moderno, não se distanciando dela as outras duas, nas quais o autor, abordando temas absolutamente diversos, desdobra a sua múltipla individualidade. Abeberado, sem dúvida, dos bons ensinamentos do teatro clássico e da boa filosofia, em que toda a obra se respira, empreendeu na primeira das três peças a restauração dos tempos áureos da Renascença, à luz da mais encantadora perspectiva filosófica. E de que o conseguiu nos assegura logo à primeira leitura. Com admirável percepção artística, entrelaçadas as figuras históricas de Alessandro Botticelli e Savonarola, bastante conhecidas cada qual no seu papel tão afastado do outro – mestre da pintura aquele, pregador e mártir o segundo – como que uma revelação se nos apresenta: todo o dualismo da Idade Média em dissolução, trabalhada pelo renascimento da arte pagã sobre

os motivos cristãos e pelo despertar da razão sobre o abastardamento da fé e dos costumes. Nessa grande moldura, cabendo toda a Renascença, com seus contrastes, as suas incertezas e desequilíbrios, perfeitamente cabe cada um de seus personagens, representação típica, nitidamente acabada, dos elementos sociais da época: Lourenço Medici, o magnífico senhor de Florença, Marcílio Ficino, o filósofo, Benvenuto Gritti, o médico, Fra Mariano, o monge, Franceschina e Mona Giovana, Nicolo, o rico mercador e amador das belas-artes, o marujo que se vai juntar a Colombo e Paolo Alegri, o demagogo, outros tantos tipos que dão a perfeita característica do tempo. Entre o discípulo de Platão e o físico delineia-se o distanciar da ciência, despreendida da especulação metafísica, mais felizes as duas que a arte e o misticismo, então e ainda hoje, talvez, conjugadas no *substratum* em que se fundem os sentimentos humanos. Fra Mariano e Paolo são dois antípodos – o frade hipócrita e o *condottiere* democrata em política e religião, ardente e rebelde, com uma audição pronta para todos os ídolos e um aplauso para toda a bravura.

Manejando tão belo material, Moisés Kantor traça o drama com admirável penetração, apropriando-se dos fatos históricos, consorciando-os e levemente corrigindo-os. E, assim, o efeito é surpreendente de verdade e de arte. Savonarola rebelado, implacável como um justo e um iluminado e Botticelli acossado por ideais antagônicos, a sua inspiração com raízes profanas no amor de Giovana e o seu sentimento místico, que o leva ao fanatismo, aos pés do profeta – eis o drama que os conduz a ambos à morte; um à fogueira e outro ao duplo suicídio, primeiro do artista, pela cremação de suas telas nos autos de fé do reformador dos costumes, depois do próprio homem incapaz para a vida sem o seu amor e a sua glória, bem como o artista, sem a paz interior e o anseio para a perfeição.

Por tudo isso, o aticismo da linguagem, a naturalidade das situações, a nenhuma ênfase, senão a da ação dramática, e, sobretudo, a força, a vitalidade e o chocante das cenas, algumas delas magistrais como as do estúdio, entre

Botticelli e o mercador, e, depois, entre o artista e o seu modelo, entre o mesmo e Savonarola, encadeadas seguidamente, com extraordinário poder de contraste. Para citar todas, reproduziríamos o drama, porém, não deixaremos sem menção a cena IV do terceiro ato, notas à margem, pitorescas e profundas, de psicologia infantil, proporcionadas por um grupo de garotos, comparsas obrigados de todas as expansões públicas de *piangoni* e de *arrabiati*...

O quadro que nos desenha com suma sobriedade, em linhas gerais destacadas, pormenores raros e bem engastado no conjunto, é completo e dos mais encantadores impressionismos. Sugestivo, não há como não pensar, após a leitura, na imensidade e complexidade da alma humana, descarnada e posta em toda a sua nudez, sobretudo nos períodos de transição qual o dessa esplêndida Renascença, tão bela e fortemente reconstituída por este belo artista que é Moisés Kantor.

Revista do Brasil, nº 54, junho de 1920.

ARTES E ARTISTAS

Victor Brecheret^[34]

Encontrará o leitor nesta revista duas reproduções de esculturas que merecem uma parada. Paremos juntos, e juntos admiremos tão soberba manifestação da grande arte. Admiremos sem reserva, que isso é arte de verdade, da boa, da grande, da que põe o espectador sério e, se é sensível, comovido. *Despertar* e *Eva* sugerem-nos de chofre grandes obras de grandes escultores mundiais. Porque os característicos essenciais destas – a vida, o movimento, a elegância da linha, a força da concepção e, sobretudo, esse misterioso *quid* que é a alma perturbadora das verdadeiras obras de arte – são também os característicos que individualizam os trabalhos de Brecheret. Victor Brecheret – é este o nome do novo escultor, paulista de nascimento, extremamente novo ainda, 22 anos apenas – Brecheret como escultor é um produto do seu próprio esforço.

Fez-se por si, sem a calentura cômoda do hálito oficial – mau hálito, muitas vezes, conforme é a boca à qual a inconsciência do Estado empresta a

força divina de formar artistas. Honesto, fisicamente sólido, moralmente emperrado na convicção de que o artista moderno não pode ser um mero “ecletizador” de formas revelhas e há de criar arrancando-se à tirania do autoritarismo clássico, Brecheret apresenta-se-nos como a mais séria manifestação de gênio escultural surgida entre nós. Por mal seu, já que é assim, porém, uma coisa só tem a fazer: as malas, e raspar-se. São Paulo – já o proclamou Martim Francisco – é um eito. O monumento da Independência breve dirá se é assim ou não.

Revista do Brasil, nº 50, fevereiro de 1920.

Paulo Rossi^[35], Enrico Vio^[36] e Norfini^[37]

Paulo Rossi

Quando Paulo Rossi expôs pela

primeira vez as suas aquarelas de flores, gênero a que começara a dedicar-se meses antes, todos perceberam que um artista de notáveis méritos surgia. Seus primeiros trabalhos, ainda vacilantes no jogo técnico, diziam muito alto do seu talento e colocavam-no na plêiade dos pintores que progridem vertiginosamente. Assim foi. Mais dois anos decorridos e Rossi é hoje um aquarelista dos mais conspícuos. Em flores ninguém entre nós consegue obter da aquarela a finura, o fundido de tintas, a gradação de tons que caracterizam a sua arte. Além disso, possui o senso da elegância e o sutil critério da escolha. Sabe imprimir aos trabalhos um cunho distinto de aristocracia. Mas Rossi vai além. Aborda a paisagem, a marinha e ainda nestes gêneros se revela o mesmo pintor de escol, seguríssimo de seus efeitos.

Embora artista feito, progride sempre. Cada exposição revela passos novos para a frente. Sua arte é uma ascensão. E como possui fina sensibilidade intelectual, cultivada literariamente, junto com o pintor cresce o esteta, o crítico arguto – concurso este que fará de Paulo Rossi um modelo de artista moderno, complexo e completo, digno de ser apontado como um tipo bem nítido do artista superior.

Enrico Vio

Reproduzimos hoje alguns quadros de E. Vio, cuja

exposição esteve aberta em setembro. Nada mais há a dizer deste valente artista, emérito na interpretação personalíssima da paisagem paulistana e no retrato. Irregular, impetuoso, com os altibaixos das naturezas fortes, uma exposição de Vio é como um espetáculo da natureza onde há de tudo. Telas existem onde sua *performance* é maravilhosa, tal a rapidez com que fixou o “momento belo” do tema. O *Marulhar da onda* pertence a essa categoria. O fugidio momento, o instante de beleza da onda que se desfaz na praia ele o surpreendeu com uma felicidade rara, fazendo dessa tela uma obra-prima. Em muitas consegue essa alta realização, já apanhando o quê indefinível duma paisagem, uma morbidez momentânea da natureza ou um seu repouso de poesia. Nos retratos consegue toda a expressão do olhar, de modo a obter a feição, o “ar” do retratado e não apenas a cópia fria de um modelo. Infelizmente um artista destes vive peado pela necessidade do ganha-pão, e não pode dar largas à sua criatividade como aconteceria se o público melhor o compreendesse e melhor remunerasse o seu trabalho.

Norfini

Ainda neste mês outra exposição de aquarelas. Norfini, um dos pioneiros descobridores de Minas Gerais – a velha de Ouro Preto, Sabará, Diamantina e mais veneráveis antiquilhas urbanas, riquíssimas em temas pictóricos –, exhibe uma série de trabalhos dignos de atenção.

Estudos das velhas ruínas do passado de mineração e da natureza torturada pelo homem colonial. Sua predileção pelos aspectos sobreviventes das velhas cidades, pelos casarões em ruínas, pelas igrejas, pelas obras saídas das mãos do maravilhoso Aleijadinho fazem da sua pintura uma obra de dobrado valor, pois que se somam às qualidades artísticas os valores do que em Portugal se chama hoje o saudosismo. Ele sente a emoção do antigo em

ruínas e, fixando no papel os aspectos atuais subsistentes, consegue transmitir ao espectador a mesma suave emoção recebida. Assim é que ante as suas aquarelas nos sentimos tomados das sensações indefiníveis das vagas saudades. Saudades de um passado que não vivemos, mas que viveram nossos velhos e que, portanto, está dentro de nossa alma moderna, como o pólen está dentro do fruto que dele se gerou.

Revista do Brasil, nº 81, setembro de 1922.

A. Fernandez^[38] e Torquato Bassi^[39]

Abriram-se o mês passado em São Paulo várias exposições de pintura, das quais damos hoje algumas reproduções. São telas dos pintores A. Fernandez e Torquato Bassi.

Fernandez expôs oitenta e tantos quadros e conseguiu agradar de tal maneira o público que os vendeu quase todos, marcando talvez o recorde da venda de quadros em São Paulo.

Embora discutida a sua arte pelos críticos e pelos artistas, não a discutiu de maneira nenhuma o público que, encantado pela frescura das tintas, pelo brilho da paisagem, pelo movimento e vida que ele sabe imprimir nos animais e nas figuras humanas, foi unânime em louvá-la e em concretizar o louvor pela aquisição. Apesar de espanhol de nascimento, Fernandez passou boa parte da sua mocidade em nosso país e é um pouco nosso, como também é bastante nosso o pintor Torquato Bassi, que ainda desta vez foi muito feliz com a sua exposição. Bassi é um caso típico do que pode o esforço pessoal. Desajudado de tudo, e operário de profissão humílima, sentindo em si qualidades latentes dignas de aproveitamento no campo estético, atirou-se um dia à pintura. Sem mestre, sem guia, sem curso de nenhuma escola, aprendeu a pintar pintando. Seus primeiros trabalhos, apesar de todos os defeitos, denunciavam já o artista, e este artista que há em Bassi, desenvolvendo-se rapidamente, dia a dia mais se afirma e mais se impõe ao público. Suas últimas telas significam uma ascensão e por ela se podem entrever os frutos finais da sua arte quando completada a maturação do seu belo talento. Possui, entre outras qualidades, uma rara – o senso da poesia. Consegue impregnar os quadros dum não sei quê emotivo, que fala à alma do espectador e o induz a

adquirir. Podemos dizer que Bassi já venceu. E não é preciso ser profeta para lhe augurar no futuro um lugar de vivo destaque entre os intérpretes da nossa natureza, como a vê e como a quer o senso estético do nosso público.

Revista do Brasil, nº 46, outubro de 1919.

Georgina^[40] e Lucílio Albuquerque^[41]

Dá-nos esta exposição de pintura enseja de observar um caso nada comum de associação artística. Porque a regra é não se associarem, matrimonialmente, artistas da mesma arte e, quando sim, nunca advir desta liga harmonia à livre expansão da individualidade de ambos. Daudet, num livro anedótico, analisou uma série de casos, variantes humanas de “cão com gata”; vidas reciprocamente estragadas por uma incompreensão recíproca. Ainda quando a mulher possui um nível mental ou estético igual ao do marido, a tremenda incompreensão feminina, o ciúme e outras feminilidades que os poetas solteiros acham encantadoras coartam-lhe a personalidade suprimindo a condição primária do labor estético – a liberdade. O que amofinou ao paciente Sócrates a Xantipa! Afrânio Peixoto, com muito engenho, tentou reabilitá-la; mas apesar dos bons argumentos não há quem não deseje uma Xantipa para cada um dos seus inimigos. No caso Albuquerque, Lucílio e Georgina compreenderam-se na íntegra e souberam, associados, levar por diante uma notável obra comum. Influenciando-se mutuamente, não foi, como no caso da regra, depressiva esta influência; foi antes de efeito realçador: aumentaram-se ambos sem nenhum sacrifício das respectivas individualidades. Não é mister baixar os olhos à assinatura para distinguir, na exposição, de quem é o quadro. As duas maneiras, os dois estilos, apesar de parentes próximos, não se confundem. Mais emoção em Georgina, mais intenção em Lucílio – em ambos a mesma segurança e mestria. Na *Catequese*, quadro de amplas proporções, aborda este um tema muito de sua predileção. Através da mata virgem, pela faixa escalvada de mau caminho, o jesuíta de mãos postas, rodeado de “coroinhas” indígenas,

vai de rumo aos selvagens. O artista procurou impregnar de misticismo a cena e dar à figura do padre a expressão de mártir na senda de martírio provável. Já os pequenos caminham despreocupados como quem de nenhum perigo se teme. Grupo de selvagens ao fundo espia o movimento do rancho. É difícil recompor com exatidão certos estados d'alma irreproduzíveis hoje, e, no caso, o artista recorre a fórmulas. A expressão adotada por Lucílio é a fórmula de aceitação mais vulgar. Admite-se que, em hipótese semelhante, o padre caminhasse orando com fervor, extático, incerto se voltará com vida ou acabará no espeto, assado pelas megeras da tribo. A realidade bem pode ser que fosse outra, mas o artista há de conformar-se com a fórmula mais em voga se não quer arriscar-se a audácias perigosas. Esse quadro é, por todos os motivos, bom. O ambiente florestal está feliz, dá sensação de frescor úmido dos sítios penumbrosos, aquietados sob a redoma secular das frondes; e as figuras, apesar de repetidas nos curumins, além de movimentadas, apresentam o caráter necessário às coisas vistas sob o prisma da arte. A nossa Pinacoteca ressentir-se-á se essa valiosa tela voltar para o Rio. O mesmo diremos do *Jardim florido*, de Georgina, o *clou* da exposição. É quase um retrato. Um ousado retrato moderno de moça moderna, tocada duma ponta de excentricidade norte-americana. Em repouso, deitada na relva dum canteiro, o busto abrigado da soalheira pela sombrinha cor-de-rosa, está essa bela flor humana dentro do quadro natural mais propício ao realce dos seus encantos. O arranjo é sobremaneira feliz, com o tufo de flores róseas do fundo a esmaiar o vivo da mancha central predominante, formada pela sombrinha luminosamente vermelha.

A transparência obtida com mestria, o jogo de luz no rosto da faceira cambiando do vermelho cálido aos reflexos verdes da relva, a leveza do vestido de gaze, a elegância da atitude e o ar saudável, singularmente vivo, do rosto sorridente, fazem dessa tela “o ponto mais olhado” da exposição. Otimamente pintada e realmente bela (qualidades que se não implicam forçosamente), Georgina dá com ela alta medida de sua força, revelando-nos

capacidade para voos ainda mais altos. Esse e o nº 5, *A pose*, são os seus melhores trabalhos, se é possível usar desta expressão. Nada choca, nada destoa neste último, de um equilíbrio de tons, valores, modelado e composição absolutamente perfeitos. Ao lado dele uma pequenina tela – *Le grand chapeau* – atrai e prende a atenção pela finura de tintas e excelência de modelado. Na *Leitura*, outra figura de pequenas dimensões, há envolvendo a figura de mulher reclinada que lê um flagrante ambiente de penumbra mormacenta muito digno de nota. Na impossibilidade de uma referência aos demais quadros de figura, saltemos à paisagem que, embora menos predileta à artista, é quase tão rica de qualidades como a de Lucílio. Citaremos a *Serra dos Órgãos*, trecho de natureza caótica, desordenada na vegetação, no deslizar atropelado das águas e na estranha conformação da serra denteada que lhe serve de fundo. Citaremos ainda uma aquarela de rosas de extrema frescura, e a paisagem mineira de Cambuquira, bem manchada. Já de Lucílio seria necessário citar todas as paisagens e marinhas. Tem-nas que se nos gravam para sempre na memória. Exemplo: a *Estrada*. Muito transparente, muito luminosa e arejada, com soberbos verdes leves, há uma “simpatia” ali a conjugar, céu, terra e árvores que nos leva o pensamento longe. É paisagem dessas que se não limitam a dar simples impressão de pitoresco, mas despertam as suaves emoções de saudade – saudade do fugaz momento da nossa vida em que “estivemos num lugar assim”.

Coisas que se sentem bem, mas que se definem mal... Num quadro de muito mérito, *Recanto*, Lucílio fixa um aspecto de chácara em ruína. A casa velha, em véspera de tapera, está de boa harmonia com o trecho de natureza *delabrée*, onde velhas árvores de antanho, de mistura com arbustos loucos e ervagens crescidas ao léu, dizem a história de uma decadência atual embricada num fausto antigo. Pairante sobre tudo, o ar de modorra dum dia calmoso de Icaraí. Mesma segurança de efeitos na *Praia de Icaraí* – nesga de mar entrevista longe, por detrás de moita intermédia de mato vadio – e na *Paisagem de Niterói*, delicioso recanto rico de verdes viçados às chuvas de

primavera. E *A sombra*? Lá vimos um dos nossos mais finos amadores embevecido-se diante deste quadrinho, abrindo-se em louvores de que é avaro. Muito o merece, na realidade, porque é difícil obter efeitos mais sutilmente emotivos. Os olhos repousam na figura de mulher sentada que cose, e sentem-se felizes.

Resumindo, diremos desta exposição o que dizem quantos lá penetram – artistas, amadores, curiosos: é uma festa da arte, discreta e séria, sem notas dissonantes nem arapucas tendenciadas a lisonjear esta ou aquela corrente da moda. Nenhum laivo de cubismo ou cabotinismo impressionista. Veem sãmente, sentem e pintam honestamente. Está neste simples conceito o seu maior louvor.

Revista do Brasil, nº 39, março de 1919.

Helios Seelinger expõe novamente em São Paulo. Seus quadros conservam a feição antiga, sintoma de que sua arte é sincera, filha legítima dum temperamento, e não exotismo burlesco tendido a boquiabrir os pascácios. Pinta o que vê. Entretanto, como vê, introspectivamente, com os olhos da imaginação todo um mundo fantasmagórico de fadaria e diabolismo, o que sai do seu pincel são paisagens e cenas dessa terra de sonho, de mistério, de luar e de duendes.

Helios é uma figura à parte em nosso mundinho artístico. Desgarra desassombradamente de pleno naturalismo copista, cuja expressão suprema é o maravilhoso fotogrâmico de Batista da Costa, e paira por intermúndios de sonho em delíquios de poéticos arroubos. Abrirá um capítulo em separado na história da pintura brasileira, e nesse capítulo ficará sozinho como o Próspero na sua ilha, rodeado de toda a fauna do maravilhoso só visível para quem traz na alma um sexto sentido em germe. São esses os companheiros de Helios, os duendes, Ariel, feiticeiras, silfos, fantasmas, centauros, egipãs, sereias, ninfas, a bicharia caprípede da Grécia engalhada no inferno, tudo quanto não existe, é mentira, é fumo, é loucura e, não obstante, é todo encanto, perfume e poesia da vida. Eterna criança histérica que é esta humanidade!

Helios é um intuspectivo. Recolhe-se para dentro de si, como o caramujo, e de lá extrai as telas visualizadas pela imaginação. Não depende dos olhos da cara para enxergar. É uma espécie rara. O comum dos artistas reduz a pintura a plantar-se o brochante em face dum cacho de bananas, três maçãs e meio melão. Pintado o quadro come o pintor o modelo e vai para os cafés dissertar sobre o pré-rafaelismo, com a eloquência interrompida apenas pelos borborismos advindos dos modelos em digestão. Helios é um noturno.

Tudo quanto expõe revela este pendor. É natural: nada propicia melhor à imaginativa do que a plena luz do sol, crua até a estupidez. Só a noite – quando no alto a lua substitui o olho de Apolo, como a lâmpada substitui a fogueira incendiária, e a sua luz apaga na terra a cor, e cria a sombra –, só a noite sabe abrir nestas almas aquela maravilhosa flor de cactos que só desabrocha ao luar, para fechar-se de novo mal o galo anuncia a aurora.

Parente de Chopin no sentimento da poesia, irmão de Poe, de Hogarth e de todo o medievalismo na visualização do macabro, alma germânica, nibelúgica, desgarrada na feira livre da modernidade naturalista, Seelinger, pintor de sonhos, é uma curiosíssima individualidade artística, cujo estudo apaixona. Merece a sua exposição que a capital artística desça de uns certos tamancos que ela supõe sandálias orientais bordadas a ouro, desasnize-se da frevalice pacóvia e vá travar conhecimento com um artista muito superior ao inefável Zago, o vila-mariânico Rodin de São Paulo, Ó, Cotia e adjacências. Do que Helios expõe, muita coisa, e a melhor, prejudica-se pela exiguidade das dimensões. São telas que em ampliação ganhariam imenso. Não obstante concentrou nelas o pintor o máximo possível de poesia, de sugestão, de... desse *quid* indefinível que é o segredo perturbador da obra de arte.

Há muito sonho e mistério, muito encanto no *Caminho do sonho*, no *Noturno de Chopin*, na *Salomé*, nas caravelas de panos bojudos, a todo o vento, por encapelados mares afora. Há ainda muito talento nas menores coisas e muito estudo, estudo sério e aturado da natureza real, que é a base de todo irrealismo em arte. Se São Paulo deixar às moscas a modesta exposição de Helios Seelinger, isto só deporá contra São Paulo. Porque tudo ali merece ficar.

Revista do Brasil, nº 21, 1917.

Aurélio Zimmermann^[43]

A natureza brasílica é mais grata a estrangeiros do que a nacionais. Grata no duplo sentido de agradável e agradecida. Sedu-los, impressiona-os mais, bem como deve a eles os mais sérios estudos até hoje feitos.

Martius, Spix, Bates, Landsdorff, Saint Hilaire, Lund, Agassiz, a ciência enfileira toda uma corte de notabilíssimos nomes exóticos aos quais com dificuldade opomos indígenas de igual valor.

Também nos domínios do desenho não sabemos de obra nacionalista equivalente às composições de Debret, Rugendas, Danvin, Vanderbruk e outros.

É natural o fenômeno e não vale deblaterar contra. Natureza de casa não faz milagre, nem nunca fundamente impressionará criaturas que formam com ela parte integrante.

Assim, o mesmo artista embotado à compreensão das coisas da terra natal se muda de ambiente, extasia-se, sensibiliza-se e sente desabrochado no peito o esto da criatividade.

Isto explica o caso de Aurélio Zimmermann. Nascido em Breslau, em 1854, estudou desenho em Berlim sob a direção de Thumann e aperfeiçoou-se em Dresden sob a de Pohle. Em seguida retoma a Berlim, casa-se e... mergulha no Rio dos Bugres, em Santa Catarina, em pleno seio da natureza bruta, longe meia légua do mais próximo vizinho.

Ali vive 1 ano; e vive 10, em seguida, no Rio Preto, território contestado. Em 1905 muda-se para São Paulo, donde não mais saiu até hoje.

Este estágio em pleno ambiente selvático afeiçãoou-o para sempre e deu a

Zimmermann uma alma bem mais brasileira

Ali vive um ano; e vive dez , em seguida, no Rio Preto, território contestado. Em 1905 muda-se para São Paulo, donde não mais saiu até hoje.

Este estágio em pleno ambiente selvático afeiçoou-o para sempre e deu a Zimmermann uma alma bem mais brasileira do que a dos que assim a têm por contingência de nascimento.

Dotado de excepcionais dons estéticos, e apetrechado duma técnica verdadeiramente maravilhosa, Zimmermann, neste interregno de vida ao ar livre, construiu uma obra que se impõe ao respeito e à admiração. Fiel intérprete do que viu e sentiu, suas composições formam algo à parte no acervo da arte brasileira. Costumes sulinos, gauchadas, violências da vida semisselvagem dos sertanejos, a luta do homem contra a hostilidade ambiente, a feição da terra nova apenas explorada pelos pioneiros do povoamento, o desgarrado deste pioneiro em plena luta de adaptação, todas as características do formidável e inconsciente embate ele as resume em telas de primorosa fatura. Examinando-as, o que admira antes de tudo é a potência imaginativa do artista posta a serviço da mais consumada arte de compor.

São deveras notáveis as qualidades ressaltantes à primeira vista, o garbo, a facilidade, o “à vontade” com que ele dispõe personagens em cenas harmônicas e as loca no mais adequado enquadramento natural. Admira em seguida a mestria soberba da técnica que não pede meças à dos grandes desenhistas. Disto resulta tornar-se cada quadrinho de Zimmermann uma perfeita obra-prima, das que nos levam os olhos e tanto mais admiramos quanto mais contemplamos.

As gravuras reproduzidas dão pálida ideia de sua obra. No *Órfãs* reúnem-se em epítome todas as qualidades mestras do pintor.

Harmonia de conjunto, elegância de composição, equilíbrio das partes, fatura inexcelável, e, pairante sobre tudo, uma suave aurora de poesia bucólica. A figura da menina sentada é sem dúvida o mais gracioso desenho de mulher jamais feito entre nós.

No *Bebé, ladrão!* já se revela outra feição do seu temperamento, amigo de apanhar ao vivo cenas semibárbaras da vida do Sul. Como desenho e arranjo é magistral, deixando a perder de vista o que há por aí de similar ao gênero. A figura do menino, no primeiro plano, a expressão do seu sorriso ingênuo e curioso valem por si toda uma escola de pintura.

Fim de combate, Mau pouso e Corre! Corre! pertencem ao mesmo gênero episódico, muito da predileção do autor. No último deles o estudo dos animais em desapoderado galope, o enlace desesperado do fugitivo, o jogo do laço pelo mais próximo perseguidor, a vida e o movimento de toda a cena fazem da composição uma obra de arte sem par, suficiente por si só à consagração dum nome.

No *Carrasco, Barbeiro de Embituva e Bicho de pé*, revela-se-nos ele sob uma faceta nova, a humorística, e ainda aqui consegue alçar-se à plana onde, entre nós, não tem companheiro.

Deste rápido exame da sua obra ressalta uma complexa personalidade de artista integral – poeta romântico e humorista a um tempo. Entretanto, Zimmermann vive na penumbra, mal conhecido, assistindo ao triunfo das gralhas empavonadas. Seus trabalhos desconhecidos por cá circulam no velho mundo sob forma de ilustrações de magníficas revistas de arte. Não deixa de ser desairoso para nós o fato de possuímos integrado no nosso meio social, há trinta anos, um artista deste valor sem que nos apercebamos disso...

Empenhada em revelá-lo ao país onde consumiu trinta anos de atividade artística, a *Revista do Brasil* procurará em números subsequentes reproduzir novos trabalhos seus, na generalidade emigrados para a Alemanha. Será isso um deleite para os leitores da revista e ainda maliciosa lição aos colegas indígenas que “não acham por aqui o que pintar” e vivem chorando pelas cenazinhas clássicas da sedição Bretanha...

Revista do Brasil, nº 39, fevereiro de 1919.

Edgard Degas^[44]

Faleceu há pouco em Paris Edgard Degas – “o pintor das bailarinas”. Degas foi o mais profundo pintor dos costumes franceses do seu tempo. Já em 1876 dizia Huysmans, referindo-se a ele:

“Nascera um pintor da vida moderna, um pintor que não derivava de ninguém, que trazia um sabor de arte completamente novo e processos de execução inteiramente novos também. Engomadeiras a trabalhar, bailarinas durante o ensaio, cantoras de café-concerto, salas de teatro, cavalos de corrida, retratos de negociantes de algodão na América, mulheres saindo do banho, aspectos do toucador ou do palco... todos esses assuntos tão diversos têm sido tratados por este artista, a quem não se concede, entretanto, outra fama senão a de haver pintado unicamente bailarinas.”

O que os naturalistas realizavam em suas novelas, Degas refletia nos seus quadros e desenhos. Como Flaubert, os Goncourt e Zola se documentavam literariamente acerca dos costumes da França do fim do Segundo Império e começo da República, assim Degas ia também realizando, plasticamente, a documentação que hoje nos revelam as suas telas.

Quando chegou a Paris, ainda bem jovem, Degas (que nascera em Nova Orléans, de pais franceses) tornou-se discípulo de Lamothe, isto é, indiretamente discípulo de Ingres. É viva a sua admiração pelo mestre, e não descansa enquanto, certo dia, não o vai ver. Depois de lhe haver mostrado alguns dos seus trabalhos, Ingres lhe diz: “Trace linhas, muitas linhas: assim é que se tornará um bom artista”. E nada mais lhe disse Ingres. Os grandes mestres antigos, entretanto, observa o senhor Arsène Alexandre num estudo recente, lhe disseram muito mais. Degas os copiou e estudou assiduamente.

Era também muito erudito sobre a arte antiga italiana. Foi muitas vezes à Itália, onde conhecia a fundo a língua e a literatura italianas.

A primeira obra que expôs, com 22 anos, foi, em 1857, um quadro – *Raparigas espartanas lutando com rapazes* – que oferece um misto curioso de realismo e estilo. Por volta de 1865, entretanto, ele renunciou inteiramente à pintura histórica e em 1886 expôs o seu primeiro quadro de corridas. Desde então se sucederam essas admiráveis cenas sobre os temas do esporte, da dança e de certos tipos populares, tais como as engomadeiras, as modistas etc. Isso, além de numerosos retratos magistralmente pintados. As cenas dos bastidores, de dançarinas, de bailados, de ensaios são, inegavelmente, os seus trabalhos mais célebres. Neles se admiram não só o prodigioso “desenho do movimento”, como o modelado escultural e outras maravilhas do colorido. Nada se conhecia igual a isso, do ponto de vista das qualidades plásticas e gráficas.

A celebridade lhe veio sem que ele a cortejasse. Ativo e independente, nunca afetou, contudo, ares de revoltado. Expunha sempre na sua mocidade, mas as distinções lhe vieram só mais tarde, quando o seu talento já era geralmente reconhecido e admirado. Afinal, Degas já era indiferente à glória. E quando, em 1913, o seu quadro *Danseuses á la barre* atingiu a bela soma de 478.500 francos, foi quase com amargura que ele recebeu a notícia. Um jornalista lhe pergunta:

- Sois feliz, mestre, vendo vosso quadro atingir a um preço tão alto?
- Sim, sou muito feliz – como o cavalo que ganhou o Grande Prêmio...

Revista do Brasil, nº 24, dezembro de 1917.

O “salão” de 1917

Está aberta no Rio a 24^a Exposição Geral de Belas-Artes, ou o *salon*, como chamam eles. O que se nunca abre apesar das 23 aperientes exposições anteriores é o apetite do público para estas coisas de arte. Quero dizer que, como as outras, a exposição deste ano está às moscas. Em plena avenida, ponto forçado da perambulação calaceira de toda a capital, só penetram nas galerias da Escola os murmúrios da rua, poeira do asfalto, fonfonadas. Os porteiros das dez às cinco (ou dezessete como querem eles) cabeceiam sonecas suculentas, diante dos talões de entradas que se vendem pior do que literatura poética.

Nas cidadezinhas da roça, à via mais deserta chama o povo “rua do Vai Um”; e é bem-apanhado, porque raro são vistos nela mais de um transeunte, bípede ou cão vadio. Lembram tais ruas os “salões” anuais do “Entra Um” da Escola. Esse “um” perdido pela vastidão das galerias, em namoro ante certos quadros, é de ordinário... o seu próprio autor. Perto dali, no entanto, a goma alta do Rio disputa a chuçadas de cotovelo cadeiras de cinema para emparvecer o olho ante as caretas truculentas do Judex. Não é pois causa da deserção a pratinha do ingresso, como se afigura a alguém. É pouco-caso, e dos legítimos. A razão da decadência das artes entre nós engalha nisso. Impossível desenvolver-se alguma em tal ambiente de indiferentismo. Sem raizame fincado no seio úbero do povo, toda arte, além de superfetação teratológica, é artificialismo sufocador das vocações melhores e criador por moção polar de virgílicas larápias. À falta do sadio estímulo popular, cresce e viça um tortulho venenoso: a “cavação” perante governos, com disputa feroz das boas graças duns mecenas de 160 réis, pais da arte e tutores de artistas, à

custa de cuja profissão lá vão formando ricas coleções baratinhas. Há ainda os trezentos de Gedeão, que compram telas; mas estes trezentos, averiguou-se já, não passam de trinta, se lá chegarem. Dedicar-se uma criatura às artes em terra assim é perpetrar heroísmo tangencial à loucura: heroísmo maior que o dos guerreiros a esta hora eminhocados na terra de periscópio no olho, loucura igual à de poetas que esperam da Bolsa cotação para rimas.

E como é assim, os noventa por cem das energias vitais de um artista depende-os ele na reação contra os gases asfixiantes da indiferença pública ou estupidez mecânica, sobejando apenas dez para consumo na extenuante elaboração estética.

No Império contrabatia esta vacuidade das massas o insubstituível Pedro II, cujo bem-querer às artes, ligado à compreensiva inteligência de que as não há sem artistas bem defendidos das asperezas da vida, levou a pintura e a música, sobre todas, a um grau de esplendor que envergonharia a atualidade, se a atualidade fosse suscetível de tal fraqueza.

A galeria da Escola traz bem patentes os produtos da proteção governamental pré e pós ao 15 de Novembro. Pré é Pedro Américo de Figueiredo com a *Batalha de Avaí*. Pós é Aurélio com o *Baile da Ilha Fiscal*.

Nos ominosos tempos é o gênio levado ao pleno desabotoar de todas as forças ingênicas e como sequência o enriquecimento do país com obras-primas daquele jaez. Após a “integração republicana na América”, é a *cavação* em grande, é a obstrução, com o dispêndio de 60 contos, dos vinte ou trinta deliciosos metros quadrados de parede nua que a famigerada “máquina” infernal de Aurélio atravanca. Banido do país o elemento Pedro II, que agia cataliticamente por ação da presença, e posto em lugar dele o vácuo democrático duns imperantes de chinelas, quadrienais no tempo, e mais ou menos quadrados no espaço, o nível da arte caiu de par com o câmbio, o crédito, o brio e todas as mais coisas que caem, passando ela a viver de expedientes, falida como o tesouro, apesar de apalaçados ambos, arte e tesouro, suntuosamente. Eis por que, cá na minha, o quadro mais notável

deste ano é um não exposto nem nesta, nem nas exposições anteriores, porém ressaltante à vista como o que mais o é. Quadro de colaboração, desconsolador até ali, a um tempo trágico e pícaro: “Apolo de tanga ‘cavando’ pão à porta de seu palácio”. Dada esta montanha de percalços, o que a 24ª exposição revela significa tanto que dá ímpetos de pedir-se a berros o medalhamento de todos os expositores por ato inaudito de heroísmo. Ou isso ou a internação deles num manicômio.

* * *

Dos novos é Pedro Bruno o que melhores cópias dá de si. Expõe um Iokanaan, vulgarmente João, em tríptico, onde o estafadíssimo tema dos apetites histéricos da Salomé desenvolve-se com muito arrojo de interpretação, num ambiente noturno de singular verdade, com largueza de técnica e muita harmonia. Esse e os mais trabalhos do autor, paisagens ou composições idealistas, erguem Bruno a uma plana de nítido destaque na coorte dos novos. E dos que pedem à pintura expressão de sentimentos e de ideias, e não a exclusiva estamparia fotocrômica de bananas e paisagens bonitinhas, vazias de sentido. Em *Flamboyants*, *Prenúncios de tempestade*, *Volta à casa*, e nos mais há sempre a preocupação de interpretar um estado da alma ou dele ou da natureza, em alguns otimamente conseguido.

Raimundo Cela é outro nome que aparece. Traz uma tela de vulto: *Último diálogo de Sócrates*. A mania de sair do presente compreensível e mergulhar em mundos mortos, como o grego, é uma balda velha da Escola, que não perceberá nunca o absurdo contido nisso, diante da moderna concepção da arte. Como pode um menino do Ceará, transplantado para o Rio, e que não é um helenólogo com cinquenta anos de estudo, como pode essa moderníssima e brasileiríssima criatura interpretar com sua alma virgem de filosofias uma cena do século de Péricles? Fará artificialmente puro, está claro, à custa de reminiscências visuais. E dos professores que lhe escolheram ou aconselharam tal tema haverá um conhecedor do grego, afeito a

confabular com a legião de sofistas e, em consequência desse convívio mental, capaz de ouvir e entender Sócrates? E de o pôr decentemente em tela a dialogar? Não obstante Cela denuncia-se com boas qualidades de arranjador e boa técnica, sobretudo nas figuras secundárias, já que na principal deu cara de Elixir de Nogueira ao filósofo e panejou-o pesadamente.

Carlos Oswald, talento cheio de personalidade e já senhor de maneira própria, expõe catorze telas nas quais dá largas à sua paixão pelos efeitos da luz artificial, caindo até num loie-fulerismo[45] pictural provocador de comentários tais como trop chiqué e outros da família. É muito elegante e muito amigo de elegâncias femininas.

Na paisagem destaca-se Edgar Parreiras com a *Restinga*, que é talvez a mais sugestiva paisagem exposta este ano. A luz, o mormaço, a transparência do ar dá-os ele com rara felicidade; a verdade do ambiente empolga o espectador e puxa-lhe da glote exclamações.

Também Paulo Vale apresenta formosa tela *Pau-d'alho*, feita com desempenho de mestre, alto senso decorativo, ótima de tons e ótima de luminosidade.

Gotuzzo é outro nome que se vai impondo. Largueza de mão, elegância de pincel, expressão e outros traços valiosos ressaltam das telas que traz a mais ligeira inspeção. Em água-forte expõe duas fases diversas do mesmo estudo de nu que valem por si sós muita tela de avantajadas dimensões.

Gastão Formenti dá uma *Tarde no Leblon* digna de menção pela frescura das tintas e excelência do céu.

Helios Seelinger expõe apenas *Dança macabra*, cena de sabá onde espinoteiam bruxas de Goethe e toda a fauna demoníaca do Hartz, esbatidas do rubro fogo do inferno, movimentadíssimo, e *Sonho de Cabral*, fantasia marinha bastante sugestiva. Ambas típicas, filhas legítimas da sua poderosa veia fantasmagórica, ambas excelentes, não destoa nenhuma da originalíssima obra anterior desse artista hoffmânnico, único entre nós.

Já Capplonch surge com dois esboços feitos a lacre vermelho – a *Guerra*

e o *Trabalho* –, com revoadas de morcegos, guerreiros truculentos, capaceteados à alemã, conseguindo dar a impressão de um Hélios áptero. Cumpre-lhe ganhar asas no futuro certamente, expondo o desenvolvimento destes esboços em telas reabilitadoras.

Correia Dias: está aqui um notabilíssimo artista que infelizmente só apresenta um painel decorativo – *Sancho e Dom Quixote* –, estilizado com maravilhoso senso decorativo. Insuficiente que é o exposto para avaliar da sua arte, entretanto, como *ex digito gigans*, vê-se dele que figura culminante é C. D. no gênero, e o é aqui como o será em qualquer requintado centro artístico onde com tal arte se apresente.

R. Mendes expõe um bom pastel discretamente desenhado e bastante rico de luzes.

L. Ribeiro, velho marinheiro, dá o *Oregon e o Iowa encontrando no Rio*, figurando o lance com muita minuciosidade, nada moderno na técnica, antes usando uma das mais fora de moda, sinceríssima, porém, e honestíssima.

Inúmeros outros novos apresentam trabalhos denunciadores de boas qualidades inatas ou adquiridas como Cristophe, Widhopff, Dutra, que expõe um pescador à linha de grandes dimensões, Miguéis etc., mas não há tempo de falar deles visto como os mestres estão aí superciliosos já. É Amoedo quem dentre eles dá o melhor trabalho. Pensou assim e não pensou mal o júri, condecorando esse quadro com medalha de honra. *Eros e a noite*, embora não possua o encanto indefinível de certas telas anteriores de Amoedo, como *Partida de Jacó*, inda é indiscutivelmente um quadro de mestre. A. Parreiras expõe uma grande paisagem bem à sua maneira, mas que não destroniza nenhuma de suas boas paisagens de outrora. R. Chambellaud exhibe na sua *Vaidosa* gentil atestado do que há de mimoso e leve no seu pincel, amigo de elegâncias e maciezas.

Lucílio trouxe para o salão tela de vulto, tirada do tema anchietino, tanto de sua predileção – *Catequese* –, onde se vê o evangelizador das selvas, em atitude extática, no meio de uma teoria de coroinhas curumins, afundando

pelo mato em demanda do gentio conversível. É um bom quadro, embora ressentido da pressa com que foi levado a termo.

João Batista expõe retratos e paisagens, tudo escrupulosamente pintado, tão escrupulosamente pintado que nos verte no espírito a dúvida: se o escrúpulo excessivo da verdade absoluta não é mais nocivo à arte do que um tal qual desvio para o maneirismo, por onde se denuncie que o pintor tem mais alma, sentimento e temperamento do que uma Zeiss anastigmática.

Quod abundat non nocet, diz um latim glotão, contrabatido por outro mais inteligente: *est modus in rebus*. E para aqui a contribuição dos mestres. Agora, às mulheres. Antes, porém, uma estaçãozinha diante do Petit. Um quadro há em certa sala que prende a atenção de todo mundo, e depois de prendida a atenção solta o riso. De longe figura uma rósea barata descascada. De perto continua a ser uma descascadíssima barata. A quem procure no catálogo a classificação entomológica “daquilo” deparar-se-á esta solução: *Feliz sorte*, estudo de nu. Fica a gente sabedor de que o inseto é uma nudez feminina e por sobre isto uma feliz sorte. Mas será feliz sorte a do curioso que logrou desentranhar o x do enigma ou a do pintor que já tem na tela um cartão com o saboroso “adquirido”? Gorogotó, galhetas!

Além dessa há pelas paredes mais dezenove *petitoiseries* apaisajadas, qual delas mais chique, com árvores e águas e céus o que há de catitinhas, coisa de arrepiar de entusiasmo as bossas estéticas de meio Méier e toda a Cascadura.

Que Augusto Petit pinte assim, está direito; a arte é um canto da natureza visto através dum temperamento. Se o temperamento de Petit é armado de prismas que arredondam árvores, envernizam águas, esmaltam carnes, descascam baratas, é lógico saia da sua paleta a cromolitografia de folhinha tão grata ao paladar menineiro de Maxambomba. Mas que uma vítima daltônica desse temperamento seja membro do júri e dê voz no julgamento das inúmeras obras expostas é acrobática compreensível na terra onde Zago estaçoa parques; no Rio é forte. Pede brado de alerta. Como voa Petit a tais

cumeadas, se é positivamente áptero? Será pirraça à Alemanha pelo fato mirífico de ser o homem natural de *France*, como soa binocularmente o Catálogo, e ter tido por mestre a Eugênio Nesle, e haver-se medalhado a ouro de terceira classe (há de ser *plaquet* este ouro de terceira) na exposição de 98? Altos segredos de Apolo!...

Senhoras, senhoritas e madames. Há-as copiosas, 22 ao todo. Destacam-se: dona Georgina de Albuquerque, já muito senhora de sua arte, amiga de pintar interiores aos quais dá notável equilíbrio de ambiente e onde figuras bem trabalhadas pousam à vontade como *chez soi*; dona Regina Veiga, que traz dois bons retratos cujo pecado único reside nas mãos; dona Adelaide Lopes, com um pastel de feliz carnação; e dona Julieta Bicalho, com uma paisagem joão-batistina, onde aliás vê o público mais sentimento que nas do seu mestre, convizinhas.

A senhora A. Prados afouta-se a dois nuzões de truz, uma Dalila cor de panarício e um outro nu de fogo, *caplonchico*. Beatriz de Camargo sempre a mesma, sincera e conscienciosa.

Fica intercalada aqui uma palavra sobre os *Imigrantes*, de Rocco, que nos iam escapando. São bem imigrantes aquelas figuras, surrados da vida e da viagem, com todo o passado de miséria negra estampado no físico e na quebreira da alma. É um quadro bom sem ser belo. O autor seguiu o preceito de Dürer: toda preocupação de beleza é nociva à arte.

Na paupérrima seção de escultura, Francisco Andrade impõe-se com um *Narciso* bem modelado e superiormente pousado, dando ainda um belo baixo-relevo, digno de muito louvor, *Descoberta da América*. Cavina tem a *Flor da mata*, nu feminino e “nacional”, uma cabocla lascivamente reclinada; e Modestino Kanto expõe *Alma torturada*, onde há qualidades, como se diz em gíria. Mazzuchelli dá um grupo em gesso, *Em defesa*, bem movimentado. O resto é o resto.

A arquitetura entra na exposição deste ano com trabalhos de Sironi, Berna e Dubugras, não apresentando nada de novo.

Em medalhas, as medalhas do costume. E é só.

Numericamente consta o certame de 225 obras de pintura, 19 de escultura, 13 de arquitetura, três de gravura, afora 22 medalhas, gravuras em pedra, gesso e cera. Seria pouco no Panamá, nos Estados Unidos da Colômbia ou em outro qualquer país de intensa população. Cá nos nossos Estados Unidos é, indubitavelmente, muito. Não esqueçamos que somos um país de apenas trinta milhões de habitantes e muito novo, tão novo como o U.S.A.

Revista do Brasil, nº 22, outubro de 1917.

Artistas baianos

Manuel R. Querino[\[46\]](#)

(Indicações biográficas)

Está aqui um livro precioso e honesto. Editado na Bahia em 1911 só agora chega a São Paulo. Gastou na viagem cinco anos apenas. Foi feliz o autor. Outros há, igualmente valiosos, dados à luz no Norte e no extremo Sul, que ainda não chegaram, e não chegarão nunca, talvez. No entanto as nossas livrarias andam pejadas de novidades beligerantes francesas, dadas a prelo este ano, inclusive a última frascarice *faisandée* do senhor Willy. Isto mostra que a França está muito mais perto do Brasil do que o próprio Brasil.

No prólogo do livro o senhor Torquato Bahia diz: “A nossa preocupação de falsas grandezas não nos dá tempo de volver olhos a coisas mínimas”.

Coisas mínimas chama ele à arte e ao que lhe diz respeito. É isso mesmo. O senhor Torquato é bom psicólogo. Dom Quixote, no empenho de romper moinhos e salvar Dulcineias inexistentes, esquecia de pôr aveia ao Rocinante. Dom Quixote – país, preocupadíssimo com alta bélica, moinhos de vento, Dulcineias hiperbóreas e quejandas visões – esquece de examinar as roupas

que traz no corpo e inventariar os móveis que tem em casa. É isso mesmo. E Manuel Querino completa o pensamento do senhor Bahia com estas palavras ríspidas:

“Não me foi possível precisar as datas de nascimento e morte deste artista (fala do escultor Chagas) porque ninguém ignora o pouco apreço a que são votados os homens que se levantam por esforço próprio, glorificando a terra de seu berço; e assim é que inteligências peregrinas por aí vegetam, desprovidas de bafejo áulico, desde o tempo do despotismo aterrador até hoje, em plena civilização de palavra, unida a uma democracia que se tem distinguido por banquetes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos, e balda de patriotismo.”

É isso mesmo! Mas vamos ao livro. Manuel Querino é membro do Instituto Histórico da Bahia e é preto, como no-lo revela o seu retrato. Isto só lhe acrescenta valor. Ser preto é ser humilde, partir do nada, encontrar na vida todos os óbices do preconceito social e despende para obtenção das coisas mínimas um esforço duplo do requerido pelos que nascem limpos de pigmentos. Honra lhe seja pela árdua tarefa levada a cabo com tanta modéstia e discernimento. Não é nem faz obra de crítico, amontoa simplesmente material para que os Taines maiores e menores da terra impem de sábios à custa de esforço alheio. Subintitula o seu livro de *Indicações biográficas* – e reúne tudo quanto em anos de labor conseguiu colher relativo aos escultores, pintores e músicos baianos. Na escultura biografa 27 artistas, alguns escultores, a maioria simples santeiros.

A Bahia foi e ainda é uma verdadeira fábrica de imagens religiosas. Desde os tempos coloniais é lá que se abastecem as igrejas todas do país. A bela imagem ingênua e primitiva, como a quer o nosso povo, imagem que lhe fale língua inteligível ao seu misticismo congenial só lhe fornece a Bahia. Santos que atendem com os olhos a todos os fiéis, como aquela *Nossa Senhora do Carmo* e o *Senhor da Redenção*, de Chagas – o Cabra, os quais, “qualquer que seja a posição do observador, parece que o acompanham com a

vista devido à boa colocação dos olhos”. Santos que apiedam a alma como o célebre *São Pedro de Alcântara*, do Convento de São Francisco, na Bahia, obra de Manuel Inácio, tão sincera e comovente que tentou a Dom Pedro II quando lá o viu. Quis Sua Majestade possuir a obra-prima, “mas teve de ceder à resistência oposta pelos franciscanos”. Belos tempos em que se resistia à vontade do imperante! Fosse hoje e o próprio santo era capaz de vir a correr pelos próprios pés, na ânsia de “engrossar” o paredro com antojos.

Os escultores da Bahia no período áureo, Chagas, Félix Pereira, Sabino dos Reis, Manuel Inácio, Paranhos, os Peçanhas, Batista Franco, Baião, Aurélio Silva, Sacramento, Setúbal, Erotides, Rocha Barros, Lisboa, Gomes Júnior e outros, não eram simples santeiros, eram de fato escultores porque punham na sua obra amor, carinho e individualidade. Profundamente religiosos, místicos por temperamento, não por negócio, insuflavam no barro cozido, no jaspe e na madeira todo o sentimento que lhes ia na alma, como aqueles artistas italianos anteriores a Rafael, Frei Angélico, Donatelo e *tutti quanti*. Essa arte, caracteristicamente baiana e só lá re florida, entrou a decair depois que, com o engrossar do comércio, passou de arte a negócio, e o artífice substituiu o escultor. Veio em seguida a concorrência europeia, a Itália despejou para cá imagens “lindas” feitas às grosas por anarquistas ateus e por máquinas menos deístas ainda. A escultura baiana cedeu o passo aos invasores e mais não disse. A par com imagens, gênero de grande saída, os escultores exercitavam a veia na feitura de obras profanas, nobilíssimas. Erotides, que nasceu em meados do século passado e tomando como professor a um célebre Beirão, tamanqueiro português guindado à escultura à força de perseverança, breve ao mestre excedeu “como Rafael a Peregrino”, especializou-se em miniaturas em jaspe e casca de cajazeira, “no que é inexcédível”. Suas obras espalharam-se pelo mundo, sobretudo Portugal, Inglaterra e França; seus tipos de rua: ganhadeiras com gamelas de frutas ou peixe, criadas com samburás de compras, negros aguadeiros, bufarinheiros etc., seus jaspes *Grega domando três leões*, “cópia de uma gravura inglesa”;

Crioula em grande gala; a Vivenda do camponês, contendo casa, arvoredos, curral de bois, uma mulher com trouxa de roupa, duas cabras pascendo, um cavaleiro, galinhas, pintos, pombos e outros animais em redor da casa; a Luta de dois leões, dividida em três grupos; a Águia suspendendo um carneiro; outra apanhando uma cobra; o Trabalho interrompido – tigre que devora uma cabra e “de repente olha para os lados receando alguma coisa” (escultura que talvez sugeriu a A. Júnior o seu quadro célebre); Luta do touro contra dois leões e uma leoa (é notável a inclinação de Erotides para lidar leões!); Veado sobre uma rocha, tida como sua obra-prima; tudo isso e muito mais anda esperso pelo mundo sem que a nossa crítica de arte tome conhecimento delas e lhe balanceie os méritos – tanto vivemos alheados de nós próprios.

Rocha Barros esculpiu bustos muito louvados, de Gutemberg, Galeno, Vitelo (?) e Hugo; e Baião vários *Caboclos* e *Caboclas* para as festas de 2 de Julho.

O leitor paulista abre a boca ante este 2 de Julho. Que será? Foi aquela batalha homérica travada nos areais do Pirajá, cantada com fogo erébio por Castro Alves:

*O anjo da morte pálido cosia
Uma vasta mortalha em Pirajá.*

Esta epopeia o povo baiano comemora piamente em festejos anuais e vários escultores talharam o *Caboclo* simbólico que nelas passeia vitorioso.

A propósito do patriótico festejo conta Manuel Querino um incidente havido entre o general Andrea, presidente da província, e o povo. Queria o general que figurasse no préstito em vez do *Caboclo* clássico, uma *Cabocla*, por considerar humilhante para os portugueses aquele triunfo. Como os portugueses já se casavam com as naturais do país “não havia razão para continuar um emblema que significava uma nação esmagando outra. Achava prudente que se fizesse uma cabocla, representando Paraguaçu, e

desaparecesse o caboclo”. O povo não concordou, e em nome dele foi parlamentar a palácio o major Umburanas. Houve trocas de razões e o veterano concluiu gritando: “O caboclão há de sair, custe o que custar, ainda que eu morra; o emblema pertence a nós e não ao governo”. E saiu. Felizes tempos, tempos heroicos em que o povo tinha vontade, e tinha por si Umburanas! E chama a esse tempo o senhor Querino “tempo de despotismo aterrador”! Hoje um secreta demolia o caboclão a porrete e o povo a chanfalho. E nem caboclo nem cabocla.

Por essas e outras é que céus e terras se moviam quando os heróis baianos pugnavam:

*Debruçados do céu... a noite e os astros
Seguiam da peleja o incerto fado...*

Tal povo merecia essa atenção da noite e dos astros, como ainda, no cantá-los, estilo de condor. Vá a gente hoje meter a noite, os astros, Jeová, as epopeias, as ilíadas, a espiarem o Contestado...

Voltando ao livro: Manuel Querino lança ao público uma coleta de materiais que vale por uma revelação. Denunciou uma jazida riquíssima de obras de arte ignoradas. Compete agora à crítica estudá-la a fundo, joeirar a ganga e incorporar o que for de valia à arte nacional.

Em outra ocasião falaremos da pintura da qual Manuel Querino aponta na Bahia nada mais, nada menos do que 94 culturas!

Revista do Brasil, nº 16, abril de 1917.

A exposição do Saci^[47]

Produtos de um concurso consequente a um inquérito que está na memória de todos, estiveram expostos ao público vários quadros e esculturas onde, pela primeira vez na terra natal do Saci, foi o Saci guindado às regiões da arte. O tema era difícil. Fixar um tipo puramente subjetivo, de formas instáveis, cheio de variantes, existente apenas na imaginação do sertanejo, é tarefa que requer do artista um bocado mais de talento do que o preciso para brochar um melão, retratar um empatacado Cav. Uff. ou copiar os fundos da Tabatinguera, tema dileto de nossos paisagistas que se inebriam ali com uns toques de Veneza muito sedutores. Requer inventiva, requer composição, e composição das que não possuem cômodos pontos de apoio, isto é, obras anteriores do mesmo gênero já consagradas, nas quais o pintor “monta” sem percepção do público. Devido a isso, talvez, os nossos pintores da Bretanha e Cav. Uff. abstiveram-se. Compositores geniais de Perdões, Salomés e Tabatingueras não lhes convinha perder a máscara de Regnaults do Café Paulista e Corots da Várzea do Carmo para esta arriscada aventura do *algo nuevo*. Continuam no *algo viejo*, e fazem muito bem. Um dos meios de ter talento é simulá-lo.

Nacionais compareceram em pintura apenas dois trabalhos, uma aquarela ligeira do senhor Celso Mendes, bando de cavalos que o Saci dispersou à noite, e o Saci do Paraná do senhor Joab de Castro, que é uma criança e pertence ao número dos “curiosos”. A senhora Malfatti também deu sua contribuição em *ismo*. Um viandante e o seu cavalo, em pacato jornada por uma estrada vermelha, degradingolam-se numa crise de terror ao deparar-se-lhes pendente duma vara de bambu uma coisa do outro mundo. Degringola-se

o cavaleiro, degradingola-se o cavalo, degradingola-se a cabeça do cavalo, tentando arrancar-se do pescoço, o qual se estira longo como feito da melhor borracha do Pará. Gênero degradingolismo. Como todos os quadros do gênero *ismo*, cubismo, futurismo, impressionismo, marinetismo, está *hors concours*.

Não cabe à crítica falar dele porque o não entende: a crítica neste pormenor corre parelhas com o público, que também não entende. É de crer que os artistas autores entendam-nos tanto como a crítica e o público. Em meio deste não entendimento geral é de bom aviso tirar o chapéu e passar adiante.

As demais telas são de artistas estrangeiros. Roberto Cippichia, o premiado, compareceu com uma interpretação romântica muito sensata e harmoniosa, notável pelo movimento que imprime à cena da cavalhada em fuga, dentro da noite, cavalgada por um Saci. Foi a tela que melhores louvores recebeu do público, que os repartiu ainda com suas duas esculturas, deveras originais, muito sugestivas, e onde a característica diabólica do duende está muito bem interpretada.

Richter apresenta duas aquarelas e um óleo; a das quatro negras em torno do fogo, com um Sacizinho que entra a aporrinhá-las, está ótima no estudo das pretas, uma das quais é a negra mais bem estudada que conhecemos. O caráter físico e mental da africana está fixado nela com rara felicidade.

Pecou unicamente em afastar-se da lenda dando proporções microscópicas ao diabinho. A outra, um caipira que ao transpor uma pinguela esbarra com o Saci, está bem estudada, com um fundo eclético e epitômico de paisagem brasileira; só foi comentada desairosamente a inserção da cabeça no tronco. O terror do caipira não vai até a deslocação das vértebras. Seu terceiro trabalho, a óleo, constituiu ainda uma das boas coisas do certame.

Iara, pseudônimo de Norfini, compareceu com quatro aquarelas episódicas, todas muito interessantes. O tema da cavalhada a galope, com Sacis a espantá-la, desenvolveu-o ele com largueza e ótima movimentação. As demais foram compostas com o espirituoso tom anedótico que caracteriza

esse fino e elegante artista.

De la Latta aquarelou um Saci no redemoinho bastante sugestivo e decorativo. No Saci satisfeito, moleque cavorteiro sentado como tição da discórdia entre um casal de pretos brigados, a fisionomia do diabinho exprime melhor que em todos os trabalhos expostos o seu ar brejeiro de demônio familiar. São estes os trabalhos dignos de nota. Os demais revelam apenas boa vontade. Na escultura o senhor M. Vellez traz um gesso bem estudado e interessante, mas acadêmico em excesso.

É um fauno grego com cabeça de menino africano e não um diabo. O outro gesso incide no mesmo juízo. É só. Minto. Há ainda o barro do Poá, do senhor Oliveira Filho, que não é escultor, mas compendiou em argila todos os característicos da sua concepção sacizesca... Tem um mérito: foi o primeiro Saci modelado no país que o almirante Álvares descobriu por acaso em 1500 e que os aliados redescobriram agora por negócio.

Revista do Brasil, nº 23, novembro de 1917.

Quirós^[48]

Silviano Pinto

Ed. Casa Vanorden, São Paulo, 1918

O desquerer, a desinteligência, a rivalidade entre os povos quase sempre provêm de mal se conhecerem. Assim entre nós e Argentina. Desfeitos que sejam os véus da ignorância recíproca, desfaz-se a impressão hostil.

Este trabalho de mútuo conhecimento e consequente aproximação é um dos grandes ideais modernos, o mais generoso de todos. E far-se-á vitorioso sobretudo pelo concurso da arte. Só ela tem forças para tanto, mensageira que é dos anelos mais nobres da alma e do coração. Cada livro argentino que surge cá, ou vice-versa, é um poderoso redutor de antipatias, um eliminador de toxinas, um bafo de ar puro em ambiente confinado. E como a literatura, as outras artes.

Ocorrem-nos estas reflexões diante dos quadros que expõe em São Paulo Cesáreo Bernaldo de Quirós.

Que brasileiro de cérebro bem formado, entrando naquela sala, não se transforma em amigo carinhoso da terra fecunda que já produz tais frutos?

Quem resiste à sugestão de arte tão nobre? Quem se não dobra ante esse embaixador das mais sutis intuições estéticas do vigoroso povo platino?

Quirós não é apenas o pintor máximo da Argentina; é também um grande pintor moderno. É desses privilegiados de gênio que criam *algo nuevo* e produzem obras de infinita beleza – da beleza que o é sempre, e cada vez mais, da beleza que nunca sacia porque não é beleza de convenção, passageira como modas, e sim a eterna, a esplendente beleza da verdade.

Como certas obras nos fecundam o cérebro e entreabrem de brusco o sentido profundo de expressões tidas como verbalismo sonoro! “A beleza é o esplendor da verdade.” Quereis penetrar no sentido desta faísca de Platão? Detende-vos dez minutos em face do *Jogo de sol* e, se em vosso cérebro não se der o estalo do Padre Vieira, saí, correi a fazer-vos eleger vereador... de Itaoca.

Como corresponderá São Paulo à honra que lhe faz o grande artista? São Paulo tem crimes sérios no cartório da arte. Desconheceu Rollo, premiou o sapateiro Ximenes, anda a *faillutar* o Ipiranga. Mas acima desse São Paulo gafento, que faz Apolo ter nevralgias no Olimpo, há um São Paulo de escol, fino, medido, sutil, capaz de compreender Quirós e de reter aqui telas que valem tesouros. A *Revista do Brasil* o avisa da oportunidade, como avisa o São Paulo negociante de uma coisa muito séria (mas isto aqui ao ouvido, muito em segredo): o empate de capital em telas como *Na rede*, *Canto do meu atelier*, *Hortênsias* constitui melhor negócio do que a aquisição de marcos. A Alemanha pode falir – a beleza, nunca!

Revista do Brasil, nº 71, novembro de 1921.

OUTRAS NOTAS

Poèmier

O Brasil hospeda com as zumbaias da praxe o senhor Paul Fort[\[49\]](#), francês, 50 anos, casado, meio na altura e príncipe dos poetas por graça de Apolo.

Até aí nada de extraordinário para o país que viu surgir em suas plagas o alto principado de Belfort. O extraordinário, o que nos embasbacará de assombro, é a estranha natureza deste poeta.

O senhor Fort, além de príncipe, é árvore... “*Je suis un arbre à poemes: un poèmier*”, diz Sua Alteza confessando aos povos boquiabertos o seu curioso hibridismo zoófito.

Todos os anos, ao romper da primavera, o *poèmier* abotoa-se de flores, as quais desabrocham, perfumam o ambiente e por fim murcham, entremostrando à entrada do verão pequeninos frutos viçosos de seiva. Pelo outono, já crescidos e maturados, os frutos do *poèmier* caem da árvore e os editores põem à venda a linda safra. E como por essa ocasião é chegado o

inverno, com o seu cortejo de neves e seu entorpecimento de tudo, o príncipe hiberna, mãos cruzadas ao abdômen, olhos fixos no umbigo, entregue à misteriosa gestação da florescência da primavera seguinte.

Vem assim Sua Alteza enriquecendo o regaço de Pomona abundantíssimos *Fort-poèmes* onde se revogam todas as leis clássicas da composição poética. Porque Fort inova, cria, rompe com o passado, e tão alto se alevanta que, ao lado dele, triste figura fazem o João Racine, o Alfredinho da George Sand, o Lecomte da Ilha, o Edmundo, o Chico Coppée e quantos mais versógrafos desde Homero vêm por aí contando nos dedos sílabas musicais.

É natural, entretanto, tamanha superioridade, visto que os outros torturavam os miolos no penoso trabalho de compor e Sua Alteza limita-se a sacudir os galhos. Os outros elaboravam e Sua Alteza aplica a mecânica vegetal de deiscência. Os outros pertenciam à fauna apolínea e Sua Alteza é híbrido, da fauna e da flora a um tempo, *homme-arbre, poèmier* (*solanum tuberosum*, Linn.?), enfim.

Apesar da unicidade que constitui na Europa o caso do príncipe arbóreo, se Sua Alteza vier a São Paulo verificará com assombro que o *poèmier* é vegetal bem aclimado por aqui. Infelizmente o nosso pé de poemas, menos generoso que o seu colega francês, só dá frutos reservados...

Revista do Brasil, nº 67, julho de 1921.

Brasilische prosa

Clemente Brandenburger[\[50\]](#)

Rotermund, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 1919

O presente volume é o 14º da Coleção Literatura Sul-Americana, que já tem dado a publicidade alguma coisa da literatura brasileira, como se infere das últimas palavras referentes a Oliveira Lima, à página 91, onde o autor dá notícia do trabalho do escritor brasileiro sobre o conde Maurício de Nassau-Siegen.

A *Brasilische prosa* é dedicada a Max Fleiuss, de quem o autor traduz as recordações sobre Floriano e a revolta, precedendo-as, como sempre faz às traduções, de uma notícia biográfica. Não deixava de ser muito interessante o conhecimento preciso que Brandenburger mostra dos nossos homens e coisas, revelado na apreciação dos escritores de que se ocupa.

No prefácio diz: “Nós, teuto-brasileiros, devemos nos ocupar da literatura luso-brasileira, se não quisermos ficar olvidados; devemos tomar parte na vida intelectual da nossa terra”, acrescentando que propositadamente não se ocupou exclusivamente de contos, mas traduziu ainda obras de outros gêneros literários, porque somente assim se conseguirá uma impressão de

conjunto acerca do trabalho intelectual brasileiro.

Abre o livro a tradução do conto de Afonso Arinos, “Pedro, o barqueiro”, e termina com o “Pioneiro”, de Roquette Pinto. Na introdução ao primeiro, o autor pede indulgência aos leitores caso a tradução não satisfaça a quem conhecer o original, tão rico de vocábulos regionais que muito dificultam a versão. Parece, no entanto, que tal óbice foi vencido, pois que em conto, desconhecido para nós, de Viriato Correia, a versão alemã dá bem nítida a impressão do meio em que o episódio se desenrola, e o final dramático da narrativa é tão emocionante que se nos afigura difícil ser melhor no original.

Além destes nomes o autor traduz trabalhos de Viriato Correia, Bilac, Afonso Celso, Coelho Neto, Monteiro Lobato e Afrânio Peixoto.

Para nós, porém, mais expressiva que a valiosa contribuição do senhor Clemente Brandenburger é a significação que tal esforço representa, por onde se vê que, apesar de tudo, o teuto-brasileiro continua a amar o Brasil com ardor que não cede diante de nenhum outro, incluindo o descendente próximo ou remoto dos portugueses. Talvez Graça Aranha acabe tendo razão quando, no seu *Canaã*, Milcau, a dialogar com Lentz, afirmava que os alemães entre nós acabariam vencidos pela absorção, lenta mas irremediável. E de fato tal virá acontecer, malgrado tudo que se tem levantado contra os descendentes de um dos povos mais capazes jamais aparecidos sobre a terra.

Aos poucos o Brasil acabará reconhecendo que deve muito ao esforço alemão, desde Hans Staden, que tão bela documentação deixou nos primeiros dias da nossa terra, até Bresslau, que, chegando pouco antes de a guerra estalar, percorreu grande parte do país para estudar a embriogenia dos marsupiais, procurando desvendar o eterno segredo da vida, como inúmeros outros pesquisadores alemães que têm aportado ao Brasil. A contribuição científica desses investigadores é tão importante que não lhe vale metade o trabalho reunido dos outros investigadores filhos de outras terras. Se o esforço desta gente fosse bem compreendido pelos brasileiros, seria mister

conceder-lhes um lugar privilegiado na nossa gratidão. Em 1820 já emigravam eles para aqui, amalgamando-se conosco, compartilhando das nossas agruras, pelejando pela nossa independência, improvisando batalhões para defesa da nova pátria nos campos paraguaios, e, mais tarde, criando núcleos coloniais dos mais importantes, na Bahia, Espírito Santo, Minas, Rio de Janeiro, grande parte do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Sempre se fundiram conosco, participando das nossas aspirações nacionalistas, como mostra Beckmann, figura tão interessante da nossa história.

A grandeza moral e a magnanimidade de Dom Pedro II foram herança materna, isto é, genuinamente alemã. A influência exercida pelos nossos homens de letras Tobias Barreto, Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Sílvio Romero, Gonçalves Dias, Capistrano de Abreu foi mais uma consequência da cultura alemã que eles assimilaram, e o próprio Bilac, que tão admiravelmente traduziu do alemão o *Max und Moritz*, sobre a rubrica de *Juca e Chico*, não fugiu a essa exceção.

A causa desta injustiça é o desconhecimento da verdadeira Alemanha, e a aceitação incondicional da Alemanha caricaturada e falsificada pelos seus inimigos tradicionais. Quem a conhece de perto muda logo de opinião, como aconteceu a Artur de Oliveira, o mais brilhante boêmio rio-grandense. Sua aspiração suprema era conhecer Paris. Realizou-a um dia e lá jantou com Hugo, fez-se íntimo e foi caricaturado por Gustavo Doré e travou relações de amizade com os mais brilhantes nomes da época. Ao declarar-se a guerra de 70, não hesitou em alistar-se na Legião Estrangeira, onde galgou vários postos à força de bravura, até que afinal, ferido, caiu prisioneiro dos alemães, por ele tão execrados. Transportado para a Alemanha, no pouco tempo que lá esteve, foi se dando conta de um mundo inteiro de coisas desconhecidas, os olhos abriram-se à visão verdadeira da alma germânica e ele acabou escrevendo à sua velha mãe e aos seus parentes verdadeiras apologias do mundo novo que descobrira e cuja perfeição chegava até a humilde casa do

campônio. Entre nós, ultimamente, a campanha do saneamento que sacudiu todo o Brasil vem por forma indireta da ciência alemã, pois que teve como ponto de partida o Instituto Oswaldo Cruz. A matéria é inesgotável; não é um assunto, é uma mina, como diria Paula Nei...

Revista do Brasil, nº 46, outubro de 1919.

Memórias da grande guerra

Jaime Cortesão[\[51\]](#)

Renascença Portuguesa, Porto, 1919

Portugal entrou na guerra sem saber como nem por quê. Empurraram-no para a fogueira, em defesa da civilização que levaria a breca se vencesse a Alemanha imperialista. Vencendo o imperialismo inglês, salvava-se a civilização. Este mistério proclamado pelas agências telegráficas e mais difícil de decifrar do que o da Santíssima Trindade virou dogma, e Portugal, esquecido de que a Inglaterra lhe comeu uma por uma todas as colônias, arruinou-se para ir aos campos de batalha defender a... civilização, isto é, para defender a maxila do carnívoro que entre os alimentos prediletos colocam sempre nacos do império colonial português.

Jaime Cortesão, nome já popularizado entre nós pelas publicações da *Renascença Portuguesa*, escreve mais um belo e doloroso livro. Impressionista, ele apanha, dia a dia, quadros e sensações da guerra, que é uma coisa vista de longe, e outra, feia, estúpida, brutal, sem beleza nenhuma, vista de perto. Ao cabo da leitura fica o leitor a meditar sobre o ilogismo das ações coletivas. Todo o sofrimento de seus filhos, todo o esforço do velho

Portugal, todo seu sacrifício em suma em homens e dinheiro, tão grande que a República está irremediavelmente falida, em prol de quem e do que foi feito? Imaginariamente em prol da civilização, som formado de cinco sílabas com um ditongo no fim. Praticamente em prol da ex-pérfida Albion que lhe comeu Portugal, as Índias e lhe há de comer os remanescentes dos domínios lusos na África. *E cosi va il mondo...*

Revista do Brasil, nº 44, agosto de 1919.

Martim Francisco[\[52\]](#) [\[53\]](#)

Há uma vaga na Academia de Letras. Não era caso de candidatar-se para ela um candidato natural de mentalidade brasileira? Esse, por exemplo, em quem se reúnem todas as sobre-excelências do ático – e tem, como historiador, o rigorismo de Tácito, como humorista, a invenção de Luciano, como tribuno, a precisão de Ésquines, como satírico, os relâmpagos de Swift, como estilista, a rispidez de Voltaire, e como homem representa a convergência final da varonilidade dos três Andradas?

Esse Martim Francisco Ribeiro de Andrada, cujos 70 anos significam uma vertical jamais oscilada em momentâneo desaprumo?

Há deveres nacionais. O maior é a glorificação dos heróis. E quem mais herói que quem Martim Francisco nasce e durante 70 anos Martim Francisco se conserva?

Há crimes nacionais. E não é dos menores esquecermos que os Andradas vigem e viçam unificados no Martim Francisco de hoje.

Bem sabemos que a moral evoluiu. Que vale o hábil, o manhoso, o reptante. Que vence o sorriso, a pílula dourada, o ator. Que ser inteiriço não é credencial de valia. Que ter espinha dorsal insubmissa à ginástica das curvaturas não é recomendação. Que não apoiar com améns, não subscrever, não aderir, não jantar nem ser jantado, não se acocorar é crime. Tudo isso sabemos, como sabemos que é pecado mortal ser maior que os outros e trazer erguida uma cabeça que pensa por si.

Mas... em homenagem ao passado, à moral e à cultura mortas, que lindo não seria coroar de louros oficiais as cãs do varão incorrupto que não quis, não pôde, não soube aderir, e na mesquinhez de hoje ergue seu vulto como

marco isolado duma grandeza que se foi!

E que oportunidade mais propícia do que esta em que sai dos prelos o seu *Contribuindo*, segundo volume da série de Particípios – Rindo, Viajando, Falando, Recordando –, na qual lega ao Brasil a lição de seu estilo, a força da sua dialética, a acuidade de sua visão, o aticismo da sua graça, o aprumo da sua atitude na vida? Setenta anos de estudo, meditação, observação de homens e coisas entesouraram neles a essência de um pensamento e o apuro de uma linha moral que teriam o aplauso carinhoso de Cícero e o louvor ardente de Plutarco.

Haverá lance mais adequado a solene declaração acadêmica de que o mérito real inda é benemerência?

A verdadeira riqueza de uma academia não são os patacos que lhe enchem a caixa senão o ouro das grandes mentalidades que a compõem. E é errar lamentavelmente deixar a nossa de enriquecer-se com a figura imponente do solitário de São Bernardo, o Andrada livre e sobranceiro que não pede, não adere, não janta, não republicaniza...

Revista do Brasil, nº 68, agosto de 1921.

Doutor Arnaldo^[54]

Mortes há que repercutem na sociedade como verdadeiras amputações. Sentimo-nos dolorosamente lesados e diminuídos de algo precioso.

Causou essa impressão o trespasse imprevisto de Arnaldo de Carvalho.

São Paulo sangrará sempre desta perda, a maior com que podia afligi-lo a brutalidade do destino.

Cirurgiões eméritos há-os notabilíssimos; mas um em quem se reúnam todos os primores da inteligência, do caráter e do coração – desses espécimens que a natureza deixa às vezes escapar do seu laboratório como amostras duma humanidade superior – é caso raríssimo.

Os fados proporcionaram-nos em Arnaldo um homem assim – o mais completo, o mais perfeito, o que tomaríamos por modelo se tivéssemos de criar um molde único à espécie.

Suspeitávamos isso enquanto Arnaldo vivia; agora que morreu, sentimo-lo, reconhecemo-lo na mais bela unanimidade que jamais nos congregou.

A impressão geral causada pela sua morte foi de desastre irreparável.

Arnaldo era um ponto fixo, uma luz, uma afirmação no movediço das nossas coisas.

Sempre que o momento reclamava num sábio um homem, e nesse homem um caráter impoluto aliado a um coração magnânimo, todos os olhares convergiam para o seu lado.

Era ele o fanal, o conforto, a esperança.

Ainda quando não agia, a só lembrança de temo-lo à mão como supremo recurso, como ponto fixo, como oásis que dessedenta, anima, restaura

energias, ensina, educa, era um calmante de maravilhosa eficiência à dúvida, à aflição, ao desânimo.

Certeza nos momentos incertos; afirmação nos momentos de dúvida; lenitivo nos momentos de dor; força nos momentos de fraqueza, em Arnaldo Vieira de Carvalho São Paulo repousava confiante.

A morte cortou-lhe o fio da vida em pleno apogeu da ascensão.

A estupidez da fatalidade!

Matar Arnaldo e deixar por aí, a vender saúde, tortulhos de carne que, embora morressem todos os dias, 365 vezes por ano, não resgatariam o mal que fazem, vivendo!...

Não faltou ao coro de lamentações que a morte do grande paulista determinou o concurso “psicologia”.

Sempre alerta, sempre espertalhona, ela corvejou no momento oportuno, bancou três lágrimas de crocodilo, estilizou um *tedium* de pêsames e apanhou no ar um negócio.

E assim, por uma cruel ironia dos destinos, o impoluto Arnaldo Vieira de Carvalho, o menos cabotino dos homens, o mais sincero, o mais honesto, o mais puro, vai ter a memória perpetuada por um monumento do... Ximenes.

Faltava-lhe isso, a coroa do martírio póstumo... Tê-la-á...

Revista do Brasil, nº 55, julho de 1920.

Conselheiro Rodrigues Alves^[55]

O senhor conselheiro Rodrigues Alves, ora morto, foi grande entre os seus contemporâneos. Para o seu elogio, entretanto, resta medi-los, a estes, que se amesquinham, aliás, dentro das raias do medíocre.

Se é alguma coisa ser grande entre pequenos, convenhamos em que não é tudo. Podia ser maior o finado presidente. Homem de sua época, tanto não basta para a glorificação. E, estritamente, o senhor Rodrigues Alves foi o tipo da atualidade, com os defeitos e falhas. Daí, o seu aferro à perpetuidade de uma situação que se sustenta ao preço, caro demais, do nosso pudor e do nosso brio.

Menos do seu tempo fosse ele e seria maior: fosse mais do futuro, fosse mais do passado embora. A atualidade é sempre a negação do ideal. E o ideal é o que distingue o estadista do simples administrador. Olhasse mais para o futuro – e apreenderia a inanidade do *statu quo* da política nacional. Voltasse a vista evocadora para uma história bem sua conhecida, porque bem vivida, e à lembrança lhe acudiriam cenas bem mais edificantes que estas do palco, que timbrou por conservar em sagrada intangibilidade.

Vindo do Império liberal, caminhando para um mundo reformado, novo, inédito, forçou em demasia a parada no remansado oásis do egoísmo político. Ao conselheiro da Monarquia, quebrou-se-lhe a reta do critério equânime, ao penetrar o mar morto da revolução psicológica de 15 de Novembro. Não acontecera o fenômeno – e esta democracia se lhe antolhara em toda a sua falácia e indignidade, exigindo-lhe o golpe de estadista e de patriota.

A fatalidade da história, que nestes dias se está escrevendo, calca-lhe a silhueta – em irrecusável cotejo sobre outra figura de grande homem. E não

há fugir às afinidades e repulsas do confronto.

Conselheiro do Império também houve outro que chegou até nós. Também aderiu à República, se é que a não fundou, sozinho talvez... Também foi e é grande – Rui Barbosa.

Todavia, sob tantos contatos, alongam-se uma da outra as duas personalidades – o liberal e o conservador da Monarquia, o instituidor da República e o seu conservador, o eterno reformador e o ainda e sempre conservador...

Um tem ideais. O outro não.

Um adere à República e à mentalidade política rebaixada. O outro funda-a, mas repele o critério republicano desnaturado.

Um é o administrador. O outro, o estadista.

Um é político. O outro, o patriota.

Rodrigues Alves é o homem do seu tempo. Rui é um deslocado na história destes dias nefandos.

E, se aquele é grande entre pequenos, este o é entre os maiores destas e de alheias plagas, destes e de todos os tempos.

Revista do Brasil, nº 38, fevereiro de 1919.

Emílio de Meneses^[56]

Emílio de Meneses tinha o espírito aparentado com o sílex; ao menor contato com as desarmonias da vida, a maldade ou pequenez dos homens, o empavonamento da mediocridade, esse espírito chispava a ironia de Voltaire, ou despedia faúlas epigramáticas de um fulgor novo em nossa língua. Assim a vida do poeta extinto tauriou-se inteira dum rosário de faíscas que são puras joias duma ourivesaria diabólica. Nessas maldades, nessa irisada perversidade, Emílio só revelava uma coisa, a sua bondade, o seu grande coração amargurado pelo espetáculo diário do verdadeiro valor mental e moral vencido na concorrência da vida pelas manhas do cabotinismo de mãos dadas ao eterno patife de Molière, Tartuffe.

As grandes forças da sua inteligência, os recursos de sua estesia e toda a riqueza da sua sentimentalidade, ao invés de empregá-los na grande obra, uma e imorredoura de que era capaz, ele, insofridamente, esbanjou-os às mancheias, pelo caminho, com imprevidência de nababo nascido em berço de ouro. Sua mão pródiga impedia a acumulação das riquezas. Ela tomava diamantes que fulgiam no cabaz atestado para arremessá-los como um seixo, num gesto de garoto, contra o primeiro passante que irritasse, pela atitude provocadora, a hipersensibilidade do poeta. Faz pena ver tanta joia assim fragmentada e lançada à guisa de piparote no nariz de gente nula e mesquinha, gente merecedora apenas de um bom caco de telha manejado por mãos de moleque. E, assim, a obra capital de Emílio anda dispersa pelo mundo, guardada na memória dos amigos, em fragmentos que já sofrem e sofrerão em escala crescente uma deformação impiedosa. Recolhê-la, recompô-la enquanto é tempo é a melhor homenagem que prestar possamos

ao grande espírito extinto nas trevas da morte. A *Revista do Brasil* julga de bom aviso abrir suas páginas para esta piedosa coletânea. E pede a todos, amigos ou admiradores, diretos ou indiretos detentores de uma parcela, mínima que seja, da fulguração emiliana que a canalizem para esta publicação. Destarte enfeixar-se-á num escrínio uma obra que por esparsa e fragmentária não vale menos que as obras unas argamassadas em blocos inteiriços.

Emílio de Meneses nasceu em Curitiba em 4 de julho de 1867 e faleceu no Rio de Janeiro em 5 de junho do corrente ano. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras na vaga de Salvador de Mendonça, mas não chegou a tomar posse, menos pelo seu transitório estado de saúde, pretexto apontado, que pelo seu permanente estado de alma, revel à contrição que impõe as sociedades ao molde daquela onde o respeito mútuo impede a livre expansão dos temperamentos irreverentes.

Emílio de Meneses deu a público o primeiro livro de versos – *Marcha fúnebre* – em 1892, e nove anos depois surgia com outra série a que deu novamente um título macabro – *Poemas da morte*.

Revista do Brasil, nº 30, junho de 1918.

Luís Pereira Barreto^[57]

Durante longos anos gozou São Paulo do privilégio de ter em seu seio um homem verdadeiramente superior. Sábio da mais ampla envergadura, Luís Pereira Barreto valia pela suprema instância das nossas questões científicas. Jamais se agitou problema em que não pensasse na solução à lógica do seu raciocínio.

Idealista, nele hauríamos a plenos pulmões o divino sopro da ânsia pelo melhor. E, crestados cada vez mais que vamos pelo utilitarismo imediato, sabemos todos o valor deste oxigênio.

Paladino, ninguém com maior ardor pulava à arena se periclitavam as causas generosas. Todos nos lembramos do furor sagrado de sua pena no triste caso Longaretti¹.

Cirurgião notabilíssimo, nenhum colega digno deste nome jamais dispensou seu parecer nos casos novos ou de dura dificuldade. E não tem conta o número de criaturas que sua arte arrancou à morte.

Ampelógrafo de gênio, toda uma grande cultura nasceu por um golpe de sua vara mágica e evoluiu às seguras, sob a orientação carinhosa do criador. E longe daqui, nas mais velhas zonas vitícolas da Europa, quanto se fez orientado pelo seu pensamento!

Zootecnista de olhar penetrante, ninguém devassou com maior clareza o nosso futuro pecuário. E ninguém, um contra todos, combateu com maior ardor as ilusórias soluções momentâneas da rotina vesga.

Jornalista, quem como ele arrastou mais, seduziu mais, convenceu mais, por força da gentil aliança da lógica e do estilo? Ainda nesse pormenor fica Luiz Barreto como o nosso modelo máximo.

Gozou assim Luís Pereira Barreto, em nosso país, o alto posto de honra que raros homens atingem por promoção emanada do consenso unânime. Foi um generalíssimo da nossa mentalidade – o que nos redimiu de outros, grotescos, criados por decreto... Foi um momento da nossa consciência.

E como durante cinquenta anos exerceu com brilho sem par esse posto de honra – despótico se a paixão o empolgava, suasório, se a frio – durante cinquenta anos São Paulo descansou fiado em suas altas sentenças.

Nenhuma questão de vulto se agitou nesse interregno sem que a fechasse o parecer do sábio que ao rigor da ciência reuniu os fulgores da arte – e que nunca deixou de sobrepor a ambas, arte e ciência, o pálio do humano. E como foi assim, sua morte soou para nós não como a morte de um sábio apenas, não como o desaparecimento de um artista, sim como a supressão de algo superior e insubstituível, bandeira que tomba na refrega, farol que se apaga em noite de vendaval, estrela norteadora cujo exsolver-se espalha fundos negros no céu.

A *Revista do Brasil* rende nestas palavras a homenagem devida a um dos seus primitivos diretores.

Revista do Brasil, nº 86, fevereiro de 1923.

Adalgiso Pereira e Simões Pinto

Ainda estamos sob a impressão angustiosa dessa rajada de peste medieval que, com o gentil nome de gripe, sacode o país inteiro e arrasta para o vortilhão da morte milhares de vidas preciosas. Raro o dia em que no obituário copioso não ressaltam à vista nomes de amigos queridos. À *Revista do Brasil* cumpre destacar, dentre tantos, dois, Adalgiso Pereira e Simões Pinto.

Adalgiso era uma criatura dessas a quem cabe como luva a abusada classificação de intelectual. Era todo cérebro, e morreu disso. A vida do corpo não lhe guardava proporção com a vida mental, não lhe dava o apoio preciso, não lhe era um equilibrado alicerce. Seu espírito cultivado intensamente aprimorara-se até os supremos requintes da cultura. Nunca, porém, lhe foi permitido colher os frutos desse apetrechamento excepcional. Nos momentos decisivos sobrevinha a *pane* do músculo, a falha do motor – e daí o desânimo, a descrença em si próprio, dúvida negra sobre a potencialidade dum instrumento que passara a vida a aperfeiçoar. Especialmente em estudos de psicologia e pedagogia, era um gosto ver a agudeza penetrante com que esmiuçava os mais complexos problemas da entrosagem psíquica. Como era um gosto vê-lo deslindar uma questão de linguística. Emérito sabedor do vernáculo, não era um carrança incompreensivo; sabia ductilizar as regras de modo a alterar-se à concepção da língua como organismo vivo, em perpétuo evoluir, embora conservando sempre, como alma imortal, o conjunto de características a que chamam gênio.

Não pôde Adalgiso legar ao país o seu espírito cristalizado na obra de

que era capaz. Reveses sucessivos, consequentes ao mau funcionamento da máquina corporal, quebraram-lhe a mola vital dos espíritos superiores, essa ânsia de sobrevivência pelo livro onde se reúnem, como em escrínio, todas as luzes, todos os perfumes, todas as formas superiores da personalidade que não devem perecer com o corpo, e que exteriorizadas pela palavra escrita passam a incorporar-se nos tesouros mentais da humanidade. Morreu de todo. Vive, ainda, apenas na memória dos que lhe foram íntimos e num convívio amiudado o compreenderam integralmente. Poucos o compreenderam. Para a maior parte de seus próprios amigos, Adalgiso Pereira apresentava-se incompleto, ocultando faces da sua suprema evolução psíquica que receava mal compreendidas.

Simões Pinto era o amigo. Passou a vida a cultivar com carinhos raros o jardim da amizade. Ao contrário de Adalgiso tinha a serviço da alma um corpo de gigante que metia inveja a todo mundo. Nele palpitava um coração generoso, aberto de todos os lados, só habitado de sentimentos bons.

Vivia num perene esfuziar de bom humor e alegria, a engenhar trocadilhos, a arquitetar pilhérias, irradiando em torno de si a muita saúde moral e corporal que o caracterizava. Um belo dia corre a notícia de que caíra gripado. Todos sorriram da gripe: podia lá ela com uma organização taurina daquelas? Sobrevém a pneumonia e, afinal, após dias horrorosos de angústia, Simões Pinto cerra para sempre os olhos, deixando centenas de amigos que formara durante uma vida consagrada à amizade inteiramente tontos, aparvalhados ante o inopinado e brutal desfecho, *velut umbra*. É sombra hoje esse que inda ontem era um precioso exemplar de vida pletórica...

Revista do Brasil, nº 35, novembro de 1918.

Francisca Júlia^[58]

Com a morte de dona Francisca Júlia da Silva desapareceu a maior poetisa brasileira de todos os tempos e um dos mais fortes espíritos que, em organizações femininas, já puderam ilustrar a arte universal. Na verdade, era sua a grei dos grandes poetas nacionais e das mais ilustres representantes intelectuais do seu sexo. Só aí, em tão altas categorias, tem para sua personalidade de poeta.

As *Esfinges* e os *Mármore*s levariam apenas uma pecha: a da monotonia da perfeição. Tudo é perfeito naquelas páginas, minuciosas, irritantemente perfeito. No acabamento total de cada peça, de cada soneto, se engasta a integração de cada imagem, de cada ideia ou pensamento. A serenidade de sua arte, voando alto, se detém a cada momento, ciosa das belezas que semeia. Não tem fugas de condor. Tem o planar sereno da águia.

Tal a feição real que a distingue. Tanta majestade, porém, não lhe apaga e sequer lhe obscurece o brilho. Os versos de Francisca Júlia primam, sobretudo, por brilhantes. É a sua característica: refulgem a cada passo, no felicíssimo da expressão, no entremostrear da imagem, no inesperado de uma evocação longínqua. Senhora do segredo da palavra, do contexto ideal dos termos, tem pronto o vocábulo-padrão para o renovamento das ideias e para as associações novas.

A acusação de impassibilidade e frieza, comum, aliás, a todos os parnasianos, pesa também sobre essa genuína representante da escola. Mas, sem razão, de certo. Não é impassível o que brilha, nem frio pode ser. Brilho é vibração, é luz e calor, é vida, sensível e ardente.

Cumprе reformar o juízo da crítica, que, carinhosa e amiga a todos os

gabos, antepôs restrição formal e básica, que a ausência de público subscreveu passiva. Compreende-se o caso de Francisca Júlia. Para lhe ser vedado o grande êxito nacional, que se traduzisse em popularidade, não era preciso o seu concurso de deficiências de arte. Esse milagre é vulgar. Não fosse a poetisa ilustre – conhecida e amada – teria, insensivelmente, repellido a balda injusta.

Impassibilidade, não, mas sim majestade; não frieza, porém, brilho e brilho intenso, constante. Porque não se deu ao lirismo entre nós, tão fácil, nem à exaltação tão nossa, não caiu também no extremo oposto. Há poesia, há sentimento nos imaginosos, heroicos versos da gloriosa patrícia.

Não se sente em “Argonautas” o pulsar de seu coração à aventura, entre os anseios do heroísmo e o vago temor do desconhecido? É impassível quem pede “A áurea bênção dos céus e a proteção dos astros”? É dramático. Frio, não.

Se, de fato, mulher, Francisca Júlia se apartou de suas semelhantes, pela postura nobre, pela isenção e pureza da arte, valha-lhe isto. De Hipatia, a evangelizadora da cultura egípcia que morre às mãos do populacho, a Heloísa, cuja eloquência é a resultante imediata da vida e do amor; de Madame de Sevigné, cujas cartas de mãe são primores literários, a G. Sand, que vive os seus romances entre as damas ilustres, há um lugar para a poetisa paulista, mas, lugar de destaque para quem fez a arte pela arte, sem confundir o poeta brilhantíssimo com o recatado viver da dona de todas as virtudes.

Revista do Brasil, nº 59, novembro de 1920.

Academia Brasileira

A eleição do Amadeu Amaral para a Academia Brasileira de Letras tem o mérito de não vir inquinada de nenhum vício de origem. Não o levou lá o compradesco nem outro qualquer critério alheio ao mérito literário. O novo acadêmico o é por força exclusiva do valor pessoal, como poeta, autor das *Névoas* e das *Espumas*; como prosador notabilizado por várias conferências que sairão em volume sob o título *Letras floridas*; e como estudioso de variantes dialetais. Sob este aspecto só o conhecem os leitores da *Revista do Brasil*, que já publicou magníficos capítulos do seu *Dialeto caipira*, livro anunciado para breve.

Se se reúnem em Amadeu Amaral dotes intelectuais suficientes para lhe acentuar a personalidade como das mais elevadas que possuímos, emolduram-na qualidades morais notabilíssimas.

Daí o seu feitio inteiriço, a harmonia, o caso de equilíbrio sobremaneira raro que ele é nesta época de extremas frouxidões. Junto com o grande poeta mora em Amadeu Amaral o homem de bem. Com entusiasmo proclamamos esta feliz conjunção de valores. Ganha foros de truísmo na mente do nosso povo o doloroso apotegma: talento e caráter excluem-se. A prova de que não é que Amadeu Amaral existe.

Revista do Brasil, nº 44, agosto de 1919.

Discurso de Amadeu Amaral^[59]

Amadeu Amaral

Tipografia de O Estado de S. Paulo, 1919

A candidatura do senhor Amadeu Amaral à vaga de Olavo Bilac na Academia Brasileira, já tivemos ensejo de o dizer, a seu tempo, surgiu como uma coisa lógica, sequente, natural, acostumados que já vinham, todos quantos acompanham a marcha das letras no Brasil, com a ideia da sua elevação e excelência como poeta, da sua probidade e valia como escritor e da inteireza e bondade da sua alma de homem. Com essas qualidades, que ninguém, de boa-fé, lhe regatearia e que se juntava à circunstância feliz de terem sido o poeta morto e o sobrevivente amigos dos mais fraternos, durante muitos dos últimos anos da vida do primeiro, a transferência era, como de irmão a irmão, sem atritos, sem chicanas, sem embargos, sem margem para alheios protestos, dependendo a sua efetivação do cumprimento de umas tantas formalidades, apenas pela praxe exigida. E, realmente, foi assim que o senhor Amadeu Amaral entrou para a Academia, recebendo dela a guarda da cadeira que pertencera ao seu irmão de arte.

Não é justo malsinar a praxe, pelas suas exigências. Delas resultam

muitas vezes coisas boas, úteis e belas, que de outro modo talvez não tivessem realização ou a tivessem retardada. Assim, as mesmas praxes acadêmicas originaram o discurso que, tomando posse do legado que tão legitimamente lhe era adjudicado, pronunciou o poeta das *Espumas*, em 14 de novembro do último ano, em sessão solene presidida pelo senhor conde Carlos de Laet e tendo por paraninfo outro poeta e escritor valiosíssimo, o senhor Carlos Magalhães de Azeredo. Nesse discurso, em que faz o elogio do cantor da Via Láctea e que constitui uma das mais belas orações que porventura tenham sido proferidas sob a cúpula da Academia – admirável pela proporção das suas partes, pela largueza de linhas, pela precisão e justeza dos contornos, pela harmonia e encadeamento dos períodos e, não menos, pela sinceridade e singeleza do sentimento que o anima –, o novo acadêmico soube fazer magistralmente um estudo perfeito da personalidade de Bilac, sem se deter em pormenorizações curiosas e justas, talvez, em estudos de outra natureza e oportunidade, mas descabidos no contexto de uma oração acadêmica – como também sem se extraviar em generalizações difusas nem, por um excessivo distanciar-se dele, perder de vista o vulto do seu glorioso antecessor.

Com efeito, o que caracteriza este notabilíssimo trabalho do senhor Amadeu Amaral é a rara associação, que nele se depara, de um entusiasmo dos mais desimpedidos com um sadio senso de medida, o que, aliado ao imaculado vernáculo do autor, faz da sua leitura um verdadeiro e nobre gozo intelectual. Não lhe destacaremos para aqui nenhum trecho, à guisa de amostra. Sobre ser isto mutilação de uma obra que é, de si, inteiriça e indesarticulável, não pode deixar o discurso – largamente divulgado em toda a imprensa do país e agora editado em elegante volumezinho caprichosamente elaborado – de estar guardado já, carinhosamente, por todos os brasileiros que prezam o culto do idioma e que são tantos, bem como pelos que veneram a memória de Olavo Bilac e que são todos.

Revista do Brasil, nº 49, janeiro de 1920.

Borges de Medeiros^[60]

E falamos na Irlanda! E tanto choramos, em prosa e verso, os males da Polônia!... No entanto, dentro de casa, no extremo Sul, desde os inícios da República até agora temos a Irlanda e a Polônia. O despotismo feroz de Júlio de Castilhos não sofreu solução de continuidade. Mal a morte arrebatou o organizador da mais ferrenha ditadura dos nossos tempos, Borges de Medeiros tomou as manivelas da máquina de compressão e, sob capa de apóstolo, manteve o arroxado cruel.

O despotismo cansa e arrasta ao desespero. Sobreveio a revolução e ainda estão na memória de todos a chacina tremenda e o cortejo dos horrores que foi a guerra civil. Aqueles heróis tiveram tudo contra si, até a manopla duríssima de Floriano e ficaram vencidos.

A força bruta vence o corpo. A ideia, porém, é inatingível. E a ideia de liberdade ficou nas almas dos rio-grandenses dignos desse nome como a luminosa estrela do guia.

O despotismo desespera. Os heróis, restauradas as forças, voltam hoje à campanha. Recomeça a luta. Vida de escravos? Antes a morte heroica no campo, a morte de Gumerindo, a morte de Saldanha. E lá estão os descendentes atuais dos heróis degolados no tempo de Castilhos, desarmados, desajudados de tudo e de todos, brandindo as lanças contra as hostes borgistas, sob a indiferença doentia deste país sem nervos.

O ególatra ruge dentro do palácio. Que audácia inaudita a daqueles Azambujas, Netos, Mércios, Tavares, Portinhos, Mendonças, cabeças renascentes das hidras de iguais nomes que Castilhos esmagou! Menosprezarem o seu papado! Duvidarem da sua infalibilidade. Ousarem

contrapor-lhe Assis Brasil! Aspirarem à liberdade! Desadorarem a grilheta aos pés!

Borges! Uma frase o define.

Certo intendente, que conferenciava com ele, ousou dizer-lhe: – “Eu penso que...”. O soba cortou-lhe a palavra: – “Você pensa que pensa, mas quem pensa no Rio Grande sou eu...”.

Para o Francia “pensar” é dar voltas ao arroxó. Em tudo quanto em vinte anos de ditadura esse homem escreveu ou assinou não lucila um só pensamento de largo descortino ou elevação. Ilude-se como ninguém inda se iludiu. Pensa que pensa, ignorante de que só pensam os cérebros superiores. O futuro o definirá: o rebenque que pensava que pensava. Que soberbo mote para glosas cômicas se a era da degola reiniciada não gelasse com jatos do melhor sangue sulino a veia satírica!

E continuamos a comemorar o dia de Tiradentes, símbolo nacional da revolta contra o despotismo. E esquecemos que nas coxilhas do Sul os revolucionários nada mais fazem do que repetir o gesto de Tiradentes. Ressurgisse o mártir e era lá que estaria ele hoje, com o pescoço não mais exposto à corda de Dona Maria e sim ao facão tradicional com que Castilhos e Borges “pensam”, seccionando carótidas.

Pobre Irlanda! Como nos comoveu o sacrifício de MacSwiney! Como nos comoverá o futuro jejum de qualquer novo prefeito!

Revista do Brasil, nº 90, junho de 1923.

O novo governo

De quatro em quatro anos, o Brasil esperta, olha para a frente e sorri, cheio de esperanças. Um novo governo se aproxima. Plataformas, profissões de fé, discursos políticos prometem-lhe o feliz advento da administração honesta e inteligente por que ele tanto anseia. Aos primeiros atos, porém, do sol nascente, mais uma desilusão cruel vem juntar-se às inúmeras de que tem sido fértil a República entre nós. Verifica o país que houve mudança de atores, mas a companhia permanece a mesma. Cartaz novo na parede, mas disfarce da peça sempre – o Rega-Bofe. As camarilhas de pilhagem, senhoras da máquina política, manobram as teias das injunções e fazem do novel presidente um títere a serviço da panqueca, tal qual como o anterior; e tudo continua, para os politiqueiros “conservadores” – conservadores dum estado de coisas extremamente favorável ao seu joguinho – como na melhor das repúblicas possíveis. A desilusão número um decorre matematicamente do ato presidencial número um: a escolha do ministério. Nunca é o ministério que a situação nacional requer, que o bem público impõe, que a nação deseja. É sim um grupo de delegados da camarilha, prepostos à facilitação de todos os arranjos políticos, o que vale dizer do assalto ao Tesouro. Onde, mal circulam os nomes dos novos escolhidos, o *oh!* geral de desapontamento que explode no país, de norte a sul.

Com grande assombro, neste bem-aventurado ano da graça de 1919, o presidente Epitácio rompe a velha norma. Em vez de desapontar ao país, tira a ponta à camarilha. O bando inteiro, hoje banda alemã, vê pela primeira vez, e com grande pasmo, insurgir-se a criatura contra os criadores. O presidente que eles, porque o fizeram, supunham boneco dócil não lhes estende a mão

nem lhes pisca o olho para a “peça ao país”, mas apresenta-lhes inopinadamente a biqueira do pé. O assombro perdura, porque o fato é virgem nos anais da orgia republicana. O país desejava Rui Barbosa. Elegeu Rui Barbosa. Viu, porém, pela segunda vez, o seu voto livre anulado pelo voto mecânico da máquina de votar, montada pela camarilha. Apesar disso, o país bigodeado respira. Não teve na curul suprema a quem quis, mas começa a ver lá uma entidade zoológica que já supunha inexistente nas plagas brasílicas, um homem. E, mais esperançado do que nunca, agarra-se com os santos para que esse homem o seja no começo, no meio e no fim.

Está farto de ver pelas alturas figuras de engonço, que dizem *papá* e *mamã*, conforme os cordéis puxados pelos líderes da patota...

Revista do Brasil, nº 44, agosto de 1919.

O caso brasileiro

Viajante recém-chegado dos sertões do norte, e já conhecedor daquelas paragens, conta, entristecido, a decrepidez profunda das cidades sertanejas. A miséria cada vez maior. Povoados, outrora prósperos, em completa ruína. Crianças criadas nuas até aos 10 anos e seminus vivendo os adultos. Meninas núbeis cujas únicas vestes são um frangalho de saiote curto. A vida social transformada num violento *regímen* de banditismo. Os grandes criminosos ligados aos governos centrais, transformados pela política em coronéis, e dominando na sociedade como sobas africanos. O seu prestígio sempre proporcional ao número de cangaceiros em regimento. Não vigoram ali as leis, mas unicamente o capricho boçal e cruel. Piores do que a peste, eles eternizam a luta à mão armada entre famílias, a pilhagem, a destruição sistemática do vencido.

Os governos estaduais, fracos, mal organizados, falidos, sem meios de metê-los na cadeia fazem-nos seus aliados e, em divórcio absoluto com a lei e a moral, acabam, muitas vezes, esteiando-se exclusivamente nos clavinotes facinorosos.

Ao lado desse horrível aspecto social o aspecto econômico não menos contristador. Tudo em descalabro, as fazendas em declínio, as culturas em atrofia, a criação destroçada. E destroçada também a terra pela vaga anual do fogo pai do deserto.

A causa de tantos males? A política. A política parasitária do percevejo, as administrações flagelantes, a ausência completa de justiça, o mau governo, em suma.

Isso explica a nossa fraqueza como país, país imenso que não produz e

não enriquece. Descontadas as áreas felizes do sul, onde um conjunto de circunstâncias favoráveis atraiu a imigração estrangeira e criou um relativo progresso, o resto do Brasil é uma pura calamidade.

Não há mal que sempre dure, diz o ditado; mas há males que duram demais, diz a paciência do povo. Está durando demais, entre nós, esse mal horroroso da política pilharenga, e para ele não há remédio dentro da nossa absurda Constituição. Só poderá combatê-lo um homem de gênio, o homem-herói de Carlyle, o homem providencial que surge cá e lá, de século em século. Mas estes super-homens não viçam nos tempos de calma podre. Só os revela a revolução. O gênio organizador de Bonaparte não teria plasmado a Europa se o 89 francês lhe não fecundasse, na Córsega, a genialidade latente. Sem isso Napoleão acabaria um general burocrata como os outros. As revoluções valem menos pelos resultados diretos que pelos indiretos. Valem sobretudo pelos homens que sem o querer revelam. É por intermédio desses homens de exceção que o progresso humano se faz. Só eles têm força para nortear os destinos da humanidade, imprimindo-lhes diretrizes novas.

Sem que a revolução arrase as situações encruadas e varra o terreno dos escombros não há construção nova possível. Tudo será, em prédio velho, remendo transitório, paliativo.

O caso brasileiro dá bem medida disso. Dentro das formas estabelecidas, por maior que seja sua boa vontade e sua energia, nenhum governo fará coisa nenhuma.

É mister que um terremoto social arrase o mau pardieiro construído em 89 e convulsione tudo para que o instinto de conservação da nacionalidade faça subir à cena o homem por quem sonhamos. Só ele, emanção suprema da raça, poderá fazer o que é preciso fazer, à força, com manoplas de gênio, ao modo napoleônico.

Fora disso tudo é empaliar.

Revista do Brasil, nº 45, setembro de 1919.

Um livro-chave

Quando, em 1918, apareceu o livro de Belisário Pena[\[61\]](#), *Saneamento do Brasil*, tivemos a sensação de defrontar um livro-chave.

E assim foi.

Esse livro fechou a fase brasileira da mentira sistemática em relação à nossa higidez e abriu o período fecundo do combate aos males endêmicos.

A opinião agitou-se. O país fremiu de horror ante o espelho inexorável que lhe refletia crua e nuamente o seu estado de lazeira.

Belisário Pena, completando o famoso relatório da sua viagem com Artur Neiva, provava nesse livro a tremenda afirmação de Miguel Pereira e lançava o axioma novo em que se resumem todos os nossos problemas: sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo.

E a ideia da salvação pela higiene pôs-se em marcha. São Paulo, a União e vários estados saíram da apatia e organizaram o combate aos males endêmicos que nos dessoram a raça. E a luta prossegue, com os desfalecimentos naturais de um regímen político sem continuidade de administração.

O problema é, entretanto, vasto demais para que comporte uma solução rápida. A nossa anemia econômica e o nosso descalabro financeiro não permitem batalhas campais, e sim, apenas, luta de guerrilhas, escaramuças.

Ao lado dessa solução iniciada, uma outra se faz mister: conjugar a instrução das crianças em “todas as escolas” com o ensino da higiene rural, feito da maneira mais persuasiva possível.

Nas crianças está o futuro e prepará-las para o grande combate é dar alicerces de pedra à vitória. Só a escola saneará o Brasil, porque só a escola

resolve problemas nacionais. A experiência de todos os povos não se cansa de o demonstrar.

Assim, é de incalculável alcance o convite que o governo paulista fez a Belisário Pena para que viesse organizar em nossas escolas a vitória da higiene de amanhã.

Escolha felicíssima!

Belisário Pena é a paixão feita homem. É o grande apóstolo do saneamento. É o homem da ideia fixa. É o homem-força.

Entregue às suas mãos temos a certeza de que esse ensino, há tanto reclamado, se fará de maneira efficientíssima, assegurando para São Paulo um futuro infinitamente mais sadio do que o presente.

Bênçãos chovam sobre o apóstolo e sobre os que o trouxeram para cá.

Revista do Brasil, nº 93, setembro de 1923.

A nação “quer” Rui^[62]

Levada pelo cansaço da mediocridade, a nação aspira alçar à governança suprema um homem que rompa a cadeia dos presidentes emperrados. Até aqui a qualidade *mater*, o gás ascensional que levava até a curul presidencial era compostura grave, a palavra parcimoniosa e oca, a sentenciosidade revendo ao famoso conselheiro de Eça, o silêncio que simula alta concentração de espírito, a ruga na testa e o gesto de Pacheco nas ocasiões solenes. Sob esta ridícula indumentária as mais velhacas raposas da República criavam-se fama de eméritos estadistas, evitavam as posições definidas e, de degrau em degrau, subiam de ignaras vereanças à cúspide num coleio manhoso e paciente de lagarta que sobe da raiz da árvore à flor. A série dos mediocratas foi apenas interrompida por uma farda de boas intenções, mas hilariante, e hoje, neste momento crítico para todas as nacionalidades, culmina, pitorescamente, na chefia Moreira, de que não tem culpa nenhuma a excelente criatura que deve ser o senhor Delfim Moreira.

Chegada a situação a estes termos, evidentemente o apogeu do sistema mediocrata, o instinto da nacionalidade adverte-se da má vereda trilhada, abrem-se-lhe os olhos ao país e em todas as almas brota o anseio pela mudança de sistema. Já que experimentamos, com resultados nada lisonjeiros, a gama inteira da mediocridade com alguns pobres de espírito de lambugem, experimentamos o inverso agora, ponhamos no leme um homem cuja vida tenha sido uma permanente afirmação de valor mental. E como sob os moldes pedidos só havia um, a nação unânime apontou-o logo: Rui Barbosa.

A velha política, entretanto, tenta reagir e impor à nação, mais uma vez,

um títere fabricado *ad hoc* nos conciliábulos da coscuvilhice patoteira. Não lhe convém abandonar a presa. Rui não será um seu disciplinado expoente. É um indesejável viciado pelo crime de valer mais que os outros. E, como um Diógenes de saia, ele gira e regira às tontas procurando de norte a sul o medíocre jeitoso, convinável à situação. Debalde o procura. A hora fatal dessa política já soou. O Brasil pela primeira vez na vida republicana se resolve a “querer”. Sobe de ponto. Não se limita a querer. Exige.

– É crível, então, que o morto ressuscite? Que Gulliver rompa a trama e ouse correr com a chusma de Liliput?

É espantoso, mas sucede esse estranho fenômeno. A opinião nacional, jamais consultada, ergue a voz e pelas mil bocas da opinião pública exige à presidência Rui. O medo ao arreganho das fações politigueiras do exército desaparece, e todo mundo sorri compadecido das manobras microscopicamente conspirativas de vagos tenentes ignaros. A submissão ao situacionismo político desfaz-se. Afirma-se a vontade coletiva. A vontade viriliza-se. A nação “quer” Rui Barbosa. O futuro presidente será, pois, Rui Barbosa.

Revista do Brasil, nº 38, fevereiro de 1919.

Dom Luís^[63]

O governo federal convidou o conselheiro Rui Barbosa para representar o Brasil no Conselho dos Aliados. Na hipótese de uma recusa a que outro nome poderia o governo recorrer?

– ?...

A pobreza de homens da República é nestas ocasiões que se patenteia. Fora Rui, e Calógeras, a quem falta o predomínio da cultura jurídica, a República não vê, porque não tem, em redor da sua estrela encabada, nenhum vulto capaz de dar ao país, num concerto mundial de estadistas, representação que não peque pelo pífio.

Já em ocasiões idênticas teve a República, para fugir ao ridículo, de recorrer a figuras remanescentes do Império, como Rio Branco e Joaquim Nabuco. E está no domínio público o fulgor que eles souberam dar à missão, revelando a superioridade da escola monárquica na formatura de homens públicos sobre a escola republicana.

Hoje, posto de lado o expediente de recurso aos monárquicos – que a morte já os levou a quase todos –, condena-se a República ou a brilhar pela ausência ou, o que é pior, a cair no ridículo. Porque positivamente cairá no ridículo se mandar representar-nos no Conselho das Nações qualquer dos eminentíssimos paredros do nosso alto republicanismo, o Azeredo, o Hermes, o Seabra, o Camisa Preta...

Chegamos, assim, em trinta anos de escola republicana, a esta mirífica situação: temos um homem só digno e capaz de representar o Brasil numa assembleia mundial – Rui Barbosa –, e, esse mesmo, conselheiro do velho *regímen*! O viveiro republicano, em seis lustros de choco, de adubagens

fartas e regas copiosas, não deu de si coisa séria. Plantas que prenunciavam jequitibás eram apenas caruru...

O país possui, entretanto, um homem capaz de representá-lo com dignidade e brilho na mais conspícua reunião de povos. É um a quem não faltam serviços de espada nem de pena, que tem nome e honestidade, inteligência e descortino diplomático. É um de quem se pode repetir a frase de Macaulay relativa à eloquência de Mirabeau: o difícil é achar o que lhe falta.

Esse “um” é Dom Luís de Bragança e Orléans.

Pelo crime de ser neto de Dom Pedro II, o imperador magnânimo a quem devemos cinquenta anos de dignidade na nossa vida como povo, foi banido. Mas cumpriu a pena. Não há no Código Penal brasileiro pena superior a trinta anos. O parricídio prescreve em trinta anos. Ora, de 1889 a 1920 decorrem mais de trinta anos. O grande crime de ser neto de Dom Pedro II está prescrito. Dom Luís, cidadão brasileiro, está livre de prestar à sua pátria o serviço de que ela há mister, e o governo – se tem empenho em não aumentar de mais um a série dos nossos fiascos internacionais – está no dever de, caso Rui se recuse, dar ao mais digno a altíssima representação.

Revista do Brasil, nº 50, fevereiro de 1920.

O apóstolo

Por pregar mais uma vez aos povos desta sua terra a nova era da emancipação à canga dos governismos que a desgovernam, deixou de novo Rui Barbosa os afazeres seus, de advogado e a calma e o conforto da residência no Rio de Janeiro, levando para o interior da Bahia o aríete da sua palavra abaladora. Conseguiria o apóstolo o seu fim imediato? Malograr-se-ia? Não nos importa isso, que só aos baianos, diretamente, pode interessar o caso concreto das eleições para escolha de um governador ao seu estado. O que interessa a todos os demais brasileiros, tanto quanto àqueles, é que à evangelização pelo mestre seguiu-se um efeito inconcurso, a provar que não foi o esforço vão, nem baldado o sacrifício.

Durante essas eleições e depois delas, houve na Bahia, da capital a muitos dos mais reduzidos vilarejos, luta cruenta em derredor das urnas, traduzidas na sinceridade e irrepressão do ímpeto dos votantes, em conflitos sangrentos, mortíferos tiroteios, pugilatos memoráveis. Terá sobrepairado à refrega a esquiva e sempre renomeada verdade das urnas? Ainda aqui, essa é circunstância de somenos consideração. Nem tudo se consegue ao primeiro arranque, e muito é já que tenha havido alguém que o desse. E que arremetida tenha brotado à voz de Rui Barbosa, fato é de lhe justificar a persistência e a fé com que de há tanto vem chamando às orelhas moucas dos acomodáticos brasileiros – faquires da corrupção. Já a Bahia estremece e atua ante a palavra de um homem. Se tal ação resultou em uma ou outra morte de homem ou ferimento, ou agravo de qualquer natureza, não é isso sobremaneira lamentável, que antes é de preferir-se a mazorca ao marasmo. Pobres tabaréus do sertão, ou coatos civis do litoral, de nenhuma outra forma se poderia, com

a ineducação enciclopédica nacional, externar-se a sua determinação de alfim agitar-se por alguma coisa. O que, ao invés, tais refregas estão a referir é que, pelo menos no interior da Bahia, se abriga um pouco daquela impavidez irrefreável, a que se deve o perdurar no outro hemisfério, autônomo por fã ou por nefas, um grande pedaço da apetitosa nação mexicana.

Para seguro deste México sul-americano, é bem que se conservem, no interior de alguns estados privilegiados, as sementes daquela casta de gente que tem a salutar irreflexão para desfechar uma trabucada sobre um adversário. Beneméritos baianos, para quem uma simples eleição é negócio de puxar faca!

Revista do Brasil, nº 49, janeiro de 1920.

Reforma constitucional

Suponhamos que nos vinte estados da federação rebente uma guerra civil, como a do Rio Grande: o Brasil inteiro ficaria conflagrado, pois que o Brasil não passa da soma dessas vinte unidades.

Suponhamos que nenhum dos presidentes estaduais peça a intervenção federal. Como nenhum pede, o governo central não intervém e o exército, que substantivamente existe e só se justifica como aparelho de defesa nacional contra a agressão externa e a desordem interna, assiste, impassível, à ruína irremediável da nação.

O Brasil perece, mas a Constituição vive!

No entanto, as Constituições existem e só se justificam como leis assecuratórias da vida e felicidade dos povos. Desde o momento em que não preenchem tal fim, perdem a razão de ser, transformam-se de lei vital em lei funesta, cuja revisão se impõe. Ora, nossa Constituição, provadamente má a muitos respeitos, como o demonstra a experiência de 34 anos, revela-se ainda um perigo para a nação, pois que dentro dela é possível a hipótese de ruína que atrás formulamos.

- Essa hipótese é absurda, não se dará nunca, objetarão.
- Convenhamos, para argumentar, que assim seja. Convenhamos que essa hipótese é absurda.

Mas podemos apresentar outra hipótese que nada tem de absurdo e que nem por isso deixa de ser uma hipótese de ruína. Suponhamos que a guerra civil rebente, não em vinte, mas em quatro ou cinco apenas, justamente os mais ricos e populosos. Não é hipótese absurda, mas acarretaria a ruína do país da mesma maneira.

Agora, a objeção de que a primeira hipótese é absurda não é argumento a favor de uma lei básica. Esta lei há de ser concebida de forma tal que não permita sequer hipóteses absurdas quanto à vida da nação. Se o permite, é lei falha, é lei má, é couraça com pontos vulneráveis e justifica, se não impõe, movimentos armados que intentem reformá-la.

A Constituição de 24 de fevereiro, se outras falhas não tivesse, teria essa, a mais grave de todas: *permitir a ruína completa do Brasil, dentro do mais escrupuloso respeito à letra do artigo sexto.*

Revista do Brasil, nº 95, novembro de 1923.

O direito dos nacionais

No Brasil se há cuidado de tudo, menos do homem. O que tem empolgado o gênio de nossos administradores – por desde que longo tempo! – é a armação exterior, a sistematização de um desenvolvimento material mais aparente que verdadeiro, é a forma vazia, é o mecanismo oco. Ficou esquecido o braço que move as alavancas dessa endrômina, o cérebro que o dirige, o homem, que se faz alma do progresso, mas que é alguma coisa mais que ela própria – a civilização. Estes assertos, expendidos num artigo do senhor Mário Pinto Serva, que, com uma tenacidade incrível no meio da frouxidão moral do nosso jornalismo, vem estudando um a um os mais sérios problemas nacionais, devem merecer um pouco de atenção e exame dos leitores desta nota de cada mês.

Na verdade, o homem é entre nós o pária eterno, sem direito, sem educação fácil, sem saúde, sem higiene e sem moral: era a princípio o degredado e o aventureiro que não mereciam consideração alguma; depois, de envolta com estes, o índio submetido, que não era gente; depois, o escravo preto, largo tempo entregue à terra, sem outro cuidado do patrão ou dos governos que não fosse a fiscalização do seu trabalho de máquina; depois, o colono... De modo que de toda essa gente não têm pensado os magnatas – os magnatas não pensam em nada – que se ia formando uma sociedade, com maiores direitos à vida e ao respeito de sua qualidade humana do que a dos degredados, escravos, negros, índios ou colonos. De tudo isso surgiu um homem, com qualidades ou defeitos, mas um homem – o brasileiro. Largado durante séculos sem o amparo devido, suprimindo as suas mais prementes necessidades à força de argúcia ou com prejuízo de boa porção de seu

sangue, o indígena chega a um tempo em que ainda reúne forças para um brado, capaz de ouvir-se do sertão à formosa sede da nossa não menos formosíssima capital da República. “Sou homem, quero saúde e escolas! Ou deem-mas, ou escavaco isto já, de alto a baixo!” Escavaco vai aqui apenas como uma hipérbole necessária a todos os gritos patrióticos, e se o caboclo não a diz, nós, contudo, temos de ouvi-la, havemos de ouvi-la. É para não quebrar a série de berros e guinchos que, com um, deu a Cabral o Porto Seguro, com outro favoreceu-nos legando-nos a Independência e com outro, por fim, fez esta bela e auriverde República... Que venha agora o grito do indígena, para a sua salvação. Será a maneira mais eloquente de comemorar-se o centenário: a reclamação do homem que se faz homem, do racional que se põe de pé e sabe pedir em linguagem articulada.

Aliás, chegam as primeiras vibrações do berro aos nossos pais da Pátria: já na Câmara Federal foi apresentado um projeto visando à proteção do operário brasileiro, pela maneira prática de sua defesa, de preferência no trabalho. Grandes empresas, que até agora chegavam a recusar o brasileiro, doravante hão de tê-lo em maioria no seu trabalho, ou pagam dobrado os impostos. Já é um passo. Um passo? E um eco longínquo que o berro do nacional começa a despertar nos tímpanos amoucados dos governantes *Ad majorem Dei Gloriam...*

Revista do Brasil, nº 46, outubro de 1919.

E o exército vai...

O nó das supremas angústias constringe todas as gargantas. A doce esperança de ressurreição com que nos embalamos até aqui, desde o início da presidência Eptácio, acaba de ruir com fragor. O presidente da Esperança rendeu-se à charanga. A charanga volta, gargalhante, a estrangular a nação.

O caso é simples. Um estado caíra, de há longos anos, nas unhas duma piolheira política. Amesquinhado, sugado, sufocado, saqueado, estrangulado pelos parasitas, tenta, um por um, todos os remédios legais.

Recorre à justiça: inútil – a justiça republicana não dá sentença contra os prostíbulos.

Recorre à eleição: inútil – a validade da eleição republicana depende do *placet* dos prostíbulos.

Recorre à imprensa: inútil – a voz da imprensa é abafada pela voz da contraimprensa alugada aos prostíbulos.

Em desespero de causa, recorre ao Supremo Tribunal da consciência brasileira – Rui Barbosa. O apóstolo das liberdades atende, e não se limita a dar parecer: vai em pessoa, velhinho, encanecido – mas com vinte anos n'alma –, vai correr os sertões e ensinar àqueles povos a força do direito. Prega o Dever. Ensina a Consciência. Esperta o Brio. Galvaniza a Dignidade Humana que dormia nos peitos rudes. Que quadro! Não há outro mais belo em toda a nossa história.

E o espezinhado, retesando os músculos, ressurgem homens. Abandonam lar e filhos, querência e lavoura, e vão, como pode, a cavalo ou a pé, com as armas que pode, as armas toscas dos soldados do ideal – a pica-pau, a foice, a

faca, a peroba, a chuço – vai em levar que crescem pelo caminho, arrastando tudo em sua passagem, de rumo feito à caverna onde Ali Babá e os quarenta asseclas se cevam como jovardos.

O país inteiro, fremente de entusiasmo, acompanha, comovido, o levante sublime. A bastilha dos ácaros cairá. As piolheiras não resistem aos assomos da dignidade humana em revolta.

Aproximam-se os heróis ingênuos. Chegam às portas da Cova. Ao defrontá-las, porém, que é que lhes surge à frente?

Os ácaros? Os inimigos? Os prostibulários?

Não. Essas Agulhas Negras da covardia lá estão nas alcovas palacianas, entrincheirados, batendo o queixo de pavor. Para guardá-los com seus corpos, para defendê-los com seu sangue, para eternizar-lhe o domínio com o seu prestígio, o que os sertanejos em armas encontram e...

... o exército brasileiro!

É o cidadão que o Brasil disciplina, militariza e paga para defendê-lo contra o inimigo exterior.

É o exército, transfeito em capitão do mato.

É o exército, guarda-costas da piolheira.

É o exército – nação em armas – contra a Nação, mobilizado contra o Brio da Nação, atirado, como mordaga, contra a Voz da Nação...

Gloriosa campanha! Deixar os quartéis para descarregar metralhadoras contra um dos mais belos assomos de Dignidade Humana!...

E o exército vai...

Revista do Brasil, nº 51, março de 1920.

Monumentos

Em matéria de monumentos está São Paulo de parabéns e de pêsames. Merece aqueles por ver num de seus parques o bellissimo trabalho de Brizzolara, e na estrada de Santos os lindos monumentos-marcos. E merece pêsames pelo desastre que resultou a homenagem a Olavo Bilac.

Brizzolara revelou mais uma vez o notável escultor que é. Apesar da exiguidade de recursos e das contingências da localização, fez do monumento a Carlos Gomes oferecido à cidade pela colônia italiana o mais belo que existe hoje entre nós em matéria de escultura. Carlos Gomes está soberbamente estilizado, numa atitude que bem diz a majestade do gênio. Outra não convinha ao nosso músico máximo, o primeiro que sinfonizou a grandeza rude de nossas florestas bravias.

Essa figura magnífica, fixada em bronze, repousa em harmônico pedestal de granito, todo ele um primor de linhas e massas.

Não destoam as figuras acessórias. Lado a lado, dois símbolos de mármore, a Música e a Poesia, suavizam a força da majestade. Embaixo, no jardim, esplêndidas figuras em bronze dizem da obra musical do campineiro, representando cada um dos seus dramas líricos pela imagem do herói respectivo. Veem-se ali *O Escravo*, *Peri*, *Fosca*, *Maria Tudor*, *Salvador Rosa* e *Condor*, cumprindo destacar a figura de Maria Tudor, cuja expressão é maravilhosa. Ao centro, o carro do gênio conduzido por cavalos soberbos de movimento, e às extremas, os grupos alusivos ao Brasil e à Itália, duas concepções belíssimas, cada qual constituindo por si só um perfeito monumento.

Brizzolara deu mostras de que é um escultor. Agradecemos-lhe,

comovidos. Terra nova e inculta, o Brasil é o país ideal dos mistificadores. Impingir-lhe como obra de arte coisas de horrendo mau gosto é negócio fácil – e lucrativo. Rendamos, pois, todas as homenagens ao artista de verdade, ao artista sincero que dotou a cidade de uma autêntica obra de arte, sem lucro nenhum para si, quando podia, abusando da nossa infinita ingenuidade, fazer excelente negócio em troca de uma bota qualquer.

Com o monumento a Bilac sucede justamente o inverso. A opinião pública já o classificou desde o primeiro dia: mostrengo. E é, de fato, um perfeito mostrengo, só concebível nas pequenas cidadezinhas do interior, onde qualquer “curioso” amassador de barro embasbaca vereadores e guinda-se à cúspide dos Michelangelos.

Não tentaremos analisá-lo. Tão flagrante é o desastre que só há um comentário possível: demolição simples. O respeito à memória de Bilac, e o respeito que a cidade deve a si própria, exigem uma coisa só: que aquele bronze volte ao forno. Se a municipalidade fizer isso já, muito grata lhe ficará São Paulo, pois lhe poupará o doloroso da campanha pró-demolição, campanha que se iniciou no dia inaugural e que só terminará no dia do bota-abaixo. Temos já um exemplo. Os horrendos mostrengos que Zago plantou no parque da Avenida (não tem sorte a Avenida!) permaneceram lá durante alguns anos, mas tiveram de sair, corroídos pela risota pública. E eram simples enfeites de jardim. O caso agora é muito mais sério. Trata-se de monumento, e monumento ao nosso maior poeta moderno. Se Bilac merece as nossas homenagens, só há uma condigna: desagrar a arte, demolindo o atentado. Cultor finíssimo da arte que foi Bilac, como memorizá-lo com um amontoado de pedra e bronze onde a arte está *off side*?

Revista do Brasil, nº 83, novembro de 1922.

Os postulados da guerra

Santos Neto

Tipografia Batista de Souza, Rio de Janeiro, 1919

Diz o próprio autor no prefácio apostro no seu presente volume que:

“São muito raros os que, em face do formidável conflito, conservando uma linha serena, como que se mostram colocados a uma longa distância dele, perquirindo-lhe as causas, explicando-lhe os motivos, sem intenções preconcebidas.”

Realmente, espíritos dotados dessa superior faculdade de afastar-se para um ponto de vista convenientemente distante e infenso às refrações dos apriorismos sentimentais são espíritos que raramente se encontram. E, em face da última guerra, a escassez chegou quase à míngua completa, tal a paixão que esse fato, pelas suas proporções desusadas, logrou despertar em toda a gente.

Mas, com não se avistarem observadores naqueles píncaros quase inacessíveis na impessoalidade perfeita – nem por isso se poderá dizer que todo mundo para aí se tenha constituído em paladino ou arauto de

sublimidades alheias e problemáticas. Sempre ficaram alguns que, não atingindo a imparcialidade absoluta, conservaram, contudo, boa dose da independência mental, subtraindo-se aos influxos dos patriotismos telegráficos com que propagandistas de Paris e de Londres aliciavam recrutas pelos quatro ventos do orbe.

Entre esses o senhor Santos Neto, que acaba de publicar, neste seu livro *Postulados da guerra*, o que verdade lhe pareceu durante os anos em que várias parcelas da humanidade se digladiaram na Europa. Possuidor de cultura muito acima da vulgar, dispondo de uma singular faculdade de síntese e manejando proficientemente a língua, o senhor Santos Neto elaborou, nesse volume, um livrinho que ficará distintamente salvaguardado, pelo muito de sólido que encerra, de ser arrastado na enxurrada do tempo de permeio com outros mil e um calhamaços de ardentes inanidades que têm inundado as livrarias nacionais à custa das heroicidades com que se convencionou aureolar uma das facções há pouco em rixa.

Nesse livro, deixou o autor muito reduzida a parte reservada às declamações entusiásticas; pelo que a sua leitura se faz agradável e, até avançado ponto, convincente. Estudando a evolução social e política da Alemanha, pela história abaixo, mostra como é digno da admiração dos que sabem admirar coisas um país como aquele, que conseguiu, contra todos os óbices interiores e externos, chegar à homogênea unidade progressista e culta que ostentava até os primeiros anos da contenda. E, isso, fê-lo o autor sem deixar um momento sequer a compostura de uma apreciável serenidade que o livrou de recorrer, para sua argumentação, aos impropérios, às metáforas, às apóstrofes e demais lugares-comuns que são vezo da maioria dos que, em sentido inverso, têm tratado por aqui e por toda parte do assunto.

Não que o autor seja indiferente em face dos dois grupos combatentes. É clara e lealmente ostentada a sua admiração pelo bloco germânico. Mas tão pequenina é a ação deste sentimento no desenvolver as teses que se propôs que é quase como se fosse imparcial. É o que faz deste livrinho,

elegantemente elaborado, tipograficamente, um belo trabalho, que há de ter cada dia maior número de leitores e, quando a moda da eloquência balofa que felizmente vai já passando, estiver acabada de vez, figurará em todas as estantes criteriosas.

Revista do Brasil, nº 52, abril de 1920.

Cultura e Civilização

Silviano Pinto

Ed. Casa Vanorden, São Paulo, 1918

Durante a guerra houve pelo mundo – e aqui como reflexo inevitável – um torneio literário entre Cultura e Civilização. *Nihil novum...* Não passava de reflorescência dos velhos temas escolares, obrigatórios entre meninos que prometem, associados em grêmios literários: Qual o maior, César ou Alexandre? Qual mais forte, a Pena ou a Espada?

Nesta disputa entre Cultura e Civilização, graças ao apoio solerte da Havas, vencia sempre esta. Cultura não passava de mero aparelhamento material, sem sentimento nem alma. Civilização era uma coisa assim, assim... (Aqui intervinha a mão crispada como garra, em gestos que arredondam a ideia no ar.)

A Cultura matava mulheres e crianças, bombardeando cidades abertas. A Cultura não respeitava os tratados. A Cultura pilhava. Era forçoso, pois, que a formidável representante da Cultura, a Alemanha, fosse esmagada de vez, para que o mundo se gozasse *ab eterno* das delícias inenarráveis da Civilização.

Entretanto, concludida a guerra, os ideólogos espantados viram que:

1) A Cultura em 70, vencida a França, impôs um tributo de guerra de 10 bilhões de francos, que o vencido pagou, continuando a viver e a prosperar. Não obstante, a Civilização, vitoriosa em 1918, impõe ao vencido, não um tributo, mas a espoliação completa dos povos asfixiados, o confisco integral dos seus bens, o arrancamento da carne, do couro e do cabelo.

2) A Cultura bombardeava com aeroplanos cidades abertas, matando indistintamente mulheres, velhos e crianças. A Civilização, sem estar em guerra declarada com a Rússia, e depois de concluída a paz geral, bombardeia com aeroplanos, por intermédio dos ingleses, as cidades russas e chacina ali indistintamente velhos, mulheres e crianças; mete a pique navios mercantes, bloqueia e condena à morte, pela fome, milhares de criaturas humanas.

3) A Cultura invade a Bélgica tomando os tratados como meros farrapos de papel. A Civilização furta navios alheios que arrendou de acordo com as formalidades legais, considerando os tratados, as escrituras, as assinaturas como meros gatafunhos sem nenhum valor. A França dá à simplória ingenuidade nacional uma lição bem dada. Justamente ao povo que a amou com maior ardor – ardor que chegou às raias do ridículo, trata-o ela aos pontapés.

Em troca dos navios acena-nos com belas perspectivas. O senhor Conty promete que nossos bacharéis terão lá livre campo às suas atividades chicaneiras e que poderão casar com lindas francesinhas... Só isso quanto não vale como honra a um país de botocudos e compensação pelo avanço nos navios! É positivamente de lambar as unhas, concordemos.

De tudo isso se conclui esta grande verdade: que no torneio entre Cultura e Civilização há de vencer sempre aquela que tiver a seu lado as agências telegráficas e o fiel da balança no mercado monetário.

Mas que positivamente se equivalem – quando têm a vara na mão...

Revista do Brasil, nº 48, dezembro de 1919.

O tratado de paz

Depois de discutido por todos, examinado por alguns, repellido por muitos, remodelado, ajustado, adaptado às conveniências dos mais fortes, foi, finalmente, subscrito em Versalhes um documento que pretende assegurar não a paz permanente, mas um grande fôlego entre a guerra desencadeada em 1914 e as lutas armadas futuras. É esta, pelo menos, a opinião geral dos comentadores e sociólogos de última hora, que nas folhas dos jornais se comprazem em tracejar os limites da ação desse tratado na evolução política do mundo, prevendo já o primeiro grande choque de armas e, concomitantemente, verificando entre que possíveis alianças ele se vai dar. Mesmo aqui, no Brasil, a mais grave cogitação tem sido, desde algum tempo, o estudo e a resolução das questões que possam surgir futuramente, a respeito à nossa *entente* com a Polônia ou o Afeganistão, por exemplo. Do que nos toca diretamente, aos verdadeiros interesses do país sob o reflexo do novo estado econômico ou social internacional, pouco, pouquíssimo, se tem tratado.

E, entretanto, o espetáculo que apresentou no ajuste de contas final a atitude das nações que maior vulto tiveram na contenda ainda mal-acabada deveria ser uma lição salutaríssima para os povos, como o nosso, ainda sonhadores com amizades internacionais, simpatias de raças, solidariedade e culturas e quejandos clichês. O que se está a ver, cada dia mais nitidamente, é que as nações, grandes ou pequenas, poderosas ou fracas, só têm a contar consigo mesmas, sem cuidar de auxílios ou proteções alheias, antes devendo prever a voracidade dos apetites das outras numa concorrência que se torna cada vez mais premente.

Em o nosso caso, deveríamos aproveitar todos os pretextos que se nos deparassem na emergência atual, para nos desligar de antigos compromissos político-sentimentais, fugindo às alianças ou *ententes*, nas quais como parte mais fraca representaremos, inevitavelmente, o papel da panela de barro no passeio fraternal da fábula. Deveríamos procurar caminho tanto quanto possível à parte, amparados em nossos próprios recursos, esforçando-nos por tomar um lugar ao lado das outras nações, mas sempre só, orgulhosamente só, desconfiadamente só.

Rigth or wrong, my country, essa a divisa que os brasileiros deveriam adotar, emancipando-se das obsoletas preocupações de agradar a forasteiros, ou de ler, com elogios, nos jornais estrangeiros, referências aos nossos homens e às nossas coisas.

Os povos não podem fiar-se uns dos outros, por maiores e mais eloquentes que sejam os protestos declamados nos banquetes protocolares.

Seria um grande benefício da guerra se os últimos acontecimentos, pelas sugestões que provocam, tirassem dos olhos dos nossos patriotas de boa-fé a venda dessa ilusão, na convicção final da velha verdade de que, se todo estrangeiro não é nosso inimigo, ao menos, os nossos inimigos só podem ser povos de outras terras, tocados de outros sentimentos e escravos de outros destinos.

Revista do Brasil, nº 43, julho de 1919.

O perigo ianque

Diante do capítulo dos perigos, os brasileiros temos a boa e santa filosofia do Sidarta, que é a de não ter filosofia alguma: fincam-se os olhos no umbigo, e como o umbigo não dá mostras de maiores perturbações, deixa-se correr o marfim. Sempre assim foi, desde que houve perigos sobre a cabeça do indígena, e assim continuará sendo, enquanto houver perigos, umbigo e marfim.

Não é, pois, motivo de espanto que, levantada a discussão em torno das novas manifestações imperialistas dos Estados Unidos, o Brasil se ponha na sua atitude predileta, sem se preocupar sequer com a escolha do molho com que prefira ser comido.

Que existe o perigo em questão não é necessário se discutir. Ele tem de existir como produto mesmo da pletora de vida norte-americana, como é força que surja onde quer que uma nacionalidade ou uma raça tenha atingido a determinada fase de sua própria evolução. O perigo ianque existe. Prova-o a frequência das alusões, na imprensa americana, à “missão civilizadora” dos Estados Unidos, prova-o a atitude dos chefes do Partido Republicano, contrário ao de Wilson, e, sobretudo, prova-o o que de lá voltam dizendo os nossos intelectuais.

Fato notável: todo brasileiro pasma ante as mil coisas americanas e não tem palavras que lhe bastem para exaltar as qualidades da gente que constrói “arranha-céus” de cinquenta andares e fabrica filmes interessantes como nenhuns. Mas tudo isso de longe, enquanto não foi passear a sua cândida admiração pela Fifth Avenue. A regra de todos que por lá andam é tornarem com pareceres mudados. Verificam que os Estados Unidos são um povo

forte, organizado, sem dúvida nenhuma, mas que sofre as suas mazelas como outro qualquer povo. Porque nós aqui só conhecemos a República do Norte pelo reclame verdadeiramente à americana que ela se faz, pelos filmes de luxo, pela engenharia de exportação e pelos Almanques de Ayer.

Seja, porém, como for, com admiração ou sem ela, quem perscruta com sentidos de bem sentir a vida ianque nota-lhe acentuada tendência expansionista. Expansionismo de um, perigo de outro... Quem ainda se não convenceu dessa realidade ficará certamente bem edificado ao ler o seguinte trechinho do discurso do presidente Wilson ao presidente Epitácio, por ocasião de um jantar, em Paris:

“Em ocasião memorável, tinham os Estados Unidos advertido aos governos da Europa de que considerariam ato inamistoso qualquer tentativa que partisse desses governos de derrubar instituições livres no hemisfério ocidental. Fazendo-se assim espontaneamente os campões da América, contra agressões da parte da Europa, não haviam dado, contudo, os Estados Unidos, nenhuma segurança decisiva de que eles mesmos não viriam a se tornar jamais os agressores.”

E, em complemento, medite no que se passa atualmente no Extremo Oriente. Ali, por um instituto da Liga das Nações, ficou o Japão investido de funções idênticas às dos Estados Unidos, na América, isto é, de órgão executivo de uma doutrina muito semelhante à de Monroe, os protestos do povo ameaçado, que se não conforma com o doce papel de protegido, conforme quer a Liga. Os chineses acham que os seus protetores nipônicos estão um pouco compenetrados demais na sua missão internacional.

O Brasil, olhos no umbigo, superiormente impassível.

Revista do Brasil, nº 42, junho de 1919.

O projeto Rollo^[64]

O concurso aberto em São Paulo para o monumento comemorativo da Independência serviu para nos revelar a existência de um peregrino artista. Nicolo Rollo, na casa dos 20 anos ainda, é já um escultor completo, da mais alta envergadura.

É dessas organizações privilegiadas que rompem as tradições, não repisam as sendas trilhadas e dão *algo nuevo* ao mundo. Um criador de beleza, em suma. Seu projeto de monumento é em si um monumento mais que suficiente para, de um jato, alçá-lo à plana desses sublimes manipuladores do barro, que, à semelhança de Deus, tiraram de sua massa informe as mais radiosas linhas, as mais perturbadoras formas.

Que vida, que força inaudita naqueles buquês de músculos humanos, retesados na defesa, dos dois grupos laterais! Que vigor vitorioso de concepção, que lance magnífico no tom geral da obra, que harmonia na fusão das partes para o realce do conjunto! Ele é um vencedor. Arrasta, e nos espectadores provoca o frêmito da beleza pura. Não será, talvez, escolhido o seu projeto. Outros mais hábeis saberão com truques manhosos apanhar a palma da vitória. Não importa. A vitória com V grande é sua, está declarada já no olhar de quantos param um momento diante do seu trabalho e saem dali com a retina impregnada da festa de beleza que ele é. E a cidade de São Paulo, infestada de Zagos indecorosos, sente-se orgulhosa de ter em seu seio, a levantar o voo, um artista cujo nome está predestinado a circular pelo mundo livre de fronteiras, como um eleito da Glória.

A *Revista do Brasil*, livre e desassombrada que é, vota com orgulho no seu projeto e faz preces a Apolo para que, uma vez na vida, o gênio tenha sua

recompensa.

Revista do Brasil, nº 52, abril de 1920.

A vitória de Ximenes^[65]

No concurso para o monumento do Ipiranga venceu o cavalheiro Ximenes, como estava escrito, a lápis azul, no livro do Destino, com dois anos de antecedência. Ximenes, como o marechal Ney, é um filho querido da Vitória. Sabe vencer, conhece as receitas que manipulam os primeiros lugares. Veio para vencer e venceu. Trouxe com a sua maquete uma boa carga de “psicologia”, convencido, por experiência própria, de que mais vale um quilo de “psicologia” do que uma tonelada de arte. Na Itália, em concurso aberto em Milão, para um monumento a Garibaldi, operou com os mesmos truques e venceu. E venceu, entre outros, ao grande Bistolfi, que é o mais legítimo orgulho da moderna escultura italiana. A indignação, porém, foi tamanha, na crítica, nos meios artísticos e no povo, que os concorrentes preteridos cotizaram-se e fizeram fundir em bronze a obra maravilhosa de Bistolfi, doando-a à municipalidade para que, posta num palácio público, ficasse, *in eternum*, como um protesto eloquentíssimo contra a “psicologia” desairosa aos créditos da terra.

Ora, se lá, na terra clássica da arte, o cavalheiro Ximenes consegue legalizar seus grilos por meio duma “atuação” oportuna, que não será aqui, neste ambiente ingênuo, abridor de boca, destituído ainda de todo o senso estético? Era fatal sua vitória. Só a não admitiam, como antecipação, meia dúzia de homens, desses que trazem a cabeça no mundo da lua.

Há na Itália uma florescência copiosa de artífices do mármore e do pincel. São obreiros hábeis que copiam com mão lesta, reproduzem na

perfeição e abarrotam o mundo com seus marmorezinhos e gessos, vendidos na rua, em tabuleiros, como aqui se vendem cocadas e pés de moleque. Na pintura, a mesma coisa. Milhares de pintadores ganham a vida com quadrinhos bonitinhos, engraçadinhos, catitinhas, lambidinhos, reproduzidos ao infinito para a bufarinagem barata das ruas.

Por entre essa fauna rasteira de cozinheiros de Apolo soerguem-se os verdadeiros artistas, como jequitibás em meio da nossa macega. Detentores duma alta e segura técnica posta a serviço duma sensibilidade de eleição, os artistas fazem a coisa suprema que é criar.

Os outros copiam.

Tocados da centelha divina, os artistas pairam nas regiões mais altas da expressão estética e, inspirados, arrancam ao mármore formas de imortal beleza.

Os outros roem a pedra, como o rato rói o queijo. Diante da obra do artista o homem para, extático, empolgado por um misterioso *quid*, que é o segredo perturbador da verdadeira obra de arte.

Em face do outro o freguês, na rua, saca do bolso uma lira, regateia uma Vênus de Medicis, compra-a por metade e vai para casa convicto de que foi roubado.

Um é a ideia, a expressão, o sentimento, a beleza eterna de todos os tempos e de todos os países; outro é a superfície, o polido, a maneira, o vazio, a insignificação, o bonitote, o “psicológico”.

Um é a águia-real, de remígios majestosos; outro é tico-tico no farelo.

Um é o artista; outro o “artistone”.

Um é Nicola Rollo; outro é o cavalheiro Ximenes.

No entanto, por deficiência do vocabulário humano, uma mesma palavra – escultura – designa a *Eva* de Rodin e o anjo deplorativo dos cemitérios. Mas não importa. Ninguém os confunde, nenhuma pessoa fina confunde o que é arte com o que é fancaria. Em parte nenhuma do mundo isso se dá, salvo... em São Paulo. Aqui – tão rudimentar é ainda a sensibilidade estética

de nosso oficialismo – entre um Rodin não assinado e um anjo de marmorista há oito probabilidades pró-anjo contra duas pró-Rodin.

Não há exagero nisto. Documenta-se o asserto.

Há tempos nossa municipalidade ornamentou o parque da Avenida com umas coisas esquisitas, figurando estações do ano, obra dum sapateiro do Piques. Tal era o disparate que deu na vista de todo mundo e surgiram protestos indignados. As figuras não tinham, sequer, medida; havia joelhos localizados nas canelas, e umbigos onde é o seio; havia pernas com inchaços pedintes de bisturi e cabeças deslocadas do pescoço. Abortos de gesso, em suma, teratologia abacadabrante, fugida dos museus de medicina. Entretanto, os vereadores mantiveram o seu ato, e os mostrengos lá ficaram para “educar o povo”, anos seguidos, até que, por coação do público e da imprensa, discutiu-se-lhes a retirada. Pois verificamos, com grande assombro, que uma parte da vereança se opunha à limpeza, convencida de que as estátuas eram uma coisa maravilhosa. Borborigmou-se, mesmo, um aparte que merece registro em versal:

– QUIZÍLIAS DE JORNALISTAS.

De modo que, para uma parte de São Paulo oficial, uma perna, um palmo maior que outra, um nariz torto, um fêmur em lugar de uma tíbia, um tornozelo localizado na testa, um olho orbitado no calcanhar não constituem ofensas à anatomia humana e sim... intrigas da oposição! Quizílias de jornalistas!...

Vê-se daqui quanto os elementos oficiais da mui nobre e leal Pauliceia inda lascam pedra em matéria apolínea, fato que explica, sobejamente, a vitória de asas nos pés, mercurina, do cavalheiro Ximenes. Craque internacional de concursos, vence à força de “psicologia”. Venceu na Itália, mas ficou com a sombra de Bistolfi a lhe roer a glória. Venceu aqui, mas eternamente esmagado por Nicola Rollo. Vencerá na Lapônia, quando a gratidão esquimó erguer uma estátua a algum urso-branco benemérito; mas ainda lá lhe há de sombrear a vitória alguma foca de gênio, concorrente ao

certame. Vencerá em toda parte, porque a psicologia dos paredros é em toda parte a mesma e o cavalheiro Ximenes é o maior dos “psicólogos” vivos.

Rollo teve a votação unânime da cidade de São Paulo com exceção apenas de quatro pessoas que, por coincidência, formavam a comissão julgadora. Ximenes teve estes votos e mais os aplausos de um grupo escolar. Ele mesmo, em entrevista, conta a emoção de que foi vítima quando os meninos o vitoriam com abraços e beijos. O presepe encantou deveras a criançada; e levá-la-ia ao delírio se o escultor tivesse tido a ideia de lhe agregar uma distribuiçõzinha de pequenos bustos de chocolate.

A sentença que deu vitória a Ximenes não veio precedida de considerandos justificatórios; a comissão limitou-se a erguer o dedo, espichá-lo para o gesso e dar um *verdictum* de pontaria. Não representará, pois, jamais, a eleição sincera do povo paulistano, e sim a atitude disciplinada de quatro respeitáveis fura-bolos.

Revista do Brasil, nº 53, maio de 1920.

Bibliografia selecionada sobre Monteiro Lobato

De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo, de Vasda Bonafini Landers. Editora Civilização Brasileira, 1988.

Juca e Joyce: memórias da neta de Monteiro Lobato, de Marcia Camargos. Editora Moderna, 2007.

Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor, de Alice M. Koshiyama. Edusp, 2006.

Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia, de Carmen Lucia de Azevedo, Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta. Editora Senac São Paulo, 1997.

Monteiro Lobato: vida e obra, de Edgard Cavalheiro. Companhia Editora Nacional, 1956.

Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida, de Marisa Lajolo. Editora Moderna, 2000.

Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil, de Enio Passiani. Editora da Universidade do Sagrado Coração/Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2003.

Novos estudos sobre Monteiro Lobato, de Cassiano Nunes. Editora Universidade de Brasília, 1998.

Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação, de Tania Regina de Luca. Editora da Unesp, 1999.

Um Jeca nas vernissages, de Tadeu Chiarelli. Edusp, 1995.

Vozes do tempo de Lobato, de Paulo Dantas (org.). Traço Editora, 1982.

Sítio eletrônico na internet: www.lobato.com.br

(mantido pelos herdeiros do escritor)

[1] *Plano de obra da edição de 2007. A edição dos livros Literatura do Minarete, Conferências, artigos e crônicas e Cartas escolhidas teve como base a primeira edição, de 1959. Críticas e outras notas, a primeira edição, de 1965, e Cartas de amor, a primeira edição, de 1969. A barca de Gleyre teve como base a primeira edição de 1944 da Companhia Editora Nacional, a primeira, a segunda e a 11ª edições dos anos de 1946, 1948 e 1964, respectivamente, da Editora Brasiliense. Os demais títulos tiveram como base as Obras completas de Monteiro Lobato da Editora Brasiliense, de 1945/46.*

[2] *Ronald de Carvalho – um dos líderes do movimento modernista de 1922 – colaborou com Monteiro Lobato dirigindo a Revista do Brasil, neste mesmo ano. “Convidamos e obtivemos o assentimento de um novo cujo nome vale por uma página inteira de encômios: Ronald de Carvalho. Poeta, crítico e pensador, Ronald é uma individualidade inteiriça, marcada na inteligência e no caráter, e unanimemente aceita como uma das condutoras forçadas das novas gerações.” Nota do autor.*

[3] *1 Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (Lagarto, 1851 - Rio de Janeiro, 1914), crítico, ensaísta e historiador. Trabalhou também como jornalista e publicou diversos livros sobre literatura brasileira. Foi deputado estadual e membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nota da edição de 2009.*

[4] *2 José Veríssimo Dias de Matos (Óbidos, 1857 - Rio de Janeiro, 1916), escritor, educador, historiador e ensaísta. Dirigiu instituições de ensino e ficou famoso por suas medidas inovadoras. Exerceu também o jornalismo e escreveu artigos para jornais e revistas. É um dos fundadores e idealizadores da Academia Brasileira de Letras. Nota da edição de 2009.*

[5] *Raul Pollilo, jornalista, comentarista internacional, crítico de arte, estreou-se em 1922, como romancista, publicando Dança do fogo pela Editora Monteiro Lobato e pela qual publicaria ainda Kyrmah, sereia do vício moderno. Nota da edição de 1965.*

[6] *Sílvio Floreal é o pseudônimo de Domingos Alexandre, santista, em moço foi servente de pedreiro, funcionário postalista, depois jornalista. Escreveu vários livros. Depois de Atitudes, que foi a estreia, publicou Ronda da meia-noite, em que retrata todo o período de vida noturna paulista de 1915 a 1925. Nota da edição de 1965.*

[7] *Oswald de Andrade, um dos criadores da Semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922, tem publicado, no fim deste ano, Os condenados, pela Editora Monteiro Lobato. As relações literárias entre Monteiro Lobato e os modernistas da Semana precisam ser revistas. Nota da edição de 1965.*

[8] *Menotti del Picchia, um dos líderes do movimento modernista de 1922, tem ao fim deste ano publicado pela Editora Monteiro Lobato O homem e a morte – obra esperada como revolucionária, assim como Os condenados, de Oswald de Andrade. A Editora Monteiro Lobato publicou ainda de Menotti del Picchia: A mulher que pecou, Dente de ouro, O crime daquela noite e Angústia de Dom João. Nota da edição de 1965.*

[9] *Nestor Victor dos Santos (Paranaguá, 1868 - Rio de Janeiro, 1932), poeta simbolista, contista, ensaísta, romancista, crítico e conferencista. Autor de vasta obra e divulgador da literatura estrangeira, em particular da francesa. Nota da edição de 2009.*

[10] *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, de Lima Barreto, editado por Monteiro Lobato em 1919, fora um fracasso editorial. Lobato culpava o título... em carta ao autor: “O teu livro sai pouco, sabe por quê? O título! O título não é psicologicamente comercial. Um bom título é metade do negócio. Ao ler o título do teu romance toda gente supõe que é a biografia de... ‘ilustre desconhecido’”. Carta de 23/11/1919, Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto, Os Cadernos de Cultura – Edgard Cavalheiro. Nota da edição de 1965.*

[11] Mario Sette (Recife, 1886 - idem, 1950), escritor, cronista e historiador. Deixou importantes obras sobre a história de Recife, além de romances sociais. Foi colaborador da Revista do Brasil entre 1921 e 1924 e representante do periódico em seu estado. Nota da edição de 2009.

[12] Carlos da Fonseca (São Carlos, 1879 - ?), contista, frequentou a Escola Politécnica de São Paulo por algum tempo e afastou-se para viver no sertão paulista e de Mato Grosso, de onde extraiu elementos para seus livros. Nota da edição de 2009.

[13] Isaltino Costa pertenceu à Esfinge, sociedade de altos estudos, ao lado de Almeida Nogueira e Alberto Seabra. Economista, ensaísta, biógrafo. Escreveu, entre outros, Dom Pedro II, hebraísta – biografia e crítica, 1929. Nota da edição de 1965.

[14] João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto (1881-1921). “Cá entre nós: não sou literato, nem quero ser, porque João do Rio o é.” Carta de Monteiro Lobato a Lima Barreto, 26/12/18. “Não podes entrar para a Academia por causa da ‘desordem da tua vida urbana’; no entanto, ela admite a frescura dum J. do R.” Carta a Lima Barreto, 25/4/19, Correspondência (obra citada). Nota da edição de 1965.

[15] João Pedro da Veiga Miranda (Campanha, 1881 - Ribeirão Preto, 1936), contista, romancista, professor, político e crítico literário. Indicado por Eritácio Pessoa, foi o primeiro civil a exercer o cargo de ministro da Marinha. Nota da edição de 2009.

[16] Edmundo Navarro de Andrade era paulistano e estudou agricultura em Coimbra. Deixou outro excelente livro de impressões de viagem, Por aí, além (1927). Nota da edição de 1965.

[17] Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro, 1839 - idem, 1908), contista, romancista, cronista, poeta, jornalista e dramaturgo. Autor de obras como Memórias póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro. Foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, cargo que ocupou por mais de dez anos. Nota da edição de 2009.

[18] João Lélis Vieira, jornalista (A Plateia, Diário Popular, Correio Paulistano etc.), historiador, cronista, poeta e conferencista. Nota da edição de 1965.

[19] Ivan Subiroff, pseudônimo de Rangel Pestana, jornalista (O Estado de S. Paulo). A liberdade de imprensa, opúsculo seu, foi apreendido pelo governo Bernardes. Nota da edição de 1965.

[20] Monteiro Lobato escreveu o prefácio de Ipês, publicado em Prefácios e entrevistas e “A poesia de Ricardo Gonçalves”, em Ideias de Jeca Tatu.

Já em Ideias de Jeca Tatu está “A poesia de Ricardo Gonçalves”. Monteiro Lobato refere-se ao amigo com ternura por várias vezes, nas cartas a Godofredo Rangel. Nota da edição de 1965.

[21] Ricardo Mendes Gonçalves (São Paulo, 1883 - idem, 1916), poeta, tradutor, advogado e político. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e fez parte, com Monteiro Lobato, do grupo que se reunia na república do Minarete. Nota da edição de 2009.

[22] Hilário Tácito, pseudônimo de José Maria de Toledo Malta, engenheiro, romancista, tradutor. Madame Pommeroy tinha como subtítulo “Crônica muito verídica e memória filosófica de sua vida. Perfis e gestos mais notáveis nesta cidade de São Paulo”. “A Pommeroy merece teu apoio. É finíssimo e está sendo vítima do silêncio covarde da crítica. Ninguém – hás de crer? – atreve-se aqui a falar dele!” Carta de Monteiro Lobato a Lima Barreto, 31/5/20. Nota da edição de 1965.

[23] Leonel França (São Gabriel, 1893 - Rio de Janeiro, 1948), padre e professor. Exerceu o magistério e teve papel importante na fundação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, da qual foi seu primeiro reitor. Nota da edição de 2009.

[24] José Francisco da Rocha Pombo (Morretes, 1857 - Rio de Janeiro, 1933), historiador, jornalista e

político, autor de diversos livros sobre a história do Brasil, entre eles *Nossa pátria*, que alcançou mais de sessenta edições. Nota da edição de 2009.

[25] [Aprígio Gonzaga](#) foi um dos precursores da educação profissional em São Paulo e fundador das escolas profissionais masculina e feminina no início do século XX. Nota da edição de 2009.

[26] [Firmino Costa](#) (1869, Rio de Janeiro - ?), educador e lexicógrafo. Nota da edição de 2009.

[27] [Vicenti Salaverri](#) (1887-1971), escritor e jornalista uruguaio. Nota da edição de 2009.

[28] [Horacio Quiroga](#) (1879-1937), “*el más grande cuentista del Prata*”, publicou, entre outros, *El crime del outro*, *El desierto* (1920), *La gallina degollada y otros cuentos* (1925), *Pasado amor* (1929) e *Cuentos de la selva para los niños* (1918). “*Saudação a Horacio Quiroga*”, discurso de Monteiro Lobato (publicado em Conferências, artigos e crônicas), na visita do grande escritor a São Paulo, em 1922. Nota da edição de 1965.

[29] [Arturo Cancela](#) (1892-1957), escritor, dramaturgo e jornalista argentino, sua obra foi marcada pela crítica social e pelo humorismo. Nota da edição de 2009.

[30] [Benito Lynch](#) (*La Plata*, 1880 - *idem*, 1951), escritor realista e novelista, retratou em sua obra a sociedade rural argentina. Nota da edição de 2009.

[31] [Eduardo Barrios](#) (*Valparaíso*, 1884 - *Santiago*, 1963), autor chileno famoso por seus romances psicológicos, escreveu também contos naturalistas. Nota da edição de 2009.

[32] [Manuel Galvez](#) tem publicado ainda *La maestra normal* (1916), naturalista; *Nacha Regules* (1919), socialista e simpatizante da revolução soviética; *La tragedia de un hombre fuerte* (1922), espiritualista; e *Humaitá*, novela histórica da Guerra do Paraguai. Monteiro Lobato, em *Ideias de Jeca Tatu* – “*Um romancista argentino*” –, escreve a respeito de Galvez. Nota da edição de 1965

[33] [Moisés Kantor](#), dramaturgo argentino. Nota da edição de 2009.

[34] [Victor Brecheret](#) (*Itália*, 1894 - *Brasil*, 1955), escultor que fez o Monumento às bandeiras, localizado em São Paulo. Veio para o Brasil ainda menino e estudou no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Em 1913, mudou-se para Roma, voltando para o Brasil seis anos mais tarde. Logo teve o talento e o vanguardismo de sua arte reconhecidos pelo grupo organizador da Semana de 22. Nota da edição de 2009.

[35] [Paulo Cláudio Rossi Ossir](#) (*São Paulo*, 1890 - *Idem*, 1959), pintor, desenhista e arquiteto. Nos anos 1940 criou a empresa Osirarte, que reproduzia obras de artistas como Portinari em azulejos. Nota da edição de 2009.

[36] [Enrico Vio](#) (*Veneza*, 1874 - *São Paulo*, 1960), pintor italiano que veio para o Brasil onde atuou como professor de desenho e pintura. Nota da edição de 2009.

[37] [Alfredo Norfini](#) (*Florença*, 1867 - *Rio de Janeiro*, 1944), pintor, desenhista e professor italiano que se mudou para São Paulo depois de ter sido nomeado professor do Liceu de Artes e Ofícios. Nota da edição de 2009.

[38] [Antonio Fernandez Gómez](#) (*Goyan*, 1882 - ?, 1970), pintor espanhol radicado no Brasil desde a juventude. Participou do Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, de 1905 a 1909. Nota da edição de 2009.

[39] [Torquato Bassi](#) (*Ferrara*, 1880 - *São Paulo*, 1967), pintor, escultor e decorador italiano que morou e estudou no Brasil e foi um dos fundadores da Associação Paulista de Belas Artes. Nota da edição de 2009.

[40] [Georgina de Albuquerque](#) (*Taubaté*, 1885 - *Rio de Janeiro*, 1962), pintora e professora. Depois de se casar com o pintor [Lucílio de Albuquerque](#), viajou com ele para a França e frequentou a École

Nationale Supérieure des Beaux-Arts e a Académie Julian. De volta ao Brasil em 1911, participou regularmente de exposições. Nota da edição de 2009.

[41] Lucílio de Albuquerque (Barras, 1877 - Rio de Janeiro, 1939), pintor, desenhista, vitralista e professor. Em 1906, já casado com Georgina de Albuquerque, ganhou o prêmio do Salão Nacional de Belas Artes e partiu para a França. De volta ao Brasil, tornou-se professor de desenho figurado na Escola Nacional de Belas Artes. Nota da edição de 2009.

[42] Helios Aristides Seelinger (Rio de Janeiro, 1878 - idem, 1965), pintor, desenhista e caricaturista. Premiado no Salão Nacional de Belas Artes, fez ilustrações e caricaturas para revistas como O Malho e Fon Fon. Nota da edição de 2009.

[43] Aurélio Zimmermann (Alemanha, 1854 - Brasil, 1920), artista plástico, pintor e ilustrador alemão que morou no Brasil e participou do Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1907. Nota da edição de 2009.

[44] Edgar Hilaire Germain de Gas ou Edgar Degas (Paris, 1834 - idem, 1917), pintor, gravurista e escultor que, a partir de 1874, participou das primeiras exposições do grupo impressionista e tornou-se um dos maiores nomes dessa escola. Nota da edição de 2009.

[45] Expressão derivada do nome da famosa bailarina americana Loie Fuller (1862-1928), uma pioneira no estudo da iluminação no palco, que visitou o Brasil, apresentando-se no Rio de Janeiro e São Paulo (1904), causando grande impressão em nosso meio artístico-literário da época. Nota da edição de 2009.

[46] Manuel Raimundo Querino (Santo Amaro, 1851 - Salvador, 1923), escritor, historiador e artista plástico. Participou das campanhas abolicionista e republicana e defendeu os interesses dos operários baianos, fundando a Liga Operária Baiana. Escreveu importantes obras sobre artistas baianos e sobre a influência da cultura africana no folclore brasileiro. Nota da edição de 2009.

[47] Mostra coletiva em que participaram vários artistas, entre eles Anita Malfatti. Aconteceu em São Paulo, entre outubro e novembro de 1917, na rua Libero Badaró, 111. Nota da edição de 2009.

[48] "Um grande artista", Ideias de Jeca Tatu, p. 202. Nota da edição de 1965.

[49] 1 Paul Fort, o grande poeta simbolista da França, foi declarado príncipe dos poetas, depois da morte de Dierx. Fez conferências no Brasil, após a Primeira Grande Guerra. Autor de Baladas francesas. Dirigiu a revista Vers et Prose, de importância na escola simbolista. Nota da edição de 1965.

[50] Clemente Gaspar Maria Brandenburger (Fulda, 1879 - Vassouras, 1947), historiador teuto-brasileiro. Mudou-se para o Brasil em 1909, onde se dedicou ao magistério. Publicou diversos livros, entre eles, Lendas dos nossos índios, de 1923. Nota da edição de 2009.

[51] Jaime Cortesão (Ança, 1884 - Lisboa, 1960), historiador e jornalista português formado em medicina. Foi deputado e diretor da Biblioteca Nacional, cargo que exerceu até 1927, quando foi obrigado a se exilar na França por razões políticas. Professor universitário no Brasil, tornou-se especialista na história dos descobrimentos portugueses. Nota da edição de 2009.

[52] A partir do nº 67 da Revista do Brasil, criou Monteiro Lobato uma seção de abertura – O Momento – para notas políticas, literárias, representando o pensamento da Revista. Era redigida, quase sempre, pelo próprio Lobato; às vezes aparecem notas com assinatura de Breno Ferraz e Paulo Prado. Nem sempre traziam um subtítulo tais comentários; para destaque, “arranjamos” títulos, como no presente “O Momento”. Nota da edição de 1965

[53] Martim Francisco (São Paulo, 1853 - Rio de Janeiro, 1927), senador que combateu o Golpe de

Estado de 1891. Nota da edição de 2009.

[54] Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (Campinas, 1867 - *idem*, 1920), fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, mais tarde incorporada à Universidade de São Paulo. Em sua homenagem, a instituição é chamada de “Casa de Arnaldo” e a avenida onde ela se encontra recebeu o seu nome. Participou da criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia e da Policlínica do Estado. Foi diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. *Nota da edição de 2009.*

[55] Francisco de Paula Rodrigues Alves (Guaratinguetá, 1848 - Rio de Janeiro, 1919), governou São Paulo por três vezes e foi eleito presidente da República em 1902 sob a chamada “Política dos Governadores”, aliança entre oligarquias agrárias paulista e mineira. *Nota da edição de 2009.*

[56] Emílio de Meneses (Curitiba, 1866 - Rio de Janeiro, 1918), poeta, trabalhou na imprensa escrevendo crônicas, poemas satíricos e sonetos humorísticos. Ficou conhecido por seus poemas parnasianos, com palavras inusitadas e raras. *Nota da edição de 2009.*

[57] Luís Pereira Barreto (Rio de Janeiro, 1840 - São Paulo, 1923), médico e político que se destacou no combate à febre amarela. Foi eleito deputado em São Paulo por três vezes. *Nota da edição de 2009.* 1 Trata-se de Ângelo Longaretti, imigrante italiano, que matou, em 8 de outubro de 1900, um irmão do presidente Campos Sales, Diogo Sales. Esse caso movimentou a opinião pública sobre a questão dos colonos e de suas condições de vida. *Nota da edição de 2009.*

[58] Francisca Júlia da Silva (Xiririca, atual Eldorado, 1871 - São Paulo, 1920), poetisa parnasiana, considerada uma das precursoras da literatura feminina no Brasil. Seu livro de estréia foi *Mármore*, de 1895. *Nota da edição de 2009.*

[59] Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado (Capivari, 1875 - São Paulo, 1929), poeta, folclorista, filólogo e ensaísta brasileiro. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1919. Publicou seu primeiro livro de versos, *Urzes*, em 1899, obra de transição do parnasianismo para o simbolismo. *Nota da edição de 2009.*

[60] Antônio Augusto Borges de Medeiros (Caçapava do Sul, 1864 - Porto Alegre, 1961), deputado federal e, posteriormente, três vezes governador do Rio Grande do Sul. *Nota da edição de 2009.*

[61] Belisário Augusto de Oliveira Pena (Barbacena, 1868 - Rio de Janeiro, 1939), formado em medicina, dedicou-se ao combate à febre amarela e à malária. Suas obras mais importantes tratam de saneamento, alcoolismo e lepra. *Nota da edição de 2009.*

[62] Rui Barbosa (Salvador, 1849 - Petrópolis, 1923), jurista, diplomata, político, ensaísta, jornalista e filólogo. Participou ativamente da campanha abolicionista. Foi deputado na Assembleia Provincial da Bahia, deputado geral da Câmara do Império, vice-chefe do Governo Provisório e ministro da Fazenda. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897. *Nota da edição de 2009.*

[63] Dom Luís Maria Filipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança (Petrópolis, 1878 - Cannes, 1920), segundo filho da princesa Isabel, tornou-se príncipe imperial do Brasil em 1908 com a renúncia de seu irmão mais velho. *Nota da edição de 2009.*

[64] Nicolo Rollo (Bari, 1889 - São Paulo, 1970), escultor italiano que participou do concurso para o monumento comemorativo do centenário da Independência do Brasil, vencido por Ettore Ximenes (veja página 218). Foi professor no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. *Nota da edição de 2009.*

[65] Ettore Ximenes (Palermo, 1855 - Roma, 1926), escultor e pintor italiano que veio para o Brasil em 1919. É dele o projeto do Monumento à Independência, que se encontra no Museu do Ipiranga, em São Paulo. *Nota da edição de 2009.*